

Bolívia aposta
em Evo Morales

REVISTA

SEM

TERRA



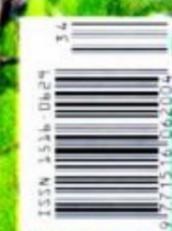
Janeiro/Fevereiro 2006 - Ano VIII - Nº 34 - R\$ 5,00

O cenário
político de 2006

MST abre as portas
da universidade

O que está em jogo
com a TV Digital

Estado e polícia fazem
genocídio urbano



O economista Marcio Pochmann alerta:

"Quadro social ameaça a democracia"

FOLHA DE S. PAULO

Pesquisa baseada em resultados da Pnad mostra redução da desigualdade com aumentos do emprego e do salário mínimo

Pobreza caiu 8% no país em 2004, diz FGV

Folha de São Paulo | Terça-feira, 29 de novembro de 2005

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILEIROS ESTÃO MENOS POBRES

Correio Braziliense | Sábado, 26 de novembro de 2005

O GLOBO

Participação feminina no trabalho é recorde

Segundo o IBGE, mulheres ocuparam mais de metade dos postos criados no Brasil durante o ano passado

O Globo | Sábado, 26 de novembro de 2005

O ESTADO DE S. PAULO

2,6 milhões de brasileiros saem da miséria

Isso se deve à melhor distribuição de renda e ao aumento de ganhos per capita

O Estado de São Paulo | Sábado, 26 de novembro de 2005

Motivo de orgulho para todos os brasileiros. Estímulo para o Governo Federal trabalhar ainda mais.

Unir o econômico ao social, juntar os números da economia com a qualidade de vida das pessoas. É dessa forma que o Governo Federal trabalha. Antes, a economia tinha que crescer para depois distribuir a renda. Agora, a distribuição da renda faz a economia crescer. Os resultados já estão aí: a criação de 3 milhões e

700 mil empregos*, o aumento do salário mínimo e programas como o Bolsa Família e o PRONAF estão transformando a vida de milhões de brasileiros.

Ainda há muito o que fazer para diminuir as desigualdades. Junto com o povo brasileiro, vamos fazer do Brasil cada vez mais um País de Todos.



*Fonte: CAGED outubro/2005 / www.mte.gov.br/empregador/caged

A construção da nova realidade

O ano que passou foi duro para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais e urbanos e para a Reforma Agrária. Felizmente, ao longo de 2005, o MST recebeu muito apoio e solidariedade da sociedade para com a luta das 160 mil famílias acampadas – embaixo de lonas pretas em beira de estradas ou em latifúndios improdutivos – e das 350 mil famílias assentadas.

O MST considera importante socializar sua avaliação sobre o ano que passou e os desafios traçados para esse que começa. A preocupação com a gravidade da crise brasileira tem sido constantemente manifestada em conjunto com outros movimentos sociais. O quadro é dramático. A crise não se limita a um problema político-partidário. Toca intensamente a questão ideológica, refletida na ausência de projetos, e mergulha o Brasil no abismo social. Lamentavelmente não há pensamento estratégico e de longo prazo voltado para resolver os verdadeiros problemas estruturais do país, o que arrasta essas questões para o futuro.

O MST tem se esforçado para construir uma unidade em torno dos movimentos sociais do campo e da cidade para forjar coletivamente uma alternativa popular para o Brasil. Os resultados foram sentidos ao longo desse período: 1) A Coordenação dos Movimentos Sociais realizou nos estados diversas manifestações e atividades pela mudança do modelo econômico, demonstrando a capacidade dos movimentos de pensar além das pautas específicas de reivindicação; 2) O Fórum Nacional pela Reforma Agrária se consolidou como espaço de encontro, reflexão e articulação de todos os movimentos e entidades que seguiram lutando em torno dos compromissos que assumimos na “Carta da Terra” de 2004; 3) A Assembléia Popular Nacional, juntamente com a 4ª Semana Social Brasileira, da CNBB, uniu milhares de brasileiros e brasileiras na luta por propostas concretas de mudanças para o país.

Para o nosso Movimento, 2005 também foi um ano de aprendizado. O desafio de colocar 12 mil marchantes em movimento por dezessete dias – de forma organizada e séria – fez da Marcha Nacional pela Reforma Agrária um feito inesquecível. O sacrifício da caminhada foi amenizado de um lado pelo apoio dos amigos do MST e de outro pelos momentos de estudos e de formação ao longo do trajeto de 200 quilômetros, que separam Goiânia de Brasília. Mas se a Marcha deixou o aprendizado da organização e da solidariedade, o governo decepcionou mais uma vez: não cumpriu os sete compromissos assumidos na chegada da manifestação em Brasília.

A Reforma Agrária segue lentamente, apesar do governo alardear números que não existem. O Rio Grande do Sul em três anos teve apenas 100 famílias assentadas. No Maranhão, estado que exhibe os maiores índices de concentração de terra, nenhuma família foi assentada. A inércia serve como estímulo para o latifúndio.

A CPMI da Terra desperdiçou uma oportunidade histórica de desvendar a estrutura agrária do país e propor medidas coerentes. Preferiu subordinar-se à UDR (União Democrática Ruralista) e inverter os papéis. Para os parlamentares da CPMI, concentrar terras em um país com problemas sociais não é hediondo. Hediondo é lutar contra a fome e a desigualdade. A comissão quis transformar as vítimas em promotores da violência.

O MST não acredita em milagre. Sabe que é tempo de muita luta, sem deixar de lado a esperança. A mudança não virá de gabinetes e palácios, mas do povo organizado e mobilizado. O Movimento tem a certeza que o novo projeto para o país será fruto da participação popular na democratização da terra, das riquezas e dos meios de comunicação. O MST acredita na construção dessa nova realidade. 

Secretaria Nacional do MST

Comissão Editorial

Alípio Freire, Argeu Godoy, Cristiane Gomes, Elizabeth Lorenzotti, Hamilton Octavio de Souza, José Arbex Jr., Neuri Rossetto, Nilton Viana, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Wladyr Nader

Editor

Hamilton Octavio de Souza

Editoração Eletrônica

Argeu Godoy

Secretaria de Produção

Cristiane Gomes e Igor Felipe Santos

Divulgação, Marketing e Assinaturas

Igor Felipe Santos e Danilo Augusto

Colaboraram nesta edição:

Ana Maria Straube, Bel Mercês, Cristiane Gomes, Elizabeth Lorenzotti, Gustavo Garde, João Alfredo Telles Melo, João Márcio Mendes Pereira, Kelly Fernandes, Maíra Kubík Mano, Marcelo Câmara, Marcos Zibordi, Maria Mello, Gilberto Maringoni, Nina Fidelis, Paulo Stocker, Regis Gonçalves, Sueli Auxiliadora dos Santos, Virgínia Fontes, Wladyr Nader.

Fotolitos Ajato

Impressão: Gráfica Peres

Tiragem: 10 mil exemplares

Endereço: Alameda Barão de Limeira 1.232, Campos Elísios – CEP 01.202-002 – São Paulo – SP – Fone/Fax: 3361-3866

Correio eletrônico: revista@mst.org.br

Página na Internet: www.mst.org.br

Onde encontrar a **REVISTA SEM TERRA**

Alagoas

Av. Santos Pacheco, 342 –
Bairro Prado - 57020-290
Maceió – AL
Fone: (82)351.7331 - 223.8799

Bahia

Rua Castanheda, 65
40040-190 - Salvador - BA
Fone/fax:(71) 3321 7285

Ceará

Rua Missão Velha, 180
São João Tauapé
60130-330 - Fortaleza - CE
Fone/Fax: (85) 3257-5630

Distrito Federal

MST/Entorno/DF
SCS Quadra 6, Bloco A
Ed. Sonia, sala 405
70326-000 – Brasília/DF
Fone/Fax: (61) 3963-9475.

Espirito Santo

Rua Soldado Apolinário dos
Reis, 48 - Parque Moscoso
29015-640 Vitória - ES
Fone/fax: (27) 3223-7979

Goiás

Rua 15 Qd29 LT 06, nº 32
Setor Central
74030-030 Goiania-GO
Fone: (62)3225-7121/3225-7131

Maranhão

Rua 7 de setembro, 62
Centro - 65010-120
São Luis - MA
Fone/Fax: (98) 3232-5372

Minas Gerais

Rua São Paulo, 818 – Sala 1201
Centro - 30170-131
Belo Horizonte - MG
Fone: (31)3222-3879

Mato Grosso

Rua Ponta Porã, 575 -
B. Alvorada
C.P. 8024 - 78048-560
Cuiabá - MT
Fone: (65) 642-5155

Mato Grosso do Sul

Av. Bandeirantes, 865 -
2º Andar - Bairro Amambai
79005-67 - Campo Grande- MS
Fone: (67) 384-3895

Pará

Rua Folha 27, Quadra 02,
Lote 01 - casa B -
Nova Marabá, 68509-110
Marabá - PA

Fone: (94) 3321-1794
Av. Cipriano Santos, 538
B. São Brás, 66090-340
Belém do Pará
Fone: (91) 3236-1241

Paraíba

Rua Alvarino Marciel, 673
B. Treze de Maio – 58025-410
João Pessoa - PB
Fone/Fax: (83) 3243-7081

Paraná

Alameda Princesa Izabel, 714
B. Mercês
80430-120 Curitiba - PR
Fone/Fax: (41) 3324-7000

Pernambuco

5ª Travessa do Vassoural, 155
Cx. Postal, 284 -
B. Vassoural
55030-077 - Caruaru - PE
Fone/Fax: (81) 3722-3136

Piauí

Rua Riachuelo 1466 –
B. Vermelha - 64018-060
Teresina - PI
Fone/Fax: (86) 3211-6785/6783

Rio de Janeiro

Rua Pedro I, 7 – Sl 402
20071-000 - Rio de Janeiro - RJ
Fone/Fax: (21)2532-3544

Rio Grande do Norte

Rua Misericórdia, 687 – Centro
59025-470 - Natal - RN
Fone: (84) 201-0736

Rio Grande do Sul

Trav. Francisco Leonardo
Truda, 98 - 4º Andar
Ed. Brasília - 90010-050
Porto Alegre - RS
Fone/Fax (51) 3221.9022

Rondônia

Rua Belo Horizonte, 2046
78953-000 - Centro
Nova União – RO
Tel.: (69) 466-1147

Santa Catarina

Rua São José, 162 - D
C.P. 272 - 89812-150
Chapecó - SC
Fone/Fax: (49) 3322-2331/3334

São Paulo

Al. Olga, 399
Barra Funda
01155-040 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 3668-6086

Loja da Reforma Agrária

R. Brigadeiro Galvão, 28
Campos Eliseos – São Paulo-SP

Sergipe

Rua Marechal Floriano
Peixoto, 162
B. Getúlio Vargas
49055-420 - Aracaju - SE
Fone (79) 3211-5792

Tocantins

Rua 02, Quadra 11, 785
Setor Oeste
77600-000 – Paraíso do
Tocantins - TO
Fone/Fax: (63) 602-5065

Compre a Revista Sem Terra

Bancas e Livrarias

São Paulo

Banca na PUC

Rua Monte Alegre - Perdizes
(em frente à entrada principal da universidade)

EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa J, 374 - térreo - sala 07
Edifício da Antiga Reitoria - Cidade Universitária

FNAC Pinheiros

Rua Pedrosa de Moraes, 858 - Pinheiros - Tel.: (11) 3815-1099

FNAC Paulista

Av. Paulista, 901 - Bela Vista - Tel.: (11) 2123-2009

Livraria Olho D'Água

Rua Dr. Homem de Melo, 1036 - Perdizes - Tel.: (11) 263-9633/1287

Loja da Reforma Agrária

R. Brigadeiro Galvão, 28 - Campos Eliseos - Tel.: (11) 3666-4451

Cartas

A *Revista Sem Terra* também é feita por você. Suas idéias são muito importantes na produção de um veículo de comunicação comprometido com o povo brasileiro. Por isso, envie suas sugestões, críticas e opiniões para nosso endereço eletrônico: revista@mst.org.br

Sumário



Capa: Foto de Douglas Mansur

ENTREVISTA

- 8 O professor e pesquisador Marcio Pochmann analisa a situação econômica e social do País.
Por Igor Felipe Santos

POLÍTICA

- 15 O cenário político de 2006, a luta eleitoral e a luta principal do capital versus trabalho.
Por Virgínia Fontes

NACIONAL

- 20 A gravidade da violência urbana no Brasil e o fracasso das políticas de segurança pública.
Por Máira Kubík Mano



ECONOMIA

- 23 O que vai acontecer com a “reforma agrária de mercado” defendida pelo Banco Mundial.
Por João Márcio Mendes Pereira

TRANSGÊNICOS

- 26 A empresa Monsanto, dos Estados Unidos, aumenta seu lobby no governo brasileiro.
Por Elizabeth Lorenzotti

CPMI DA TERRA

- 29 Como os parlamentares reacionários desvirtuaram os trabalhos da comissão.
Por Nina Fideles e Maria Mello



CPMI DA TERRA

- 32 Os embates com a bancada ruralista e a radicalização da direita na CPMI da Terra.
Por João Alfredo Telles Melo

EDUCAÇÃO

- 34 MST propõe parcerias e abre as portas da universidade para a juventude sem terra.
Por Sueli Auxiliadora dos Santos

INTERNACIONAL

- 38 Acordos propostos por órgãos econômicos e sociais criam a ilusão do desenvolvimento.
Por Marcos Zibordi

- 41 Bolívia aposta na liderança do presidente Evo Morales na luta contra o imperialismo.
Por Marcelo Câmara

COMUNICAÇÃO

- 43 O jornalista Gustavo Gindre explica o que está em jogo na escolha da TV Digital.
Por Ana Maria Straube

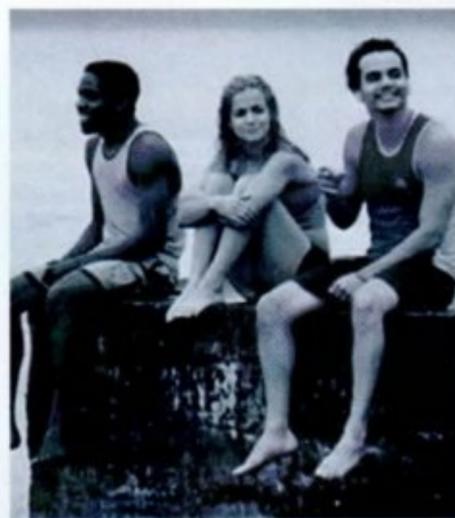
DOCUMENTÁRIO

- 47 Depoimentos de mulheres revelam as marcas do Carnaval e das escolas de samba.
Por Wladyr Nader



CINEMA

- 51 O filme brasileiro *Cidade Baixa*, de Sérgio Machado, mostra sentimentos em conflito.
Por Kelly Fernandes



TEATRO

- 52 Grupo de atores do MST se apresenta no espaço histórico da resistência política.
Por Cristiane Gomes

ARTE POPULAR

- 55 O ceramista Ulisses Mendes retrata no barro a dura vida camponesa do Jequitinhonha.
Por Regis Gonçalves

FOTOGRAFIA

- 58 Robson Oliveira premiado na Itália como o mais importante fotógrafo social de 2005.
Por Gustavo Garde

CULTURA

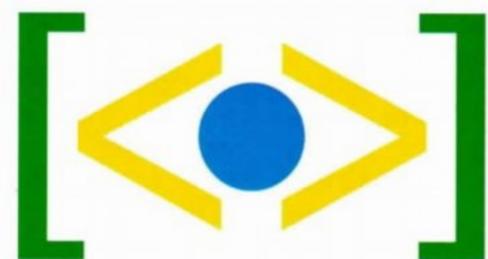
- 60 Dois livros recém lançados analisam as narrativas da literatura e dos folhetos de cordel.
Por Marcos Zibordi

- 62 **HUMOR** – Maringoni

O sonho de ter um computador vai se transformar em realidade para milhares de brasileiros.

O Governo Federal criou o programa Computador para todos. É a primeira vez que o país tem uma política de inclusão digital que isenta de impostos a produção de computadores e abre linhas de crédito com juros mais baixos, criando oportunidades para micro, pequenas empresas e cidadãos que ainda não puderam adquirir seu computador. Agora, mais brasileiros poderão ter acesso a um mundo novo de informação, educação e tecnologia. Para comprar o seu, procure nas lojas e pergunte aos vendedores.

Para mais informações, acesse www.computadorparatodos.gov.br



**Computador
para todos**
Governo Federal

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MARCIO POCHMANN

País é prisioneiro da elite nacional

IGOR FELIPPE SANTOS

O Brasil vive a crise mais grave do padrão de desenvolvimento do capitalismo da sua história, afirma o economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Pochmann acredita que a sociedade brasileira passou por um processo de regressão social e econômica, que coloca o país cada vez mais distante do seu potencial de desenvolvimento. Em 1980, a renda *per capita* do brasileiro era um terço do morador dos Estados Unidos. Atualmente está em um quinto.

No mesmo período, diminuiu substancialmente também a porcentagem do Trabalho no Produto Interno Bruto (PIB).

“O quadro social pode colocar abaixo a democracia, considerando que somos um país de baixa cultura democrática”, prevê o economista, que foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (gestão Marta Suplicy) e coordenou o “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, série de estudos com uma radiografia da exclusão social.

Para ele, o País não está condenado ao desemprego nem à exclusão social, conseqüências das políticas de su-



Fotos: Neldo Cantanti

O professor e pesquisador da Unicamp sustenta que o modelo econômico não permite a adoção das políticas sociais universais que o país precisa.

cessivos governos. “Estamos prisioneiros pela opção da elite nacional, que praticamente abandonou a política do pleno emprego, da produção e do trabalho em nome da financeirização da riqueza”, afirma.

O processo de desaburguesamento da classe média e de desproletarização da classe operária cria a oportunidade de união política dos dois grupos em torno de mudanças. “A forma de destruturação da sociedade brasileira está constituindo uma oportunidade de resistência em melhores condições que tivemos no passado recente”, acredita.

Pochmann questiona estudos produzidos a partir dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), elaborada a partir de entrevistas com 400 mil pessoas e de visitas a cerca de 140 mil domicílios em todo o país,

realizada em 2004, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A pesquisa indica que a desigualdade caiu sistematicamente desde 1993. O índice Gini, que mede a concentração de renda, passou de 0,571, em 1993, para 0,535, em 2004 (mais perto de zero, maior a igualdade).

Segundo o estudioso, a pesquisa foi explorada de forma ideológica pela imprensa e pelo governo. “O grande destaque aos números da pobreza e redução da desigualdade foi muito mais conviência com o modelo econômico do que uma posição de cientista social comprometido com a verdade”.

Pochmann avalia que o índice Gini trabalha com uma base de dados restrita ao centro da distribuição da renda e apresenta apenas informações de parte dos estratos sociais. Os números dos mais pobres e ricos ficam de fora. Independente disso, a Pnad não significa elevação da qualidade de vida dos pobres.

“A redução da desigualdade se deve não pela melhoria de todas as rendas, sendo que a dos mais pobres teria crescido mais que a dos mais ricos. Foi decorrente da queda em termos reais da renda dos mais ricos. Isso não aponta para uma redução da desigualdade que indique uma melhora social de forma generalizada”, diz o pesquisador.

Os novos empregos com carteira assinada criados durante o governo Lula representam um ponto positivo, mas apresentam baixa remuneração. Dados do economista indicam que de cada três postos abertos, dois pagam até 450 reais.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sustentado que a política econômica não atrapalha a realização de políticas sociais. “É um equívoco do presidente, que não entendeu que para um governo de esquerda a centralidade é a economia”. Leia a seguir a entrevista exclusiva com Marcio Pochmann.

Quais as principais conseqüências da política econômica e social para a população brasileira nas últimas duas décadas?

MP – Estamos diante da mais grave crise do padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A evolução da renda por habitante mostra um quadro de estagnação. Crescendo levemente acima da média nos últimos 25 anos, comparavelmente à evolução população economicamente ativa. No conjunto do país, há indicadores de regressão social e econômica. Estamos nos distanciando daquilo que poderíamos ser. Em 1980, tínhamos cerca de um terço da renda *per capita* dos Estados Unidos. Em 2004, o Brasil caiu para um quinto. Temos também uma regressão na distribuição funcional da renda, que permite separar trabalho e capital.

Qual o tamanho da regressão?

MP - Em 1980, o Brasil tinha uma renda do trabalho de metade do PIB. Em 2003, a renda do trabalho era 36%. Houve uma regressão de 14%. Nos países desenvolvidos, a renda do trabalho representa mais de 60%. Os

indicadores de violência e desemprego também regrediram. Não existe possibilidade de se manter por mais tempo nessa situação, que não aponta para perspectivas de um país. O quadro pode colocar abaixo a democracia, considerando que somos um país de baixa cultura democrática, lamentavelmente. O país não possui 50 anos de democracia, tratada tão somente pelo sufrágio universal e pelo voto direto. Os órgãos internacionais vêm para o Brasil e identificam que metade da população aceita mudanças de sistema político, porque a democracia no Brasil não possibilitou mudanças concretas para melhor nas condições de vida. Precisamos considerar até onde conseguiremos levar um quadro econômico tão desfavorável para o conjunto da população.

“O Estado financia organismos financeiros concentrados em pequenas famílias. Isso não é produtivo para a geração de postos de trabalho. O nível de desemprego é um caso sem paralelo”

O país apresenta cerca de 10% da população desempregada e 25% na informalidade, junto com um processo de desindustrialização. Como ficou o mundo do trabalho?

MP - Há algumas interpretações da desestruturação do mundo do trabalho. Uma delas sustenta que foi decorrente das grandes transformações tecnológicas. O avanço causaria o desemprego, que deveria estar associado ao aumento da produtividade. Com isso, não haveria do que reclamar, já que cresceríamos tecnologicamente. Seria o custo do progresso. Para outra interpretação, as empresas estariam ávidas a contratar mais trabalhadores, que não estariam preparados para ocupar as vagas ofertadas. As duas explicações tiram a responsabilidade da política econômica e dos governos pelo desemprego. Foram levadas à exaustão e perderam a validade. Não somos um país condenado ao desemprego nem à exclusão social, que resultam das opções dos governos. A Pnad de 2004 mostrou que quando há crescimento econômico, amplia-se o nível de emprego, inclusive assalariado com carteira assinada, o melhor emprego gerado pelo capitalismo brasileiro.

Por que estamos nessa situação?

MP - Estamos prisioneiros pela opção da elite nacional, que praticamente abandonou a política do pleno emprego, da produção e do trabalho em nome da financeiriza-

ção da riqueza. O Estado nas últimas duas décadas financia organismos financeiros concentrados em pequenas famílias. Isso não é produtivo para a geração de postos de trabalho. O nível de desemprego é um caso sem paralelo. Desestrutura famílias e leva a uma grave dificuldade de inserção dos jovens. Esse é um dos principais problemas nacionais.

Quais as maiores dificuldades da juventude?

MP - Temos a quinta maior população juvenil do mundo. A cada duas pessoas de-

sempregadas, uma tem menos de 25 anos. Em nenhuma geração, a juventude viveu uma situação tão grave, que requer uma ação muito mais contundente enquanto prioridade nacional. Temos uma geração que infelizmente não conhece o trabalho sério e bem remunerado. Isso não apenas compromete as próximas gerações como reforça as contradições do país. Embora sejamos um país de baixa escolaridade, com a média do brasileiro de seis anos e seis meses, nossos jovens têm muito mais escolaridade do que a média nacional. Os jovens com maior escolaridade não encontram postos de trabalho decente e estamos exportando mão de obra qualificada para outros países, porque aqui não são geradas as vagas necessárias.

Em 20 anos, como ficou a qualidade de vida da maioria da população?

MP - Depende da lente que usamos para analisar. Tomando como referência o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é uma tentativa de síntese, teria havido aparentemente uma melhora. Precisamos discutir com maior profundidade o conceito de desenvolvimento humano, sustentado sobre três indicadores gerados em um ambiente neoliberal, que permite países regredirem econômica e socialmente - como é o caso do Brasil - e melhorarem no IDH. Isso mostra a contradição dos indicadores.

Foto: Douglas Mansur



“Em nenhuma geração, a juventude viveu uma situação tão grave, que requer uma ação muito mais contundente enquanto prioridade”

bem qualificado. O outro indicador aponta que caiu a taxa de fecundidade de forma substancial, especialmente nas famílias pobres, reduzindo inclusive a mortalidade infantil de forma expressiva. Parte da explicação pela queda da mortalidade infantil é que as mulheres pobres deixaram de ter filhos. Devemos levar em consideração que o filho que não nasceu não pode morrer. Tivemos avanços importantes no saneamento básico. Mesmo assim, estamos longe de estar bem, especialmente na coleta de lixo. Houve melhoras em determinadas cidades com a urbanização de favelas. Todos os indicadores nos colocam ainda procurando vencer problemas que outros países resolveram 60 anos atrás. No balanço geral, é muito pouco considerando o potencial do Brasil se não tivesse abandonado o compromisso com o crescimento econômico desde a década de 80.

Hoje existe uma diversidade de formas de contratação de trabalhadores. Foram criados mecanismos que levaram à precarização, como a criação de cooperativas de empregados e a contratação de autônomos. Qual influência disso na estrutura social brasileira?

MP - O quadro de semiparalisia econômica vem acompanhado de mudanças profundas na sociedade brasileira, que é muito diferente de 25 anos atrás. Por exemplo, a classe operária dos anos 80 é diferente de agora. Algu-

Qual a sua avaliação das transformações sociais tendo como base o IDH?

MP - Do ponto de vista do balanço das duas últimas décadas, a expectativa média de vida aumentou em geral. O que represente deixar de viver 60 anos na pobreza para viver 70 anos na pobreza extrema? É um ganho viver mais, sem dúvida. No entanto, viver dez anos a mais na extre-

ma pobreza é desenvolvimento humano? A pessoa continua pobre durante mais tempo. Apresenta-se isso como melhoria humana. Eu concordo, mas o indicador precisa ser mais

mas mudanças estão associadas à profunda reforma trabalhista que tivemos nos anos 90. Do ponto de vista legal, os avanços foram relativamente pequenos, comparando inclusive com outros países. No entanto, houve no Brasil uma reforma trabalhista branca feita pelo mercado. Tínhamos nos anos 80 cerca de cinco tipos de contrato de trabalho. Hoje temos algo como 18. Houve uma flexibilização enorme, que trouxe impactos não apenas na remuneração, mas também na identificação daqueles que trabalham. Foram introduzidos novos métodos de gestão junto com novas formas de contratação, que tornaram parte importante dos trabalhadores não mais companheiros, mas competidores por metas de produção e venda, que faz com que a renda do trabalho fique cada vez mais variável. Isso torna muito mais insegura a vida daqueles que dependem do trabalho, porque não há garantia de que amanhã ou no ano que vem terá renda suficiente para viver de forma digna.

Com essas transformações, quais as novas características dos estratos sociais?

MP - Houve um desaburguesamento da classe média brasileira, em relação ao padrão de vida, financiamento, crédito e consumo durante seu auge nos anos 70 e 80. Isso está diretamente associado a alterações na estrutura sócio-ocupacional da classe média. Com relação à classe operária, que dependia fundamentalmente de sua força de trabalho física e mental para financiar sua sobrevivência, há sinais de desproletarização. Percebemos hoje que há cerca de 4 milhões famílias no Brasil sem remuneração. Não são nem monetizadas. A cidade de São Paulo, de acordo com o senso demográfico de 2000, tinha 350 mil famílias sem renda. Isso caracteriza um processo de desproletarização, que coloca numa sociedade moderna capitalista a inexistência de salários como mecanismo principal financiamento dos que dependem do trabalho. São dois sinais que mostram uma crescente heterogeneidade no interior das classes, com impactos importantes na organização do trabalho e na representação em sindicatos e partidos políticos.

No pensamento de esquerda clássico, o trabalho forjava a resistência ao capital. Como fazer a luta política agora, com grande parte da população desempregada e na informalidade?

MP - A resistência não é forjada simplesmente porque

aqueles que estão submetidos à opressão tendem a se conscientizar, mas também pelas próprias contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista. Inclusive acredito que a forma de desestruturação da sociedade está constituindo uma oportunidade de resistência em melhores condições que tivemos no passado recente. Com o desaburguesamento da classe média, temos pela primeira vez a possibilidade da união do que seria a classe operária e a classe média. A classe média no Brasil nunca constituiu uma aliança com os trabalhadores. A eleição do presidente Lula em 2002 foi uma oportunidade inédita, porque parte importante da classe média direcionou seu voto para o PT em função da avassaladora crise que vive em termos de reprodução social. A oportunidade não foi aproveitada, mas isso não significa que novas alianças não possam ser construídas.

“Há crescente heterogeneidade no interior das classes, com impactos na organização do trabalho e na representação em sindicatos e partidos políticos”

Os dados da Pnad indicam que a desigualdade cai sistematicamente no Brasil desde 1993 e o índice Gini melhorou. Por outro lado, a renda dos lares caiu 16%. Como você avalia esses números?

MP - Os dados devem ser compreendidos dentro daquilo que representam. A Pnad é uma informação por amostra, por domicílio, que se refere muita mais à renda do trabalho do que outras formas, como o capital, juros, lucro, renda da terra, aluguel de imóveis etc. A renda do trabalho representa 36%, ou seja, temos boas informações sobre parte da renda nacional. Os ricos, de maneira geral, não fazem parte da pesquisa. São representados, mas há uma subestimação da renda. O Pnad representa 60% da renda pessoal disponível na contabilidade nacional. Há uma sub-declaração. Isso não retira o reconhecimento de que houve uma redução da desigualdade. Não porque todas as rendas cresceram. Por exemplo, a renda do trabalho ficou congelada em 2004. Mas houve melhorias porque a renda do segmento com melhor remuneração na pesquisa, com cerca de R\$9 mil mensais, perdeu poder aquisitivo.

O que isso significa?

MP - A redução da desigualdade se deve não pela melhoria de todas as rendas, sendo que a dos mais pobres teria crescido mais que a dos mais ricos. Foi decorrente da queda em termos reais da renda dos mais ricos. Isso não aponta para uma redução da desigualdade que indique uma melhora social de forma generalizada. Temos fundamentalmente que reconhecer que as mudanças no mercado de trabalho trazem dificuldades para medir a renda. Os dados mostram uma redução da desigualdade e da taxa de pobreza extrema, mesmo assim, devemos reconhecer que a desigualdade é extremamente alta no Brasil e precisamos de uma ação de longo prazo que fortaleça a sua diminuição.

A grande imprensa e o governo deram bastante destaque aos números, mas não foi a renda dos pobres que melhorou significativamente, mas houve uma proletarianização da classe média?

MP - Exatamente. É isso que indica o índice Gini, que tem referência no centro da distribuição da renda. Não é um bom indicador de desigualdade nas pontas. Está acontecendo um desaburguesamento da classe média, que está derretendo. Por isso, o índice dá impressões que não são as mais concretas. O país vive com tantos dados negativos, mas os positivos foram muito bem realçados. Isso não é necessariamente um compromisso com a verdade. Pode ser muita ideologia. Em alguns aspectos, o que nós tivemos na interpretação do Pnad foi muito mais ideológico do que uma análise séria. O grande destaque aos números da pobreza e da redução da desigualdade foi muito mais conivência com o modelo econômico do que uma posição de cientista social comprometido com a verdade.

O governo divulgou também que foram criados mais de 3,5 milhões de empregos com carteira assinada em três anos. Quais as características dos novos postos?

MP - A expansão aconteceu por causa do aumento do nível de emprego e pela formalização de informais, que foram registrados. Em parte, isso se deve a posição mais rígida da Justiça do Trabalho, do Ministério Público e pela fiscalização do Ministério do Trabalho. Os dois movimentos resultaram em dados positivos. O emprego formal aumentou mais quando a economia cresceu, como em 2004 e agora em 2005. Com crescimento, o país terá mais emprego. Por outro lado, o emprego com carteira assinada aberto tem um perfil de remuneração

A sociedade brasileira em números

Dívida social

- R\$7,2 trilhões

Riqueza Nacional

- 5 mil clãs de famílias controlam 40%
- 10% da população rica se apropria de 75%
- 90% do povo brasileiro fica apenas com 25%

Títulos da Dívida Pública

- R\$120 bilhões de reais no pagamento dos títulos repassados para 20 mil clãs de famílias (cerca de R\$6 milhões de reais por família ao ano)

Previdência Social

- R\$140 bilhões de reais no atendimento de 21 milhões de famílias de aposentados (cerca de R\$6 mil por família ao ano)

Bolsa Família

- R\$7 bilhões de reais na assistência de 8 milhões de famílias (cerca de R\$72 por mês para cada família)

Trabalho

- Em 1980, a renda do trabalho era 50% do PIB. Agora representa 36%
- 4 milhões famílias vivem sem remuneração (350 mil famílias na cidade de São Paulo)

Novos empregos

- De três novos postos abertos, dois estão na faixa de um a um e meio salário mínimo (até 450 reais)

Educação e Juventude

- De duas pessoas desempregadas, uma tem menos de 25 anos
- 4 milhões e 300 mil de jovens desempregados
- 1 milhão e 350 mil jovens qualificados saíram do país na década de 90 em busca de oportunidades
- A cada 10 alunos matriculados no primeiro ano do ensino fundamental, somente um conclui a universidade
- Enquanto o Brasil tem 35% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados nas escolas, o Chile apresenta 85%. Para chegar nesse nível, o Brasil teria que incorporar 4,9 milhões de jovens, que implica a construção de 50 mil salas de aulas e a contratação de 500 mil professores.

muito baixo. Em 2005, de 1 milhão e 500 mil postos de trabalho abertos até outubro, 90% são com remuneração até dois salários mínimos - cerca de 600 reais. De cada três postos abertos, dois estão na faixa de um a um e meio salário mínimo - até 450 reais. Não são salários dos melhores. O país teve problemas grandes para gerar empregos. Agora geramos em número não suficiente e com problema de qualidade. A questão agora é como

melhorar a qualidade do emprego em termos de remuneração. É um bom problema quando comparado a um período que nem emprego existia.

No entanto, os empregos de remuneração baixa não contribuem para o aumento da renda do trabalho no PIB.
MP - Isso ainda é algo a ser considerado. O país apresenta ganhos financeiros bastante significativos. Entre 7 a 8% do PIB são transferidos para poucas famílias, detentoras dos títulos públicos. O emprego precisa crescer mais rapidamente com melhores salários, com a diminuição substancial da taxa de juros e a renegociação da dívida para evitar a transferência de ganhos financeiros para famílias muito ricas.

O professor sustenta que com crescimento econômico vai diminuir o desemprego. Como fica a idéia da reforma trabalhista como forma de desonerar a produção e gerar empregos?

MP - Os dados de 2004 mostram que o emprego formal cresceu tanto nas micro e pequenas empresas como nas grandes empresas. É mais uma argumentação que foi utilizada de forma ideológica na tentativa de destruição dos direitos dos trabalhadores. No capitalismo, o emprego não é determinado pelo custo do trabalho. Se houver demanda e renda para consumir aumentará a produção e, por conseqüência, o emprego. Fora disso, temos uma visão distorcida que levou a questão para o lado da oferta, ou seja, quanto menor o custo de trabalho, maior o emprego. É um equívoco que não se mostrou correto.

De acordo com o professor, no período da democratização do país, na década de 80, houve um consenso sobre o pagamento da dívida pública. Depois disso, o Estado brasileiro passou a ser estruturar para servir aos interesses dos credores financeiros. Como isso aconteceu?

MP - Tivemos o ciclo da industrialização, que começou em 1930 e foi até 1980. Desde então, vivemos o ciclo da

“No capitalismo, o emprego não é determinado pelo custo do trabalho. Se houver demanda e renda para consumir aumentará a produção e, por conseqüência, o emprego”

financeirização. Os principais mecanismos de valorização do capital são financeiros, fictícios. Não são operacionais, produtivos e concretos como anteriormente. O financiamento desse ciclo vem sendo sustentado no setor

público. Tivemos nos anos 80 um forte crescimento da dívida pública, em parte associada ao problema da dívida externa. Com isso, alguns segmentos específicos, especialmente os exportadores, foram os principais privilegiados pela política de financeirização. O sobre-fôlego da financeirização foi possível a partir da entrada de recursos externos no Brasil.

Dessa forma, o Brasil colocou em marcha políticas neoliberais?

MP - O país teve que fazer as privatizações e a regulamentação financeira, que tornou os ricos com maior poder para a condução da política econômica. Isso faz com que a economia

seja conduzida hoje de acordo com os interesses de 20 mil clãs de famílias, que respondem por 80% da totalidade dos títulos dívida pública. Esse segmento tem um poder tão grande que são capazes de orientar a política econômica. Não deixam cair a taxa de juros, senão pegam o dinheiro, deixam de financiar a dívida e vão embora. A economia brasileira foi organizada para atender cada vez mais esses interesses. Foi criada uma secretaria do Tesouro, que controla o gasto público no país, com o objetivo de canalizar recursos para o pagamento do serviço da dívida pública. A área econômica tem uma coordenação e a equipe tem metas e cronogramas, discutidos diariamente pelos analistas econômicos e pelos jornais.



Foto: Malacheta MG

Diferentemente da área social, que não recebe o mesmo tratamento...

MP - A questão social ao longo do tempo permaneceu esquecida, inclusive porque a área não tem coordenação. Não existe o reconhecimento da dívida social, metas e cronogramas. Só aparece como tragédia. É traduzida pelos meios de comunicação quando há um assassinato ou uma chacina. A temática não é politizada, a despeito de ser o problema mais grave do país.

A política econômica não é apenas uma imposição externa. Contempla também os interesses dessas 20 mil famílias?

MP - Com certeza. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) reclama quando a taxa de juros está alta, mas as grandes empresas também são ganhadoras com a política econômica. Se a economia cresce, ganham vendendo mais. Se a economia não crescer e a taxa de juros estiver muito alta, ganham porque parte importante da sua riqueza está financeirizada. Na realidade, há um apoio político à macroeconomia. O mais fácil para um governo é fazer essa opção. Difícil é tentar uma alternativa. Para fazer algo diferente, será preciso mexer com poucos setores com um poder decisivo na opinião pública, na mídia e nos partidos políticos.

A carga tributária é alta, baixa ou mal estruturada no Brasil?

MP - Temos uma carga tributária regressiva. Pagam mais impostos aqueles que menos ganham. Ela é alta e concentrada na população pobre. Porém, é baixa em relação aos extratos superiores de riqueza. Precisamos de tributos cada vez maiores sobre a renda, não sobre o consumo, que faz pessoas pobres e ricas pagarem o mesmo imposto para comprar o mesmo produto. Isso é uma estrutura regressiva que penaliza os mais pobres. O Brasil é um país para poucos do ponto de vista da dominação da riqueza. Isso está associado ao país não ter passado por rupturas. É um país sem passado revolucionário e reformas civilizatórias. Nunca tivemos uma reforma tributária progressiva, que fizesse os ricos pagarem impostos. Os ricos praticamente não pagam impostos, tanto porque encontram brechas na legislação ou pela falta de leis, como taxas sobre a riqueza e herança. Há uma estrutura de privilégios desde a tributação até o financiamento do consumo, que dificilmente se encontra em outros países.

O professor trabalha com uma dívida social em torno de R\$7,2 trilhões para promover a cidadania a todos os bra-

sileiros. Como vocês chegaram ao número?

MP - O objetivo do estudo foi mostrar que os governos brasileiros estão gastando muito pouco na área social. Para reverter o quadro, precisamos de investimentos muito maiores. É possível em um período relativamente curto de tempo superar as nossas mazelas. Para isso, precisamos reconhecer o tamanho da dívida, seja na educação, saúde, habitação, transporte, saneamento, pobreza e questão agrária. O esforço que fizemos foi identificar em oito complexos da intervenção pública a distância que separa o Brasil de hoje do país da inclusão. Também dimensionamos o custo que representaria os investimentos nessas áreas. A estimativa da dívida social, dez vezes maior que a dívida financeira pública, é para chamar atenção que precisamos de uma mudança cultural no entendimento dos principais problemas da sociedade. Também para levar a uma conscientização da inversão de prioridades que precisamos fazer. Não dá para gastar mais a quantidade de recursos em transações financeiras e deixar a área social exposta à escassez de recursos.

Como pagar a dívida social?

MP - É possível pagar com o compromisso com o crescimento econômico. Se o país crescer entre 5% e 6% ao ano, podemos ter em 10 anos por meio da carga tributária uma quantidade de recursos para financiar a área social três vezes maior. Enfrentaríamos as mazelas sociais crescendo e alterando o padrão das políticas públicas, que precisam operar de maneira convergente, integrada e articulada. Não dá mais para continuar tendo políticas que tratem dos pobres da saúde, da educação, do trabalho. O pobre é um só e precisa de uma interferência pública multidimensional.

O presidente Lula tem afirmado que a macroeconomia não impede a execução de políticas sociais. Você concorda?

MP - É um equívoco do presidente, que não entendeu que para um governo de esquerda a centralidade é a economia. Nos últimos 25 anos, o modelo econômico não permitiu políticas sociais decentes. O Brasil precisa de políticas universais e focalizadas. O que vem acontecendo é uma opção por políticas focalizadas, em detrimento de universais. Para fazer políticas universais, é preciso comprometer recursos significativos. O país apresenta pobreza universalizada e querem combatê-la com políticas focalizadas. O modelo econômico não permite as políticas sociais decentes e universais que o país precisa. ■

Igor Felipe Santos é jornalista



Comício pela Diretas Já: sufrágio universal é uma conquista, que passa por processos de castração

2006: a luta eleitoral e a luta principal

VIRGÍNIA FONTES

A luta eleitoral é uma luta que não pode ser desprezada. No entanto, a luta principal segue sendo a da organização e da formação intelectual, moral e ética da classe dominada, contra toda e qualquer forma de exploração de classes. Somente a partir desse horizonte real as diferentes formas de luta – eleitorais, econômicas, corporativas, culturais – adquirem sentido e podem apontar para transformações efetivas.

A democracia é uma exigência popular: o direito da maioria a se organizar, se expressar livremente, intervir permanentemente em todas as instâncias da vida social (econômica, política, cultural, etc.). O sufrágio universal é, efetivamente, uma conquista democrática. A democracia, porém, não pode ser reduzida ao sufrágio. Não há democracia plena sob o capitalismo, uma vez que as decisões que dizem respeito à própria existência da

maioria da população – os trabalhadores – estão fora do alcance de sua intervenção, que permanece subalternizada pela propriedade privada.

Democracia é também algo para além do governo representativo e do sistema de divisão de poderes, característicos da emergência do poder burguês. Este os criou quando precisou afrontar a nobreza e as monarquias centralizadas, organizando a política através da codificação legal e da representação dos proprietários.

O sufrágio universal, conquista democrática, permitiu o ingresso de não proprietários, eleitos, nas instâncias representativas pré-existent, mas jamais assegurou igualdade de condições de organização (e sabemos o custo da organização para as classes dominadas); jamais garantiu igualdade e liberdade de expressão – a mídia se transformou num império empresarial para impedi-lo; e manteve duas condições pétreas limitando a atuação

O horizonte fundamental é a retomada da organização das classes subalternas com a clareza da oposição entre capital e trabalho

desses novos eleitos – a obediência a essa institucionalidade, como se ela fosse a própria democracia, e a intocabilidade da propriedade privada.

Apesar desses obstáculos, houve conquistas democráticas trazidas tanto pelo sufrágio quanto pela organização dos trabalhadores e de movimentos populares, em lutas extraparlamentares. No entanto, ocorreram sob a dominação capitalista e, as-

“ *A grande imprensa apresenta a política como se fosse limitada ao âmbito parlamentar. Com o estímulo e a simultânea desqualificação dessa ‘pequena política’ pretendem atingir sobretudo a grande política dos embates de classes* ”

sim, sua existência derivou (e continua a depender) de intensas lutas. A principal vitória é que a necessidade da democracia tornou-se um ponto indiscutível. Entretanto, muitos a exaltam no discurso ao mesmo tempo em que a descaracterizam.

LUTAS DEMOCRÁTICAS

A história das lutas democráticas se confunde, ao longo dos últimos séculos, com processos que procuram reduzi-las e castrá-las. Vejamos alguns dos mais comuns. O mais corriqueiro é sua transformação em mera expressão mercantil, através do mercado do voto e do marketing eleitoral. Isso favorece ganhos eleitorais para aqueles que detêm muitos recursos financeiros, que podem pagar grandes campanhas e publicidade.

A circunscrição da democracia à arena parlamentar ressalta apenas as disputas menores, ainda que graves e escandalosas: com o “tudo acaba em pizza”, todos parecem iguais. Essa é uma tentativa de nos fazer abandonar a política. Como a grande imprensa apresenta a política como se fosse limitada ao âmbito parlamentar. Com o estímulo e a simultânea desqualificação dessa “pequena política” pretendem atingir, sobretudo a grande política, aquela na qual ocorrem os embates entre diferentes projetos de

sociedade. Embates de classes.

Mais recentes, os procedimentos de “blindagem” retiram os setores mais importantes da condução da vida social do âmbito da democracia, seja por sua atribuição exclusiva a certos segmentos sociais (como, por exemplo, o tema da “autonomia” do

Banco Central), seja pela privatização pura e simples de uma série de atividades. Neste último caso estão a educação, a saúde, as políticas sociais, entregues a “parcerias” com empresas, reduzindo o alcance popular em sua formulação e implementação. Isso sem falar de fraudes, como ocorreram nos Estados Unidos, por exemplo, ou da criminalização das lutas democratizantes e dos movimentos sociais.

Tantas manobras para estreitar o alcance da democracia evidenciam também sua importância. Se as classes dominantes precisam circunscrevê-la, para impedir que a maioria chegue, efetivamente, a exercer a escolha e o controle da vida social, isso significa que essas maiorias seguem expressando impulsos democratizantes.

Significa também que as maiorias continuam sendo consideradas perigosas pelos dominantes. Exatamente por isso, procuram “domá-las”, “adestrá-las” e “convencê-las” para que aceitem a redução da própria democracia como se fosse... toda a democracia.

Significa ainda que a luta política, dentro e fora do contexto parlamentar, segue atual. A atualidade da luta política no âmbito parlamentar, entretanto, não pode ser definida unicamente por critérios eleitorais.

EXIGÊNCIAS DA LUTA

Só há luta parlamentar efetiva - isto é, esse espaço só adquire sentido para as demandas das classes dominadas - se houver organização *constante* das classes subalternas, se houver um *projeto comum* capaz de enfrentar a permanente desqualificação da própria política empreendida pelos setores dominantes.

Não pode haver ilusões, portanto, em meras contagens de votos, como se isso expressasse imediatamente a maioria. Este só será o caso no dia em que essa maioria tiver real acesso à informação não mercantil e à auto-organização. Pequenos resultados eleitorais podem ser importantes, mas não devemos nos enganar. Sua força e seu papel residem na capacidade de organizar a classe, de informar e educar contingentes populacionais mais expressivos e não pelo que, eventualmente, venham a transformar no interior do processo legislativo.

Eleger candidatos só terá sentido se contribuir para construir a autonomia das classes subalternas frente ao patronato e ao Estado. Autonomia inclusive financeira - se dependerem do Estado ou da filantropia, deverão se ajustar a eles para continuar a receber seus recursos.

DESAFIOS ATUAIS

Para conter os descontentamentos populares, duas vêm sendo as mais importantes táticas de dominação burguesa no Brasil. Ambas atuam na transfiguração da reivindicação social e popular legítima (da efetiva pressão democratizante) em seu contrário, ambas usam e abusam da palavra democracia, mas para desqualificá-la.

A primeira, a conversão de reivindicações populares em atividade gerencial: a emergência de descontentamentos populares vem sendo ras-

treada e transformada, com recursos públicos e privados, em gerências de problemas, para cuja função quais alguns dos próprios “descontentes” são remunerados. Essa é a estratégia atual da Terceira Via, que objetiva eliminar uma percepção mais ampla das questões sociais, enclausurando os potenciais rebeldes – e financiando-os através de subempregos, ainda que sem direitos – na impossível solução de problemas que derivam de contradições estruturais (favelas, racismo, subalternização das

melhor forma possível, em todas as frentes, estar atentos a todas as necessidades. Essa disposição de luta vem sendo transfigurada de forma perversa. Em vez do engajamento militante, a “responsabilidade social”.

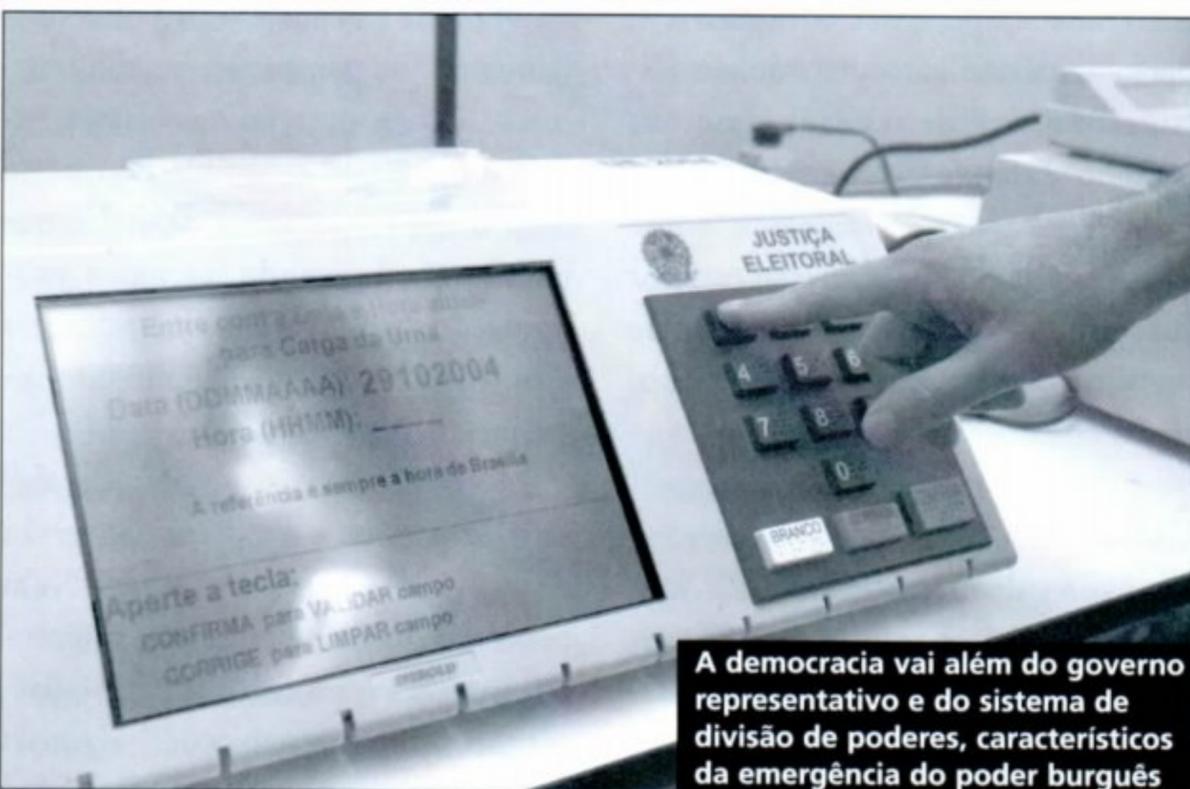
Através de pequenos prêmios e pequenas complementações financeiras, ou mesmo de forma desinteressada, muitos se esforçam por trabalhar mais, ampliando suas jornadas de trabalho, procurando sanar no âmbito privado o que somente pode ser

banqueiros, mas os empregadores exigem “participação cidadã” dos “seus” trabalhadores; apresentam a miséria como se fosse desconectada da exploração de classes e oferecem uma frágil sobrevivência para alguns setores populares através de pequenos projetos financiados por ONGs (Organizações Não Governamentais) ou entidades empresariais.

MONOPÓLIO

A informação não só se tornou monopólio de gigantescas empresas, como chegou ao extremo de fornecer jornais diferentes cada segmento social: *O Globo* para os setores médios; o *Valor Econômico* para os setores dominantes e o *Extra* para os demais. Todos da mesma empresa. Nas televisões, redes “abertas” e sistemas fechados, de acesso restrito. Essa difusão e organização da cultura, através da grande mídia e de organizações tentaculares, conformam modos de ser e de pensar. Naturalizam a dominação e ajudam a converter reivindicações democráticas em gerenciamento da política.

Mas também se exercem no plano estritamente parlamentar, com a concessão de recursos públicos (e isenções de impostos) para esse novo em-



A democracia vai além do governo representativo e do sistema de divisão de poderes, característicos da emergência do poder burguês

mulheres, crianças com vida precarizada, cultura, etc.).

Para fazer frente à enormidade da tarefa, bravos militantes se exaurem na procura de recursos, na invenção de estratégias e, quer tenham ou não alguns resultados, em muitos casos tornam-se pequenos “empresários” da miséria que procuram sanar. Em nome da democracia e da participação popular, são transformados em mão de obra barata para amortecer as tensões sociais. Pagos para enxugar gelo, acabam defendendo a produção do gelo...

A segunda tática é o afogamento tarefeiro. Frente a tantos problemas e angústias legítimas que atravessam nossa sociedade, muitos querem contribuir e, assim, procuram atuar da

transformado pelo esforço coletivo. Perdem de vista a totalidade do problema e acabam transformando-se em “exemplos”, exatamente como o foi, durante muitos anos, a premiação de um “operário padrão”. Tal como antes, acabam justificando as longuíssimas jornadas de trabalho, a redução de direitos sociais, a subalternização voluntária.

É preciso frisar que essas táticas são *políticas*, mas se exercem no conjunto da vida social, na sua totalidade: na economia, na cultura, na política. Blindam os postos econômicos para os

“*Busca-se o apagamento das relações de classe. A melhor maneira de assegurar a existência de classes dominantes é fazer crer que não existem dominados. A melhor forma de garantir a subordinação dos trabalhadores é fazê-los crer que são desnecessários*”

presariado das atividades sociais; com a generalização de candidaturas políticas que defendem a filantropização empresarial da política como se fosse... a democracia. Defendem por todos os meios e mídias a condução da política através de procedimentos gerenciais (inclusive no âmbito da participação popular) e, simultaneamente, descredenciam e desqualificam qualquer reivindicação de organização autônoma dos setores populares.

O ponto comum em todos esses procedimentos é o apagamento das relações de classe. Nada de muito novo, pois a melhor maneira de assegurar a existência de classes dominantes é fazer crer que não existem dominados. A melhor forma de garantir a subordinação dos trabalhadores é fazê-los crer que são desnecessários. Pela força, através do desemprego (e de sua permanente ameaça) e da precarização; mas também pelo convencimento e pelo cansaço, através das maneiras que acabo de descrever.

Essas táticas são hoje difundidas internacionalmente e sustentadas pelas principais agências imperialistas internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

E AS ELEIÇÕES ?

Os últimos 18 anos de vida política no Brasil experimentaram um intenso processo de luta social e de atuação dos setores dominantes pela conversão das reivindicações sociais populares - e políticas - em seu contrário. Dramaticamente, esse processo atingiu também o Partido dos Trabalhadores o qual, gradualmente, foi abandonando o papel de organização das classes dominadas para aceitar ser apenas competidor no mercado eleitoral. Converteu-se numa esquerda para o capital, adequada às suas necessidades

de acomodar os dominados.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva porém mostra a complexidade do quadro social e político no qual estamos mergulhados. Por um lado, o PT não se reduz apenas a seus dirigentes e porta consigo as marcas populares de seu nascimento. Isso indica que há - para além do mercado eleitoral - um descontentamento popular em estado larvar. É sobre esse descontentamento que vem sendo exercida toda essa organização econômica e cultural empresarial, à qual o PT, para manter-se em determinado patamar eleitoral, se associou. Isso nos permite entender o movimento de morde-e-sopra que se abate sobre este PT hoje dócil - é preciso garantir sua sobrevivência subalterna e, ao mesmo tempo, castrar a base social que o construiu.

CONTRA-REFORMA

Assim, do outro lado, o PT hoje gerencia (com os mais modernos métodos empresariais), programas políticos que contribuem para desfazer as conquistas populares de tipo universais, efetivamente públicas. São programas efêmeros, que enxugam o gelo enquanto estimulam seus produtores.

Os trabalhadores perderam esse partido, anteriormente seu pólo de organização e de formação, o local no qual formulavam lutas comuns e

tentavam compreender as efetivas contradições para, assim, intervir econômica, social, política e culturalmente de maneira organizada. Mas atenção! Continuam sendo trabalhadores e a cada dia mais explorados - com ou sem carteira, com ou sem contrato, com ou sem direitos.

Essa situação deixa a muitos perplexos e, no afã de recuperar o terreno perdido, alguns pretendem formular rapidamente programas alternativos ou procuram retomar o antigo projeto petista. O horizonte fundamental me parece ser, hoje, a retomada da organização das classes subalternas, tendo a clareza de que se trata da oposição entre capital e trabalho, não buscando apenas a acomodação da pobreza, o que reforça o viés filantrópico hoje dominante internacionalmente.

A transformação no PT não significou porém a imediata conversão de todos os seus integrantes. Num processo longo e complexo, diferentes grupos saíram desse partido e formaram outras agremiações, algumas legalizadas - como o PSTU e o P-Sol - e outras ainda em organização. Outras, como o PCB, pré-existiam e resistiram à tendência a se converterem em "esquerda para o capital", como boa parte de seus dirigentes.

Eleições raramente transformam substantivamente a correlação de for-



Em 20 anos, nada mudou: eleições dificilmente causam mudanças na correlação de forças na sociedade

“Eleições raramente transformam substantivamente a correlação de forças, que se dá no terreno da organização de classes e da formação de uma consciência política contra-hegemônica”

ças, nem mesmo no terreno parlamentar. Esta correlação de forças se dá no terreno da organização de classes e da formação de uma consciência política contra-hegemônica. Apesar dos esforços empreendidos, não há na atualidade um partido parlamentar que aglutine o conjunto dessas forças populares. Esse instrumento político precisa ser, urgentemente, construído.

ORGANIZAÇÃO POPULAR

Trata-se de consolidar as forças contra-hegemônicas para além da dinâmica institucional e eleitoral, sem desprezar o momento eleitoral. O voto é uma conquista popular, mas os setores dominados precisam compreender que sua própria organização enfrenta adversários poderosíssimos, a começar pelo montante de recursos que dispõem, oferecidos por empresas e por organizações dos setores dominantes. Nacionais e internacionais. Os setores populares sabem disso, mas, com razão, desconfiam de todos.

É necessário pois continuar a dizer a verdade - a começar pelo fato de que as transformações sociais que almejamos não resultarão de nenhuma atuação singular nem mesmo da atuação de um partido, mas de nossa própria organização. Precisamos estudar e nos formar, para fazer frente ao massacre midiático. Para tanto, de-

vemos retomar a reflexão sobre a constituição das classes dominadas e das formas de exploração e de subalternização que caracterizam o mundo contemporâneo, socializando esse conhecimento.

Precisamos admitir onde fomos fracos de maneira a não mais permitir que nossas organizações se esterilizem e se convertam em anteparos da dominação. Do ponto de vista parlamentar, isso significa que nossas lutas jamais deverão se limitar a esses estreitos limites e, ainda que muitos se encantem com eventuais vitórias eleitorais, elas devem ser encaradas como o que são - o movimento de pequenos peões numa luta muito mais ampla.

Além disso, o Estado não desapareceu, como foi apregoado pelos arautos da globalização. Ao contrário, fortaleceu-se e restringiu-se cada vez mais à defesa do capital, expulsando de seu interior as conquistas sociais universalizantes. Ao mesmo tempo, estendia tapetes vermelhos para o ingresso de alguns “representantes” filantrópicos.

A luta pelo (e no interior do) Estado segue assim sendo crucial. Abandonar essa frente de luta é deixar de lado conquistas que são nossas. Mas ela só será conseqüente se conservar a clareza de que o Estado expressa uma dominação de classes e que somente se transformará com a organização e conscientização dos dominados. E não pela atuação de altos dignitários, por melhores que sejam suas intenções. ■

Virgínia Fontes é historiadora e professora do Programa de Pós-Graduação e do departamento de história da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Filosofia pela Universidade Paris X (Paris-Nanterre), é autora do livro “Reflexões Impertinentes: história e capitalismo contemporâneo” (Editora Bom Texto - 2005).

CORREIO DA CIDADANIA

Com a avalanche de informações, característica da nossa época, a contextualização das notícias e sua interpretação adequada adquiriram uma grande relevância. O **Correio da Cidadania**, sendo um semanário, nem sempre traz a “última notícia” para você, mas lhe oferece sempre uma interpretação séria e contextualizadora. Para que possa continuar prestando esse serviço, precisa da sua ajuda. **Colabore assinando ou conseguindo novos assinantes.**



Redação:

Rua Dr. Afonso Bráz, 656, cj 83
Vila Nova Conceição, São Paulo, SP
Cep 04511-001 • Telefax: (11) 3044 7261
E-mail: correio@cidadanet.org.br

Home Page:

<http://www.correiocidadania.com.br>



O genocídio urbano

MAÍRA KUBÍK MANO

O fracasso das políticas de segurança pública diante de um sistema político-econômico-jurídico que gera desigualdade, miséria, injustiça, exclusão social e violência nas grandes cidades brasileiras.

Ver a lista dos criminosos mais temidos do Rio de Janeiro é uma experiência de embrulhar o estômago. Divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, constam na folha nomes, apelidos e as respectivas acusações. Ao lado de cada um, está uma foto 3X4 com as palavras “CAPTURADO” (em letras verdes), “PROCURADO” (em vermelho) ou “MORTO” (em preto). Na lista atual estão cinco homens mortos, cinco procurados e 12 capturados. Eles figuram no imaginário da população carioca como os grandes responsáveis pela situação de barbárie que atinge uma das maiores cidades do país.

“Conheci essas pessoas presas tidas como grandes traficantes. Geralmente são de baixíssima escolaridade, com enorme dificuldade de raciocínio. Jamais teriam a capacidade de gerenciar um processo de tanta complexidade quanto o comércio de armas e drogas”, afirma Marcelo Freixo, membro da Organização Não Governamental Justiça Global. “Aprendi na prática que a visão de acabar com o grande tráfico na favela é uma falácia”, completa.

Apesar do questionamento do pesquisador, a figura dos “inimigos públicos” é diariamente construída pela mídia: “Traficante Pitbull, sucessor de Robinho Pinga, mata policial e é morto por PM”, dizia uma matéria publicada em 10 de janeiro pelo jornal O Globo. “É óbvio que essa população combatida pela polícia e dita traficante não é a população fundamentalmente responsável pelo tráfico

de drogas”, acredita Freixos. Um indício da denúncia é que nomes que ficaram conhecidos nos noticiários, como Marcinho VP, Fernandinho Beira-Mar e Bem-te-Vi, já saíram de circulação - presos ou mortos - e a situação não muda. A participação deles é inegável, mas como mão-de-obra barata e facilmente renovável, defende o pesquisador.

O texto do jornal aponta ainda que o traficante morto tinha um faturamento mensal individual de 500 mil dólares. “O dinheiro [do tráfico] está nos complexos financeiros do mundo, seja nas bolsas de valores, no sistema bancário, no comércio de imóveis. Não é controlado pelas pessoas que estão morrendo ou sendo presas como grandes traficantes”, afirma Freixo. Em entrevista recente, o secretário nacional de Segurança Pública (Senasp), Luiz Eduardo Soares, concordou com a idéia: “temos que começar a olhar para cima. No andar de baixo, funciona o comércio varejista de armas e drogas, que se reproduz pelo recrutamento de jovens pobres”.

Aliada aos traficantes está a imagem das guerras entre os morros cariocas: “tem uma lógica de facções onde pobre mata pobre. Isso trava uma relação muito direta com o modelo econômico que está colocado sobre o Brasil e boa parte do mundo. Com o neoliberalismo, há uma parte da população que não serve, é subcidadã e não tem como ser absorvida. Hoje essa camada da sociedade que está no emprego informal não é para ser aproveitada. É para ser eliminada. Ela pode ser eliminada ou na guerra de pobre contra pobre, com as grandes facções, ou pela polícia, ou pelo sis-

tema penitenciário. Há um claro genocídio de pobres colocado em prática no mundo e no Brasil”, diz Freixo.

Barbárie e genocídio

A idéia de assassinato em massa levantada por Freixo também é colocada pelo secretário de Segurança Pública. “Quando comparamos a população jovem nas diversas áreas da cidade com aqueles que morrem, verificamos uma explosão assustadora. Temos um genocídio em curso no Brasil, vitimando a juventude pobre e negra”, afirmou Soares. Segundo a ONG Small Arms Survey, fonte mundial de informação sobre violência, o Brasil têm índices de criminalidade e mortes superiores a regiões onde há conflito armado, como a Colômbia e a Palestina. São quase 41 mil mortes por ano.

Nas favelas, a maior parte dos assassinatos é registrada como auto de resistência, ou seja, pessoas que supostamente morreram durante combate com a polícia. Apenas em 2003 a Polícia Militar matou 1.195 civis no

Rio de Janeiro. No mesmo período, 45 policiais foram mortos. Para as organizações de direitos humanos, esses números não refletem uma guerra em curso, e sim a prática de execução sumária. O argumento é baseado em pesquisas, inclusive da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). “Os laudos mostram tiros dados pelas costas e a curta distância”, relata Freixo. Uma das pautas centrais nas reivindicações das organizações de defesa dos direitos humanos é justamente a mudança desses registros.

O crescimento de letalidade policial no Brasil foi um dos maiores do mundo no final da década de 1990 e no início século XXI. Uma das mais novas armas é o “Caveirão”, carro utilizado pela Polícia Militar que lembra um tanque de guerra ou um carro forte de banco. O apelido macabro do veículo veio do símbolo do Batalhão de Operações Especiais (BOPE): uma caveira com uma espada enterrada. Segundo denúncias dos próprios moradores das favelas cariocas, o “Caveirão” entra nos morros atirando para

todas as direções. O medo é tão grande que a população construiu valas nas ruas para impedir que o veículo circule, o que gerou outro problema: com as chuvas constantes no verão, os buracos encheram de água e estão provocando surtos de dengue.

Questionada pela **Revista Sem Terra** sobre a utilização do veículo, a Polícia Militar do Rio de Janeiro respondeu, através de sua assessoria de imprensa, que se trata “de um veículo blindado, cuja principal atuação é a progressão no terreno, com utilização de tropa de apoio, quando esta se torna perigo-

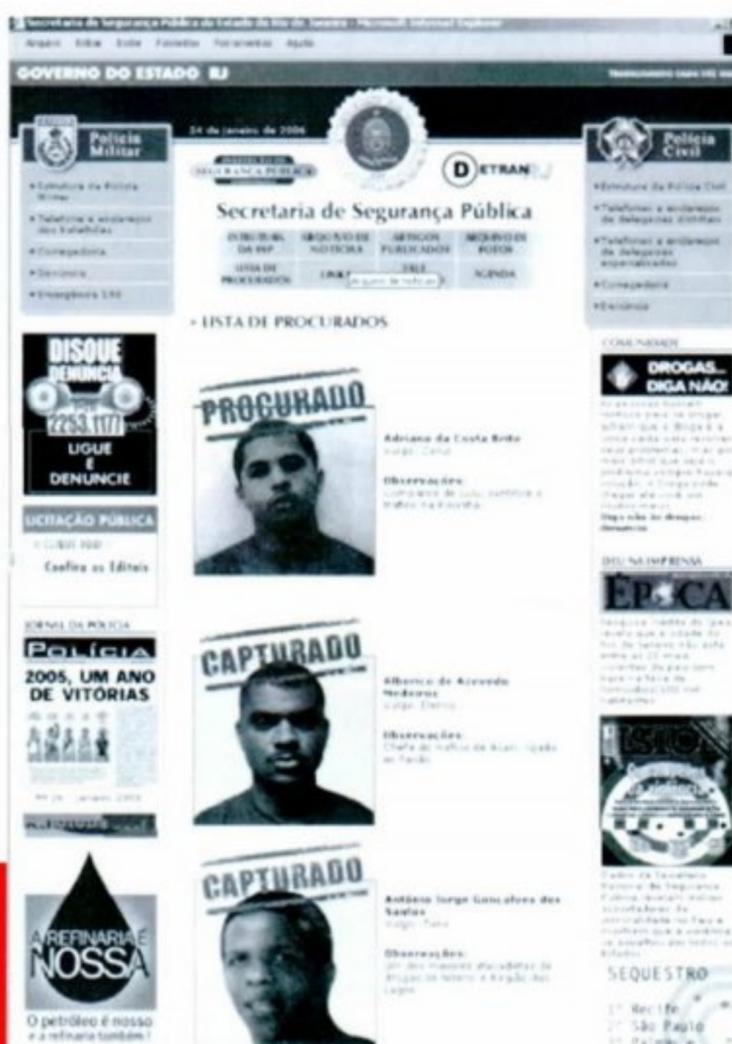


Foto: Reprodução

Faroeste carioca: governo do Estado do Rio faz propaganda de “ação” nos morros

sa, tanto à segurança dos Policiais Militares quanto dos cidadãos, em geral. Em muitas oportunidades, o resgate de moradores das áreas de conflito, só é possível utilizando-se deste veículo". Segundo a PM, outros estados já querem implantar o "Caveirão", que é considerado um agente essencial na redução do índice de mortos entre os policiais. A utilização do veículo é condicionada à autorização do Comandante Geral, do Chefe do Estado Maior Geral, do Comandante de Policiamento da Capital e do Comandante das Unidades Operacionais Especiais. Hoje oito deles estão em atividade no Rio de Janeiro.

Trabalhando em São Paulo, o taxista José Clelton de Freitas acredita que a corrupção da polícia é outra causa da violência. "A polícia não é confiável porque está envolvida demais no tráfico", diz. No Rio de Janeiro, a denúncia também existe: "onde o estado está presente, mas não fiscaliza os seus funcionários. Todas as relações entre a polícia e a venda do varejo de drogas são muito marcadas pela corrupção", afirma Freixo.

Saídas para a crise

Os presídios, apontados como saídas temporárias para a violência, também enfrentam um grave problema, a superlotação. Hoje são 320 mil presos, 95% deles considerados pobres. Nas ruas, a crítica é constante: "as pessoas na prisão não aprendem nada. Eu tenho uma pessoa da família presa e ela não faz nada na prisão o



Foto: Anderson Barbosa



dia todo. Sai de lá pior do que entrou", reclama a empresária paulista Rose Grossi.

Para os entrevistados pela reportagem em São Paulo, a saída real para a violência é o investimento em educação e emprego. "Essa bandidagem toda vem da falta de emprego", diz a gari Maria Aparecida.

A PM carioca também parece consciente das dimensões da questão. "O problema da Segurança Pública não se resolve apenas combatendo a criminalidade, tornando essencial um aparato social, que garanta o acesso ao mercado de trabalho, saúde, moradia e educação. Numa sociedade, cujos valores humanos são preteridos diante dos financeiros, não é de se espantar que os valores humanos sejam deixados em segundo plano", afirmou em nota.

Para Marcelo Freixo, novas políticas de segurança só serão eficazes se forem para todos e todas e garantidoras do acesso ao direito e à justiça. "Tem que existir uma política macro no país que tenha como essência garantir os direitos humanos", defende o pesquisador.

Genocídio de pobres: uma parte da população não serve e pode ser eliminada para a doutrina neoliberal

Medidas concretas como a construção de uma formação policial mais cidadã e preventiva também são colocadas por Freixo, assim como o investimento em ouvidorias independentes, para que os policiais envolvidos em atos criminosos sejam rapidamente e efetivamente punidos.

"Precisamos ter um sistema de educação no país voltado para o combate a esse processo de exclusão que está solidificado. As escolas e as creches têm que entrar nas favelas e partir de um princípio de necessidade de transformação social. Tem que ter escolas dentro das prisões. Mas tudo isso passa por uma vontade política de negar esse modelo neoliberal, que parte do princípio que uma parcela da população sobrou. Nenhuma pessoa pode sobrar. Esse é o princípio que tem que nortear todas as políticas públicas", conclui. ■

Maira Kubík Mano é jornalista

A “Reforma Agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil: da panacéia à agonia?



JOÃO MÁRCIO MENDES PEREIRA

A partir de 1994, o Banco Mundial (Bird) passou a financiar ou estimular a criação de programas de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra na África do Sul e na Colômbia. Em 1997, o mesmo ocorreu no Brasil e na Guatemala.

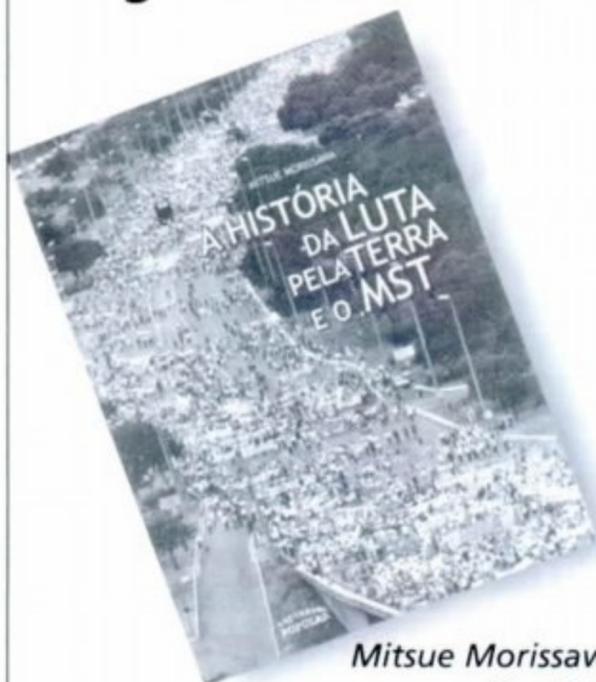
Com essa ação, o Bird pretendia atingir três objetivos: a) implementar em países marcados por grave problema agrário um modelo alternativo à reforma agrária redistributiva; b) dinamizar os mercados de terra, de modo a promover a saída de produtores “menos eficientes” e a entrada de ou-

Mesmo que o “crédito fundiário” não vá adiante, prosseguirá o embate político-ideológico em torno de qual deve ser o papel do Estado frente ao problema agrário existente no contexto neoliberal.

tros “mais eficientes”, na ótica do grande do capital agroindustrial; c) aliviar pontualmente a pobreza e a tensão social no meio rural, agravadas enormemente pelo avanço das políticas neoliberais.

Essa política ficou conhecida como “reforma agrária de mercado”. Na prática, o Estado financia a compra voluntária de terras entre agentes “privados”, concedendo uma quantia variável a fundo perdido para investimentos sócio-produtivos. O proprietário é pago em dinheiro a preço de mercado, enquanto o trabalhador que compra a terra fica endividado. Se não quitar a dívida, perde a terra.

Adquira o livro sobre a história da questão agrária e o surgimento do MST!



Mitsue Morissawa
2ª edição
Editora Expressão Popular

Este é um livro escrito para jovens, mas que deve ser lido por todos aqueles que desejam conhecer a história de uma luta - a luta pela terra - situada no contexto da história da humanidade, desde quando a terra era de todos até sua apropriação privada. Uma obra fundamental para se entender a estrutura agrária brasileira, as políticas públicas elaboradas, o surgimento dos diversos movimentos, entre messiânicos, espontâneos e organizados a partir da República.

Numa conjuntura marcada por desemprego no campo e nas cidades, surge o MST na linha de continuidade das lutas das Ligas Camponesas. Sua trajetória é contada de modo didático, seguindo sua construção histórica, delineando suas linhas políticas, seu modo de fazer as lutas, seu jeito de se organizar, seus desafios e suas conquistas. As ilustrações comprovam as situações e os fatos narrados no livro.

ISBN: 85-87394-25-8
256 páginas - R\$ 18,00

Para comprar este livro entre em contato com o MST pelo telefone (11) 3361-3866, ou mande uma mensagem para pedidos1@mst.org.br.

Conheça outras publicações da Editora Expressão Popular:
www.expressaopopular.com.br
Tel: (11) 3105-9500

Trata-se, portanto, de uma mera operação de mercado, complementada por algum subsídio.

Para legitimar o seu novo modelo, o Bird agiu em duas direções simultâneas: de um lado, fez uma crítica radical ao que ele mesmo denominou de reforma agrária “conduzida pelo Estado”, baseada na desapropriação de terras que não cumprem a sua função social; de outro, trabalhou para que o seu modelo de mercado fosse aceito política e conceitualmente como uma modalidade específica de reforma agrária redistributiva. Com esse duplo movimento, o Bird continuou a reconhecer a necessidade de uma reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedades altamente desiguais, mas passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado. Politicamente, este é o ponto central.

No Brasil, os dois projetos-piloto orientados pelo modelo do Bird começaram em 1997. O primeiro, chamado Projeto São José (ou “Reforma Agrária Solidária”), foi implementado pelo governo do Ceará, que aportou pouco mais de R\$ 4 milhões, complementados por mais R\$ 6 milhões de um empréstimo do Bird. Financiou-se ao longo do ano a compra de 44 imóveis por 694 famílias, totalizando 23.622 hectares.

O segundo, conhecido como Cédula da Terra, foi bem mais abrangente, alcançando os estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Maranhão e norte de Minas Gerais. Com um gasto total de US\$ 121,3 milhões, financiou a compra de 398.732 ha por 15.267 famílias. Foi concluído em dezembro de 2002.

O terceiro programa foi o Banco da Terra. Criado para nacionalizar e radicalizar o modelo de mercado — uma vez que não previa recursos a

fundo perdido para investimentos produtivos —, financiou entre 1999 e 2002 a compra de terras por 29.715 famílias, com um gasto total de R\$ 636.567.464,00, em 17 estados da federação.

REAÇÃO

Considerados como instrumentos de substituição da reforma agrária, tais projetos e programas foram combatidos entre 1997 e 1999 por todas as organizações sindicais e movimentos sociais do campo. O espaço para essa articulação foi o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.

Entretanto, a unidade política que existia foi rompida em 2000, quando a principal entidade sindical rural do país, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), decidiu negociar com o Bird e o governo FHC um programa muito semelhante ao Cédula da Terra, ainda em andamento: o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP). O empréstimo de EUR 218,2 milhões que o Bird faria ao governo brasileiro para alavancar o Banco da Terra foi redirecionado em 2001 para o CFCP, até hoje em curso. Assim, nos últimos dois anos do governo FHC, operavam ao mesmo tempo no Brasil três programas de acesso à terra via compra e venda. Por outro lado, o número de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária decrescia fortemente, quando comparado aos anos de 1995 a 1998.

A experiência brasileira com os programas orientados pelo modelo de “reforma agrária de mercado” durante o governo FHC consumiu cinco anos (1997-2002) e foi uma das mais abrangentes em nível internacional. Em termos de famílias financiadas, ficou atrás apenas da África do Sul, considerando-se o mesmo inter-

“O que está em jogo é se o Estado deve promover políticas redistributivas que atinjam o estoque de riqueza acumulado pelo “andar de cima” e alterem as relações de poder entre grupos e classes sociais”

valo de tempo. Em nenhum outro país se gastou tanto com o financiamento de compra de terras para tantos trabalhadores rurais como no Brasil, assim como nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao Bird.

Os projetos São José e Cédula da Terra foram encerrados no governo FHC. Já o caso do Banco da Terra/Fundo de Terras é diferente, pois nunca se resumiu a um projeto ou programa. Por ser um fundo de terras criado pelo Congresso Nacional, constitui um instrumento de caráter permanente. Pode-se mudar regras de funcionamento ou condições de financiamento, mas, enquanto Fundo de Terras, ele persiste, a menos que o próprio Congresso, por maioria absoluta, o extinga.

Inexiste tal possibilidade, porque essa modalidade de ação pública interessa ao patronato rural, cuja bancada ruralista votou em bloco pela criação do Banco da Terra em 1998. Mas não só. Interessa também às duas principais entidades sindicais nacionais de trabalhadores rurais, a Contag e a Fetraf-Brasil (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar). Ambas apoiam o redesenho e a ampliação dos programas de crédito fundiário operados pela política fundiária do governo Lula. Nessa lógica, o atual Banco da Terra/Fundo de

Terras funcionaria como um instrumento de longo prazo para financiamento de compra de terras por trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores e, nos três estados do Sul, jovens de 16 a 24 anos filhos de pequenos agricultores.

DIVERGÊNCIA

Com o apoio da Contag para a criação do CFCP, a luta contra os programas de “reforma agrária de mercado” foi esvaziada. A unidade política que existia entre todos os movimentos sociais e organizações sindicais aglutinados no Fórum foi rompida. No que diz respeito à essa questão específica, o racha permanece até hoje: enquanto a Via Campesina afirma que o “crédito fundiário” do governo Lula nada mais é do que uma continuidade da experiência iniciada por FHC, a Contag sustenta que se trata de uma antiga bandeira da entidade, complementar à reforma agrária. Cabe lembrar, no entanto, que as metas do Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado em 2003, são elevadíssimas. Financiar a compra de terras por 130 mil famílias até 2006 corresponde a 30% da meta de assentamento do programa de reforma agrária. Com metas dessa magnitude, é possível sustentar o discurso de que o “crédito fundiário” consiste num mero complemento à reforma agrária? Ou será que, nos embates em torno do plano nacional de reforma agrária, lançado em novembro de 2003, o “crédito fundiário” ganhou uma dimensão hipertrofiada, dando seqüência a uma tendência que vinha do governo anterior?

De todo modo, se o desempenho do programa de reforma agrária foi

baixíssimo até o momento, o mesmo se pode dizer em relação ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. Em lugar das 37 mil famílias previstas para 2004, o programa alcançou apenas 9.186 famílias. A meu ver, esse resultado se deve a uma conjugação de fatores, dentre os quais se destacam: a) os cortes sistemáticos no orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário; b) a lentidão própria do arranjo institucional (Bird, governos federal e estaduais e entidades sindicais) necessário à implementação do programa; c) a elevação do preço da terra em boa parte do país, especialmente após 1999.

Ainda é cedo para afirmar se os programas de “crédito fundiário” vão ser plenamente executados no Brasil — dando origem a um novo arranjo de políticas agrárias de caráter “misto” (desapropriação e compra e venda) —, ou se vão redundar em fracasso e desmoralização desse tipo de proposta. De todo modo, na ótica do Bird, o Brasil continua sendo um campo privilegiado de experimentação para políticas agrárias baseadas no mercado de terras. Mesmo que o “crédito fundiário” não vá adiante, prosseguirá o embate político-ideológico em torno de qual deve ser o papel do Estado frente ao problema agrário existente no contexto neoliberal. O que está em jogo é se o Estado deve promover políticas redistributivas que atinjam o estoque de riqueza acumulado pelo “andar de cima” e alterem as relações de poder entre grupos e classes sociais, ou deve agir de maneira tópica e seletiva, por meio de políticas (mal chamadas de) compensatórias completamente desprovidas da capacidade de gerar ou impulsionar mudanças estruturais. ■

João Márcio Mendes Pereira é historiador, doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Ex-advogado da Monsanto trabalhou no decreto da Lei de Biossegurança

ELIZABETH LORENZOTTI

No dia 23 de novembro de 2005 foi regulamentada a Lei de Biossegurança, que trata das normas e mecanismos de fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados (OGM) ou transgênicos. O decreto também reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) responsável pela análise e classificação de risco dos OGM.

O interessante nisso tudo é que o funcionário da Casa Civil encarregado de preparar o decreto que regulamentou tal Lei – Beto Ferreira Martins Vasconcelos – trabalhou durante cinco anos como advogado da Monsanto, uma das multinacionais mais interessadas na abertura do país aos transgênicos. O advogado trabalhou entre 1998 e 2002 para a Monsoy, uma subsidiária da Monsanto.

Tanto a casa Civil como a Monsanto avaliam que a presença do ex-advogado da empresa na coordenação do grupo de trabalho encarregado de regulamentar a Lei não compromete o trabalho. A assessoria da ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, afirmou em nota que o advogado “possui competência e formação acadêmica inquestionável para desenvolver qualquer trabalho jurídico imparcial acerca do assunto”.

A Monsanto é proprietária da pa-



A empresa dos Estados Unidos, conhecida por fazer contrabando de sementes e outras práticas criminosas, avança com seu lobby na área do governo



tente de soja Roundup Redy, resistente ao herbicida Roundup, e em 2004 faturou U\$ 890 milhões no Brasil. Seus lobbies são notórios, e sua forma de agir em todos os países onde tem negócios sempre mistura seus funcionários com os governos, num promíscuo sistema de vai-e-volta.

Escolha viciada

A CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), responsável pela análise e classificação de risco dos transgênicos será composta por 27 membros: 12 cientistas, representantes de nove ministérios, seis especialistas nas áreas de defesa do consumidor, saúde, meio ambiente, biotec-

nologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador, indicados com a participação da sociedade civil.

Esta é a questão: quem indica os cientistas é o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). O decreto indica que a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e a ABC (Academia Brasileira de Ciências) participe da comissão, entre “outros”. A SBPC informou ter indicado 5 nomes para participar da comissão de seleção de candidatos, e não se sabe quem indicou os outros 7 nomes.

A verdade é que participam da comissão de seleção 6 ex-membros das CTNBios dos governos FHC e Lula, e são notoriamente favoráveis à liberação facilitada dos transgênicos. Além deles, também participa um membro do CIB (Conselho de Informação sobre Biotecnologia) uma entidade criada pelas empresas do setor. Desse jeito, a maioria pró-transgênicos está assegurada.

Segundo a Lei e o decreto de Biossegurança, os representantes da sociedade civil devem ser escolhidos pelos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Justiça e desenvolvimento Agrária por meio de listas tríplexes oferecidas por entidades não-governamentais. Não é o que está acontecendo: por exemplo, o ministério de Saúde indicou, sem qualquer consulta a essas entidades, pessoas que não são vinculadas a organizações civis. Assim, foram, esco-

lhidos depois ex-membros de CTNBios anteriores à lei, que não defendiam posições de precaução em relação à saúde.

Denúncia sobre milho transgênico

Em novembro o deputado estadual Frei Sérgio Górgen (PT/RS) denunciou a venda ilegal, no Rio Grande do Sul, de sementes de milho transgênico contrabandeadas da Argentina. Ele recebeu uma informação anônima e pediu que um agricultor comprasse milho na agropecuária Campésato de Barão de Cotegipe, norte do Estado. O deputado encaminhou amostras do produto ao laboratório Alac, de Garibaldi (RS), que identificou 27,5% de sementes contaminadas com milho GA21, da Monsanto, resistente ao herbicida Roundup,

também da Monsanto.

Segundo o deputado, o milho foi vendido como transgênico, dito importado da Argentina, a preços exorbitantes (cerca de R\$ 300 a saca de 20 kg). Trata-se, portanto, prossegue o deputado “de contrabando, comércio e plantio ilegal, ilícito penal. Mas o que vemos é parte de uma estratégia da Monsanto, que se vale do desespero e da ilusão de agricultores vítimas das políticas agrícolas e da ambição desmedida de contrabandistas e comerciantes”.

Ele afirma que o caso do milho é muito mais grave que da soja, pois o risco de contaminação infinitamente maior que esta, e pode rapidamente contaminar todo o milho da região e do estado. Sua polinização é aberta cruzada e pode se propagar em até 9 quilômetros por meio de insetos, pás-

saros ou correntes de ventos.

No final de dezembro a imprensa noticiava que um carregamento de 750 toneladas de milho proveniente do Paraguai estava retido em Uruguaiana devido à presença de milho transgênico.

O Ministério da Agricultura impediu a distribuição do produto que seria destinado a uma avícola. A Justiça negou o pedido de liberação do importador e o carregamento deve ser devolvido à origem, ou incinerado.

O deputado Frei Sérgio afirma que “o caso do milho é fruto dos equívocos de seu governo e não herança de FHC, como pode ser alegado como desculpa no caso da soja. O mínimo que o presidente pode fazer é demitir os agentes do lobby da Monsanto encastelados em seu governo, alguns no próprio Palácio do



Fotos: João Zinclar



Planalto, no MCT e no ministério da Agricultura, pis são estes que estimulam a instalação do fato consumado com o estímulo de que depois segurarão a barra dentro do governo, como de fato já fizeram com a soja e o algodão”.

Audiência pública discute transgenia de óleos

As Comissões de Defesa do Consumidor (CDC) e do meio Ambiente e Defesa Sanitária (CMADS) da Câmara dos Deputados realizaram, em dezembro, uma audiência pública sobre a denúncia da presença de transgênicos dos óleos de soja Liza e Soya (leia Revista Sem terra 33), com a presença de representantes da indústria, Greenpeace e órgãos governamentais envolvidos no debate.

A gerente de Campanhas de Engenharia Genética do Greenpeace, Gabriela Couto, disse que não especificar a condição de transgenia no rótulo da embalagem é um flagrante desrespeito ao direito de escolha do consumidor, que tem todo o direito de saber o que está consumindo. Segundo ela, em recente pesquisa, 74% dos consumidores se manifestaram contra o uso de óleos transgênicos. Gabriela acusou as empresas Bunge e Cargill de desrespeito à legislação, ao

consumidor e aos princípios de responsabilidade social. A representante do Greenpeace projetou um vídeo com depoimentos de caminhoneiros, confirmando que descarregavam soja transgênica nas unidades da Bunge e da Cargill, principalmente em Ourinhos (SP) e Dourados (MS). Mas os representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias (Abia) rebateram a denúncia, e sustentaram que a rotulagem só é obrigatória para produtos que contenham índice de modificação genética superior a 1% na composição do produto final.

Milho sob suspeita

O jornal gaúcho *Zero Hora* (8/12) informa que técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do estado no Rio Grande do Sul reconhecem que desde 2001 produtores gaúchos já usam a semente de milho transgênico. Responsáveis pelo levantamento da safra, esses profissionais afirmam que o plantio do milho ilegal passou a ser feito três anos após o início do contrabando da soja transgênica da Argentina.

Apesar da constatação, os técnicos - que não se identificaram - alegam que a fiscalização é de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Segundo eles, ainda há tempo de tomar iniciativas que impeçam a proliferação do plantio ilegal.

O superintendente do Ministério da Agricultura

no Estado, Francisco Signor, nega que a notícia sobre existência de plantações ilegais do cereal estivesse circulando há tempo. O superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento no Estado também diz que o assunto não foi sequer discutido na superintendência gaúcha.

Um Estado contra os transgênicos

Durante a Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada em dezembro em Brasília, com a participação de 2 mil pessoas, a posição do Paraná contra o plantio e a comercialização de transgênicos foi elogiada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Segundo ela, “nesta questão, não me sinto derrotada como já foi cantada em verso e prosa, mas sim a sociedade brasileira, ao não garantir o espírito de precaução e prevenção que deveriam nortear a política ambiental”, disse a ministra ao se referir à aprovação da Lei de Biossegurança sem uma análise mais apurada.”

Elizabeth Lorenzotti é jornalista.



Área livre: o governador Roberto Requião defende o Paraná dos produtos geneticamente modificados

Foto: Everson Bressan

João Alfredo, autor do relatório rejeitado, e Álvaro Dias, presidente da CPMI da Terra

Sem Terra x Sem Vergonha

A direita ruralista – truculenta e reacionária – mostrou a sua cara nas manobras para desvirtuar os objetivos da comissão parlamentar da Terra.

NINA FIDELES E MARIA MELLO

A direita brasileira, representada na sua cruel forma pela bancada ruralista do Congresso, demonstrou mais uma vez, neste final de 2005, sua face truculenta e reacionária. Entre os vários recados dados à esquerda brasileira durante o ano que passou, esteve a aprovação do odioso relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra. Para além da aprovação, ao desvirtuar os verdadeiros objetivos de uma Comissão, fazer acusações infundadas a trabalhadores e omitir diversas características da questão agrária atual, a bancada ruralista presta mais que um desserviço à população. Essa atitude arbitrária é apenas um reflexo do que, cotidianamente, as milícias armadas organizadas pelos grandes fazendeiros fazem contra a comunidade pobre rural.

O texto aprovado foi redigido às pressas pelo deputado Abelardo Lu-

pion (PFL/PR), conhecido pela ligação com o ex-tenente coronel Copetti Neves, acusado de formar grupos de extermínio para despejos violentos no Paraná. O deputado responde a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) pela prática de caixa dois em campanha eleitoral. O relatório, se assim podemos chamá-lo, ficou conhecido como um documento fascista e não como resultado de dois anos de trabalho em uma comissão do Congresso. O documento contém várias partes do relatório original apresentado pelo deputado João Alfredo (PSOL/CE), porém destacam-se duas sugestões feitas ao Legislativo brasileiro, que por mais absurdas ainda servem de argumentos para os assassinatos de trabalhadores rurais Sem Terra nos vários latifúndios do país. Sugerem um Projeto de Lei que transforme ocupações de terra em crime hediondo e ato terrorista,

defendendo antes de tudo o direito à propriedade, considerada sagrada, intangível.

A criação da CPMI já revela bastante de seu teor e objetivo político. A articulação da bancada ruralista que integra nomes como os senadores Álvaro Dias (PSDB/PR), Ney Suassuna (PMDB/PB), os deputados Onyx Lorenzoni (PFL/RS), Ronaldo Caiado (PFL/GO), Jader Barbalho (PMDB/PA) e outros conhecidos ícones despóticos, se manifestou

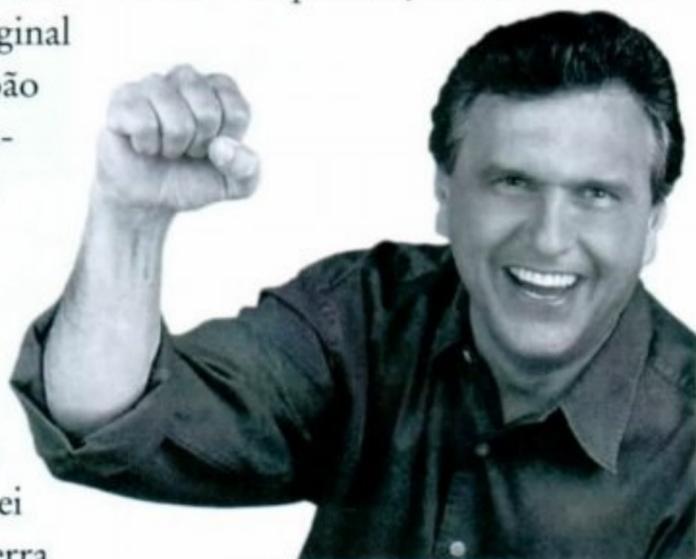


Foto: Reprodução

Caiado: tradicional defensor dos latifundiários e inimigo dos Sem Terra



no início de 2001 para criar uma Comissão que investigasse apenas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as entidades que atuam no campo pela Reforma Agrária.

Eles não conseguiram abrir uma atividade desta natureza, tendo que ceder um pouco aos trabalhadores. Sendo assim, a Comissão investigaria a questão agrária e urbana brasileira, traçando um amplo diagnóstico e sugerindo alternativas para conter a violência no campo.

E assim aconteceu, durante dois anos de trabalhos e mais de três prorrogações. Foram mais de 43 viagens a nove estados brasileiros, 125 depoimentos e análise de mais de 75 mil documentos. O resultado dessa investigação está nas mais de 700 páginas do consistente documento apresentadas por João Alfredo, relator da Comissão, que independentemente da sua trajetória de luta apresenta, por meio de dados e estatísticas, a necessidade da reforma agrária no Brasil. Em vinte anos, a violência no campo vitimou quase 1.500 trabalhadores rurais e, apenas em 2005, foram registrados mais 36 casos de assassinatos. Consequência atroz da concentração de terra e renda no campo brasilei-

Lupion: documento fascista ignora pontos fundamentais da questão agrária

ro. E percebam: as vítimas não são os fazendeiros nem os jagunços contratados para expulsar famílias, queimar pertences e plantações. São trabalhadores que não querem mais do que lhes foi prometido: o assentamento de 400 mil famílias, conforme previsto e assegurado no II Plano Nacional de Reforma Agrária em novembro de 2003 pelo Governo Federal.

Colocadas a vontade política da bancada ruralista e a demonstração da luta de classes travada às claras na sociedade, os dados não permitem divagações ideológicas e bandeiras. Sejam os então diretos.

Muito nas mãos de poucos

Figurando como um dos pontos vitais da questão fundiária está a concentração de terra no Brasil. Suas consequências são muitas, entre elas o aumento da violência no campo, leia-se o assassinato de trabalhadores rurais ou de quem luta junto a eles. Segundo dados do Incra, apenas 1,6% dos proprietários de imóveis acima de mil hectares detêm 46,78% da área total existente no país. Isso faz com que o Brasil seja a nação com o maior índice

de concentração de terra, de todo o mundo. E tem mais: 51,40% dos imóveis classificados como grande propriedade é improdutivo, o equivalente a mais de 133 milhões de hectares. Imaginem 133 milhões de campos de futebol ociosos!

Por essas e outras importantes informações contidas no relatório do deputado João Alfredo é que se fez um esforço para desaprová-lo. A UDR ignora propositadamente esses dados, e segue fazendo uso de mão-de-obra escrava, da degradação do meio ambiente, organizando milícias de fazendeiros e estimulando a grilagem de terras.

Dois pesos, duas medidas

Outro indício da parcialidade e dos verdadeiros interesses da bancada ruralista foi a diferença de tratamento entre as entidades que atuam no campo em parceria com os movimentos sociais as associações patronais. O repasse de recursos para convênios a entidades patronais foi quatro vezes maior que o destinado aos trabalhadores.

Impossível não notar que as três entidades apoiadoras da Reforma Agrária investigadas na CPMI receberam em dez anos 4% do que receberam as entidades patronais, defen-



Latifúndio: apenas 1,6% de fazendeiros detêm 46,78% da área total no país

didadas pela bancada ruralista. As patronais somam R\$ 1,51 bilhão.

Violência

Efeito grotesco da mistura entre a conivência do poder público e a truculência dos latifundiários, os conflitos no campo resultaram na morte de 1.349 entre 1985 e 2004. Desses crimes, apenas 75 foram julgados pela Justiça. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam o que para D. Tomás Balduino é resultado da morosidade do processo de Reforma Agrária no Brasil.

O relatório de Lupion, reduzido a cerca 300 páginas, dedicou poucas linhas ao Pará, estado que registrou os maiores índices de violência no campo de 1995 a 2004. Na última década, foram mortos em média 13 trabalhadores rurais por ano na região. Nesse mesmo período, houve mais 128 tentativas de assassinato e 459 ameaças de morte registradas contra camponeses e defensores dos Direitos Humanos no estado. Dos 772 assassinatos ocorridos entre 1971 e 2004, não aconteceram mais de três julgamentos de mandantes dos crimes.

Os fatores que contribuem para que cada dia mais se tencione a situação no campo e que aumente o número de trabalhadores assassinados são muitos. Além da falta de comprometimento por parte dos governos federal e estadual na distribuição de terra

Violência: conflitos no campo resultaram na morte de 1.349 entre 1985 e 2004; somente 75 acusados foram julgados



Foto: Sebastião Salgado

no país, a maneira como o Poder Judiciário lida com essas questões também é decisiva.

O caso de Eldorado dos Carajás, onde, em abril de 1996, 19 trabalhadores do MST foram mortos em confronto pela polícia do estado do Pará é emblemático para a questão da impunidade no campo. Perto de se completar 10 anos do Massacre que deixou seqüelas para as famílias dos que tombaram e outros 69 Sem Terra gravemente feridos - e que hoje não possuem mais condições de trabalhar na agricultura - nenhum dos acusados pelo crime estão presos. Os dois comandantes da ação policial que aconteceu em Marabá, o major José Maria de Oliveira e o coronel Mario Colares Pantoja receberam hábeas corpus nos dias 24 de setembro e 15 de outubro para responderem aos assassinatos em liberdade, concedidos pelo ministro do Supremo Tribunal Fede-

Impunidade: massacre de Eldorado dos Carajás completa 10 anos e nenhum dos acusados estão presos

ral, Cezar Peluzo. O major Oliveira responde a uma condenação de 158 anos de cadeia e coronel Pantoja de 228. Mas o caso de Carajás é apenas um de tantos. Anônimos tombam pela luta e não conquistam a terra e nem sequer justiça.

Diante à essa impunidade, a violência no campo tende a aumentar. Dos 28 assassinatos, 14 deles foram no Pará. Para Charles Trocette, da coordenação nacional do MST no Pará isso demonstra a incompetência e descaso do estado com a classe trabalhadora. Um dos casos que recebeu mais repercussão midiática e do governo foi o assassinato da freira Irmã Dorothy Stang em Anapú, em 12 de fevereiro. A irmã atuava nas chamadas PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentável) e foi morta por pistoleiros a mando de fazendeiros e madeireiros da região.

Para a CPT e os movimentos sociais do campo, não basta tratar o assunto da violência de maneira isolada sem se esforçar para resolver o ponto central da questão que é a concentração de terra. E podemos ter certeza que se aprovando um relatório como o que foi aprovado, a justiça social ficará ainda mais distante. ■

Nina Fideles é jornalista e Maria Mello é estudante de comunicação.



Foto: Arquivo

Reacionarismo e mistificação

Relator da CPMI da Terra, o deputado federal João Alfredo Telles Melo analisa o conflito entre defensores da Reforma Agrária e a direita ruralista latifundiária.

JOÃO ALFREDO TELLES MELO

Difícilmente uma outra comissão parlamentar de inquérito venha a ter um divisor de águas tão definido como foi a CPMI da Terra. Enquanto, nas comissões dos Correios ou dos Bingos, a clivagem se dá entre governistas e opositores, na cpi destinada a traçar um diagnóstico da situação agrária e da violência do campo deu-se outro corte. Ali, os embates aconteceram entre os que defendem a manutenção de uma das mais injustas estruturas fundiárias do mundo e os que acreditam que a realização da reforma agrária é condição para levar a paz ao campo e a conquista da cidadania para milhões de lavradores pobres e sem-terra de nosso grande país:

Nessa disputa, a direita – mais explícita – se revelou com mais nitidez. Assim é que o deputado Abelardo Lupion, do PFL, autor de um arremedo de relatório paralelo ao nosso, disse, em todas as entrevistas, que defende “o sagrado direito de propriedade”. Não se estranha que venha de sua parte propostas absurdas como conceituar, penalmente, as ocupações de terra como crimes hediondos e atos de terrorismo. Afinal, ele é um

lídimo representante da bancada ruralista (que, aliás, por inércia do governo, estava sobre-representada na comissão) e entre suas poucas participações nos trabalhos ali realizados, se conta a defesa de seu conterrâneo e aliado Coronel Copetti Neves, que se encontra preso no Paraná, pela formação de milícia privada, remunerada pelos ruralistas daquele estado.

No entanto, entre os adversários da reforma agrária, se encontram aqueles de matiz mais sofisticado, que escondem sua posição atrasada no biombo mistificador de uma pretensa defesa da coisa pública. Esse é o caso do deputado Xico Graziano, do PSDB de São Paulo, autor recente de um artigo, publicado nos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, intitulado “Podridão Agrária”. Ali, se procura desqualificar o hoje principal movimento social camponês brasileiro, associando-o, de forma maldosa e inescrupulosa, ao esquema do valerioduto.

Se tivesse se dado ao trabalho de ler o nosso relatório, que foi taxado

ESPAÇO ABERTO
TERÇA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 2005 - O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE S. PAULO

Director: Rui Mesquita
Directoria Executiva: César V. Santos Filho, Ed. Gertra, Sandra Vaca

CLASSIFICADOS POR TELEFONE: 3855-
VENDAS DE ASSINATURAS
Capital: 3858-9000
Demais localidades: 0800 14-9000
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR
3856-5400
http://www.estadon.com.br

Podridão agrária

Xico Graziano



Abrem-se os trabalhos na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra. São ouvidos gestores das entidades que funcionam como linha auxiliar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É grande a expectativa. A quebra do sigilo bancário expôs um sumidouro de recursos públicos.

O deputado Abelardo Lupion interpela o sr. Emerson Rodrigues. “O senhor recebeu em seu nome vários cheques emitidos pela Concrab e pela Anca, somando R\$ 318.428. Com qual finalidade eram sacados valores tão altos?”

O primeiro depoente: “Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.”

O deputado Abelardo Lupion pergunta ao sr. José Trevisol: “Eu tenho aqui um cheque no valor de R\$ 501.953, assinado pelo senhor, endossado também pelo senhor e sacado em dinheiro, da conta 123.876. O senhor confirma?”

O segundo depoente: “Reservo-me o direito constitucional

O SILÊNCIO DOS DEPOENTES DO MST NA CPMI DA TERRA SELOU SUA CULPA

de permanecer em silêncio.”

O deputado Abelardo Lupion questiona o sr. Francisco Dalchavira. “Como o senhor explica o fato de a Concrab conseguir celebrar dois convênios com a União em dezembro de 2003, com valor acima de R\$ 1 milhão, apesar de estar inadim-

a votação daquele relatório final, rotular as divergências havidas entre, de um lado, ruralistas conservadores e, de outro, progressistas trabalhadores sem-terra. Erra mais ainda quem queira estancar na disputa resquícios do velho embate entre esquerda e direita. Nada disso.

É óbvio que, por detrás das eternas brigas envolvendo a reforma agrária brasileira, se escondem posições ideológicas variadas, algumas antagônicas. Mas o cerne da encicrena recente não reside na ideologia, e sim na verdade.

O debate raivoso e as cenas explícitas da “doença do Apurcido” procuram esconder um submundo deplorável da atual questão agrária. O chamado movimento social vive à custa do cofre público. Convênios destinam-se, no papel, a apoiar ações altruístas, como, por exemplo, “curso técnico em saúde comunitária”, que recebeu R\$ 1,7 milhão; ou “fomento da agroecologia em empresas sociais”, que levou R\$ 5,3 milhões. Na prática, alimentam o processo das invasões de terras.

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), elaborado após análise de 103 desses convênios, indicou gritantes irregularidades na prestação de contas. Regras elementares da administração pública foram ignoradas. O TCU estima que R\$ 18 milhões tenham sido desviados. Um verdadeiro relaxo.

Qualquer semelhança não é mera coincidência. A trajetória do MST funciona com a tradicional tecnologia dos ladrões do dinheiro público. O esquema é semelhante ao do mensalão. Não se pode afirmar que seus li-

que o novo texto consagra a violência no campo. O MST afirma que a comissão se curvou aos objetivos criminosos e odiosos da União Democrática Ruralista (UDR). Fazem o conhecido jogo da dissimulação ideológica.

O raciocínio polarizado serve para justificar o esconde-esconde da malandragem agrária. Normal. Injustificável é ver jornalistas comprarem barato esse discurso falso. É incrível perceber como a mídia gosta da palavra fiel e do gosto brusco. Querendo ser, talvez, politicamente corretos, assumem a defesa dos “roitadosinhos” sem-terra contra os “malfeitores” fazendeiros. Generalizam e informam mal a opinião pública.

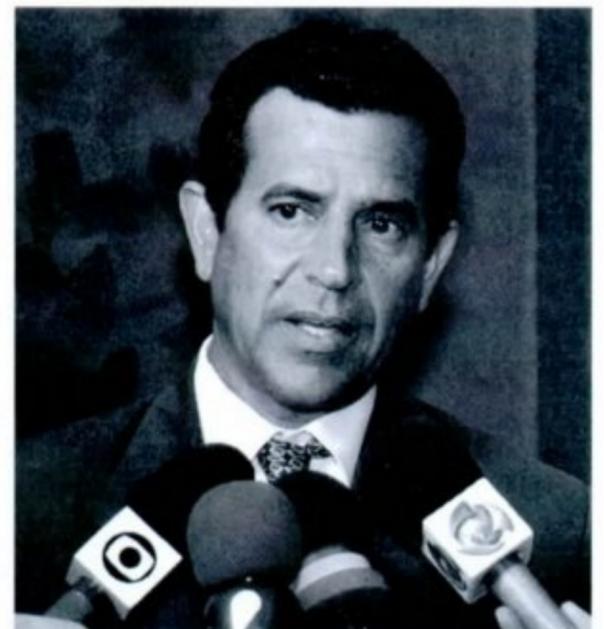
Lenin atacou o esquerdismo taxando-o como doença infantil do comunismo. Articular alianças políticas para enfrentar a grilagem de terras e promover a regularização fundiária do País é fundamental. A qualidade da reforma agrária brasileira daria um bom debate.

Mas essa esquerda que fugiu na reta final da CPMI, acusando todos os parlamentares de assassinos, não quer discutir nada a sério. Sabe gritar, ruzgar, não construir. É autoritária e covarde.

Não há acordo possível com relação à malversação de dinheiro público. O silêncio dos depoentes do MST durante as sessões da CPMI selou sua culpa. Não mentiram, foi seu único mérito. Mas quem caía consente.

Xico Graziano, agrônomo, foi presidente do Iskra (1995) e secretário da Agricultura de São Paulo (1996-98). E-mail:

Campanha na mídia: deputado tucano Xico Graziano (abaixo) resume questão agrária brasileira à utilização de recursos públicos



de “insoço e tendencioso” (como se sua própria parcialidade não estivesse visível a olho nu em seu artigo!), Graziano teria visto que, ao contrário do

que afirma, os representantes das entidades dos trabalhadores rurais encaminharam sua defesa, por escrito, acerca dos questionamentos dos parlamentares ruralistas. E o nosso relatório – que Graziano certamente não leu – trata sobre isso, inclusive sobre a dificuldade de se pagar em cheques nominais agricultores, dos mais afastados rincões do país, que participam dos cursos promovidos por aquelas entidades.

Mas, a maior mistificação está em dizer que o Tribunal de Contas apurou desvios de recursos públicos por parte das cooperativas de trabalhadores. Ora, se Graziano tivesse lido o ofício que o Presidente do TCU encaminhou ao Presidente da CPMI, teria constatado que os relatórios que foram encaminhados (e ali também se encontravam análises de entidades de ruralistas, sobre as quais não se pronuncia Graziano) se tratavam de “informações preliminares, ainda não apreciadas conclusivamente por esta Corte de Contas”. Como então falar no desvio de 18 milhões se sequer as partes envolvidas se pronunciaram, para permitir um juízo de valor do colegiado daquele tribunal? Para quem fala, no seu texto, tantas vezes em “mentiras”, ocultar do leitor uma informação como essa não denota tanto respeito à verdade, como apregoa. Abra-se aqui parênteses para dizer que, a despeito de serem ainda preliminares o relator expôs, para conhecimento dos membros da CPMI, as irregularidades detectadas tanto nas entidades camponesas como naquelas ruralistas.

O mais grave, porém, como disse este relator ao debater com o autor de “Podridão Agrária” na sessão da própria CPMI, é resumir a questão agrária brasileira à (boa ou má) utilização de recursos públicos pelas en-

tidades de lavradores (recursos esses que também são repassados, em maior monta, às entidades patronais). Para ele, certamente, não existe em nosso país uma concentração fundiária extrema, onde pouco mais de 1% dos grandes proprietários detêm quase metade da área ocupada pelos imóveis rurais em nosso país. Desconhece ele, e todos os doze parlamentares que votaram no Relatório Lupion, a violência no campo, que, em 20 anos, ceifou a vida de quase 1.500 pessoas, com o agravante da impunidade que registra apenas 75 casos julgados. Por que não falam dos cerca de 200 milhões de hectares de terra não documentados e provavelmente grilados no país? Por que desconhecem – e até afirmam não existir – a chaga do trabalho escravo, que, graças à coragem dos fiscais do trabalho (alguns deles, como os de Unaí, com o sacrifício da própria vida) vem sendo combatido em nosso país? Por que não se sensibilizam com os milhões de trabalhadores sem terra e as centenas de milhares que estão embaixo da lona preta à espera de uma terra para morar e trabalhar com dignidade?

O ódio de classe fica patente quando, sarcasticamente, Graziano trata as vítimas da violência no campo como “coitadinhos” (entre aspas mesmo). Será que a figura mansa, mas firme e corajosa, de Irmã Dorothy que os membros dessa CPMI conheceram na primeira

“ Há os que colocam o ‘sagrado direito de propriedade’ à frente do direito à vida e ao trabalho. O resto é mistificação ”



Ódio de classe: Graziano trata como “coitadinhos” vítimas da violência como Dorothy Stang

visita ao Pará teria sensibilizado alguns desses ruralistas? Talvez não, afirmo. Pois, em nossa segunda viagem àquele estado, nos recusamos a receber um manifesto de lideranças de Altamira que, de forma insensível e criminoso, justificavam o assassinato daquela religiosa como um ato de “legítima defesa da propriedade”.

Essa é a questão: há os que colocam o “sagrado direito de propriedade” à frente do direito à vida e ao trabalho. O resto é mistificação. ■

João Alfredo Telles Melo é advogado, deputado federal (PSOL-CE) e foi relator da CPMI da Terra.

MST abre as portas do ensino superior

SUELI AUXILIADORA DOS SANTOS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está escrevendo por meio da educação um novo capítulo na história da população do campo ao atuar ativamente para melhorar o nível de escolaridade dos moradores de assentamentos e acampamentos de norte a sul do país.

A prioridade dada à educação vai de uma ponta a outra do ciclo educacional. As crianças estão na ciranda infantil e, depois, avançam para o ensino fundamental. Há também a educação de jovens e adultos (EJA), voltada para a alfabetização de pessoas fora da idade escolar. Tem também os cursos de nível de médio e técnico e, por fim, o ensino superior.

Além de garantir escolas nos acampamentos e assentamentos, estimular e fornecer o ensino médio, o Movimento tem proposto parcerias com universidades para democratizar o ensino superior aos jovens das famílias sem terra.

O MST já contabiliza cerca de 50 convênios com universidades públicas brasileiras para inclusão de camponeses Sem Terra nos cursos superiores. Isso constitui um fato inédito no Brasil, com o oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária para centenas de trabalhadores do campo.

Em 1998, aconteceu o primeiro curso de Pedagogia da Terra para a formação de professores do movimento, na Universidade Federal de

Ijuí, no Rio Grande do Sul. O curso nasceu da parceria entre o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) e a universidade gaúcha, com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Depois de vencer a primeira barreira, hoje há trabalhadores Sem Terra matriculados em vários cursos superiores. “Os cursos universitários estão permitindo formar uma ‘massa crítica’ nas áreas de Reforma Agrária.

São companheiras e companheiros com um repertório cultural ampliado, uma visão crítica do mundo e da realidade, com mais firmeza política e capacitação técnica para tocar o trabalho específico”, afirma Edgar Kolling, integrante do coletivo nacional de educação do MST. Para ele, os cursos formarão cidadãos para contribuir na luta pela Reforma Agrária. Além disso, possibilitará a “participação dos camponeses nos destinos do Brasil”.

“Vamos avançar na conquista desse direito à educação superior, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos acumulados pela humanidade como parte importante para o avanço da luta e da construção de um país democrático”, acredita.

Perfil dos estudantes

Nos cursos de Pedagogia da Terra, há uma combinação para o quadro de selecionados entre professores de escolas de assentamento ou acampamento, educadores de EJA, integrantes do setor de educação e outros setores. Ainda é recente a presença de educadores infantis e também de adolescentes, filhos de assentados em busca da continuidade de sua escolarização. Em algumas turmas, participam pessoas de outros movimentos e organizações da Via Campesina.

Kolling explica que a primeira turma de Especialização em Educação no Campo e Desenvolvimento foi composta por integrantes da linha de frente do setor nos estados, tendo também convidados de outros setores do MST, especialmente o de produção, além de outras organizações da Via Campesina. “A escolha dos

participantes buscou se ajustar aos dois focos principais de especialização e profissionalização do curso: formação da docência em nossos cursos formais e intervenção política e pedagógica no debate para a implementação do projeto da educação do campo em nosso país”.

Para ele, “os cursos do setor têm sido espaço privilegiado de reflexão e de formulação do projeto de educação do MST, especialmente quando conseguimos manter turmas nacionais. O conjunto das experiências dos cursos já nos fornece boa matéria-prima para reflexão sobre formação de educadores”.

Já se formaram cerca de 200 professores em cursos de Pedagogia da Terra, em turmas específicas do MST e da Via Campesina. Atualmente, estão em andamento cursos conveniados com diversas universidades públicas em 13 estados (veja tabela ao lado).

“Tudo isso é resultado de um processo construído ao longo dos anos com muito sacrifício, que contou com a solidariedade de muitos intelectuais, professores, entidades, amigos e igrejas, que também acreditam nas possibilidades de construir alternativas para o povo excluído das políticas desenvolvidas pelos diferentes governos”, acredita Adelar Pizzeta, integrante do setor de nacional de formação do MST. Segundo ele, essa é uma maneira do movimento provar que é possível abrir caminhos para a

UNIVERSIDADES CONVENIADAS

UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
 UFGRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
 UNIOESTE - Universidade Estadual do Paraná
 UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
 UNEB - Universidade do Estado da Bahia
 UFC - Universidade Federal do Ceará
 UFS - Fundação Universidade Federal de Sergipe
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
 UFPB - Universidade Federal da Paraíba
 Fundação Santo André (SP)
 Unb - Fundação Universidade de Brasília

democratização do ensino e a defesa da universidade pública.

Exemplo da Bahia

A Universidade Estadual da Bahia (Uneb) está entre as instituições que oferecem cursos para trabalhadores do campo em parcerias com entidades da Reforma Agrária. Em outubro de 2004, começou o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra, com Habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental, em educação de jovens e adultos e para gestão dos processos pedagógicos escolares e outros espaços educativos. A turma apresenta 60 educandos.

A universidade baiana possui projetos de educação de jovens e adultos (1ª a 4ª série); no nível médio, cursos de magistério e técnicas agrícolas e, no ensino superior, está em andamento o curso de Pedagogia da Terra e está para começar a licenciatura em Letras.

“A universidade busca dar respostas aos anseios das comunidades onde atua, sem esquecer a universalidade do saber. Nessa perspectiva é que a experiência com o MST vêm desde de meados da década de 90”,



Cerca de 200 professores se formaram no curso de Pedagogia da Terra em turmas do MST e da Via Campesina

conta Maria Nalva de Araújo, cientista social e professora do Departamento de Educação da Uneb.

Em 2001, a parceira com a universidade possibilitou educação de jovens e adultos para a alfabetização de 800 trabalhadores do MST na região do extremo sul da Bahia, além de mais 3 mil trabalhadores de outros movimentos sociais do campo em diversas regiões do estado. Houve também um projeto de ensino médio para os educadores dos assentamentos que não possuíam habilitação em magistério, que durou três anos e acabou em 2004.

“O MST e a universidade adquiriram maturidade para iniciar um curso superior, como o Pedagogia da Terra, que começou em novembro de 2004”, explica Nalva de Araújo. A Uneb aprovou também um projeto de licenciatura em Letras Vernáculas para atender a 120 educadores e comunicadores do MST e outros movimentos sociais do campo.

Segundo a professora Nalva de Araújo, o MST é fruto das contradições do modelo capitalista no campo e a sua grande contribuição histórica reside no fato de que na década de onda neoliberal, nos anos 90, man-

teve vivo o ideal socialista e a agenda anticapitalista. Nesse sentido, a educação que o movimento deseja construir se contrapõe ao modelo instituído historicamente pelas elites brasileiras e, mais recentemente, ao receituário neoliberal para a educação brasileira.

“Não basta construir uma escola e continuar com o mesmo tipo de educação. É preciso dar outro significado e colocá-la a serviço da classe trabalhadora. As crianças que vivem e estudam nos assentamentos e acampamentos possuem uma experiência gestada nos conflitos e nas lutas, que a escola não pode ignorar”, defende Nalva de Araújo. “O trabalho educativo do MST é justamente articular a escola e o conhecimento com a sua estratégia de luta, sem retirar a beleza do ato de conhecer e descobrir o mundo”, complementa.

Protagonismo popular

Domingas Farias dos Santos é uma das alunas do primeiro curso de Pedagogia da Terra construído na parceria pedagógica com a Uneb. Moradora do assentamento Paulo Freire, no município de Mucuri, no extremo sul do Estado, ela tem 42

anos, três filhos e quatro netos. A turma foi batizada com o nome de Jacy Rocha, dirigente no estado morta que viveu no Assentamento 1º de Abril, onde fica o Centro de Formação Carlos Marighela, na cidade de Prado.

Domingas estudou quando era criança até os 13 anos numa escola rural e retomou os estudos em 1999, depois de entrar no MST. Desde então não parou mais. Fez o curso de escolarização de 5ª a 8ª série, voltado para os educadores do EJA. “Senti muita dificuldade no decorrer do curso, principalmente na matéria português, porque além de estar longe dos bancos escolares por muitos anos, também vinha de uma escola rural”, conta.

Em seguida, participou da primeira turma do curso de magistério na Bahia, que durou três anos. Em 2004, foram formados 56 professores Sem Terra. Nessa época, os integrantes da coordenação estadual estavam discutindo a criação do curso de Pedagogia da Terra no Estado. “Fui indicada para fazer parte da turma e passei no vestibular. Agora estou cursando a 3ª terceira etapa”, comemora.

No MST desde 1997, Domingas tem a determinação de realizar seu sonho: ter um espaço para criar galinhas e fazer uma horta. Conseguiu muito mais. “Ampliei meus conhecimentos e continuo descobrindo coisas novas a cada dia. Até hoje não acredito que defendi uma monografia sobre o surgimento do MST no município de Mucuripi e passei no vestibular”, lembra Domingas, orgulhosa dos desafios vencidos nos anos de militância.

“Não pretendo dar aulas, mas trabalhar diretamente na organização do povo do

Foto: Kamila Martins



Para o educando Norback, o conhecimento deve contribuir na construção de uma sociedade mais justa



As universidades são um espaço importante de reflexão e formulação do pensamento para os movimentos sociais

campo nos assentamentos e acampamentos. Uma das grandes lições que aprendi no MST foi o significado da palavra solidariedade na prática. O próprio movimento é uma escola sem igual. Mudou a minha vida e a concepção que eu tinha de mundo. Sou mais solidária e não penso só em mim. Sou capaz de perceber que há em minha volta pessoas que precisam da minha ajuda. Acredito que sou uma pessoa melhor”, finalizou.

Altair Norback é um dos 45 estudantes da turma denominada Margarida Alves, da segunda turma do curso de Pedagogia da Terra, fruto da parceria do Iterra com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul deste 2003. A turma de estudantes é formada exclusivamente por integrantes de movimentos sociais do campo e da cidade, como o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Atingidos por Barragem, Pastoral

da Juventude Rural, Movimento dos Trabalhadores Desempregados e Movimento Sem Terra.

Colaborador do MST desde 1990, o estudante participa do coletivo estadual do setor de educação do Rio Grande do Sul. Já foi operário metalúrgico, mas por causa das raízes camponesas, resolveu lutar para conquistar um pedaço de terra para trabalhar no campo. A vitória veio no final de 2005, com a desapropriação pelo Incra da área do Assentamento Pântano Grande, nas proximidades de Porto Alegre. “O retorno aos estudos também foi outra conquista que chegou por meio do MST. Eu sempre quis estudar, mas o acesso à universidade era negado devido a falta de condições financeiras”, conta.

Norback está na 5ª etapa do tempo comunidade. O curso tem duração de quatro anos e acontece em alternância de momentos pedagógicos,

com a divisão de tempo escola, quando os alunos freqüentam as aulas na instituição de ensino, e tempo comunidade, período em que os estudantes retornam aos seus assentamentos ou acampamentos para colocar em prática o que aprendeu e realizam trabalhos escolares.

“Não estamos passando pela faculdade em busca de um diploma para o mercado de trabalho, mas para ajudar a construir um projeto de sociedade mais justa e igualitária. A proposta de educação do campo que vem sendo desenvolvida pelo MST e a Via Campesina é voltada para a formação

do indivíduo e na construção de uma nova sociedade, onde as pessoas atuam como sujeitos da história em processo de transformação”, explica.

O estudante defende a tese de que as pessoas que vivem no campo têm de ter uma educação específica, porque é preciso levar em conta a implantação da agricultura orgânica e mudanças na forma de produção para a preservação do ambiente e a não poluição das águas.

“A oportunidade de estudar oferecida pela MST deve ser agarrada com unhas e dentes e muita responsabilidade. As demandas dos movimentos sociais são muito grandes e cada militante que se forma passa a ser uma ferramenta da luta para a construção de uma nova sociedade, podendo dar sua contribuição nas escolas, assentamentos, acampamentos e ocupações”, concluiu Norback. ■

Sueli Auxiliadora dos Santos é jornalista.

Desenvolvimento OU somente retórica?

MARCOS ZIBORDI

Você já deve ter ouvido, lido e assistido centenas de reportagens sobre as reuniões realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas, vulga ONU.

A cena é clássica: sérios senhores com fone de tradução simultânea no ouvido passam dias discutindo soluções para diminuir a miséria em seus países. Estabelecem metas, elaboram acordos, assinam papéis, sorriem para as câmeras, apertam as mãos e voltam pra casa.

Na última década, a retórica internacional das boas intenções prometeu um futuro bem mais digno para a humanidade. Em 1995, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, popularizada como Declaração de Copenhague, anunciou a projeto de erradicar a pobreza mundial. No mesmo ano, em Pequim, a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher constituía um programa de ação em busca da igualdade entre os gêneros. Em 2000, a ambiciosa Declaração do Milênio não só enumerou os oito itens essenciais para a melhoria de vida dos pobres no planeta, mas marcou data para o cumprimento da meta, em 2015.

O que essas cúpulas, acordos e declarações criam mesmo são miragens desenvolvimentistas. As boas intenções são impraticáveis por causa de restrições impostas por outros acordos, por exemplo os de empréstimo concedidos pelo Fundo Monetário Internacional, vulgo FMI.

A força dos ajustes fiscais para pa-

A movimentação dos órgãos internacionais e os acordos de cooperação econômica e social entre países ricos e pobres criam a miragem de um mundo melhor.

gamento das dívidas e(x)ternas condenam os países pobres, que não conseguem sair do atoleiro e muitas vezes nem podem aplicar a ajuda que recebem, pois estourariam seus orçamentos – para o FMI, gastar com saúde e educação não é investimento, é despesa.

Isso sem contar o devastador efeito colateral da globalização, que prejudica inclusive os programas sociais de países ricos. É como atirar no próprio pé.

O monitoramento dos compromissos sociais assumidos pelos governos nos últimos dez anos é realizado por uma rede de organizações sociais de vários países. O último relatório, publicado no Brasil pelo Observatório da Cidadania, é enfático: são muito mais promessas que ações, sendo que as conquistas sociais desaceleraram depois de 1990, quando o hipotético fim de uma guerra supostamente fria prometia um futuro promissor pra humanidade – globalização, fim de alguns autoritarismos, a panacéia neoliberal.

África

O relatório do Observatório da Cidadania, que cobre todos os continentes, descreve contradições absurdas. No Quênia, os dois primeiros objetivos das Metas do Milênio – erradicar a pobreza extrema e a fome – não serão cumpridos nem de raspão, apesar das políticas públicas adotadas. Os recursos que criariam empregos e incrementariam serviços sociais básicos servem para pagar a dívida externa impagável, que representa 65% do PIB do país.

Entre 2001 e 2002, ela sugou US\$ 1 bilhão do Quênia, que no período não investiu sequer 10% desse montante em saúde e educação. Enquanto isso, 12 crianças em cada 100 não chegam aos cinco anos de vida e quase 60% da população vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de US\$ 1 por dia. O investimento público, que representava 20% do orçamento em 1980, caiu para 13% em 1995.

Em outro país da África, Moçambique, só o perdão da dívida permitirá o progresso de uma das regiões mais miseráveis da terra. Lá, existem



Foto: Arquivo

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, discursa na 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas

somente dois médicos para cada 100 mil habitantes. A malária e a Aids devastam a população, 60% dela desempregada. As mulheres estão em pior situação: menos de 30% são alfabetizadas; os homens, o dobro. A expectativa de vida é de 38 anos.

A anistia da dívida, prometida no ano passado por oito potências mundiais, é para os moçambicanos mais um ruidoso anúncio que vai se diluindo em sussurro.

Indonésia

A onda de solidariedade após o *tsunami* que atingiu a ilha de Sumatra no fim de 2004 é uma centelha perto das necessidades do país. A dívida externa de US\$ 144 bilhões consome metade do orçamento anual da Indonésia, um dos mais endividados do planeta.

Os credores internacionais exigem programas de ajuste para integrar os indonésios ao mercado global. Crescem os hipermercados, aumenta

o fluxo de produtos importados, aparecem as zonas de livre comércio.

Ao mesmo tempo, os serviços sociais são privatizados, as pequenas empresas quebram, a política de desenvolvimento prioriza regiões próximas à capital, os recursos naturais são exauridos, os homens abandonam as famílias em busca de emprego, as mulheres cada vez mais assumem o lar, e as filhas, enganadas com promessas de um futuro melhor, são recrutadas para trabalhar como “acompanhantes” dentro e fora da Indonésia.

Alemanha

A manchete de um dos principais jornais alemães no começo de 2005 seria suficiente para descrever a situação de um dos países mais industrializados do mundo: “Lucros crescem fortemente, salários estagnados”.

Na Alemanha não se fala em miséria, mas em risco de pobreza. O índice de dois anos atrás indicava que 13,5% das pessoas corriam tal risco.

Na mesma época, a receita nacional cresceu e houve um aumento significativo de 10,4% na renda gerada pelas empresas.

O risco de pobreza aumenta na Alemanha porque cada vez mais gente depende da assistência governamental de forma permanente. Mas a ajuda oficial para o desenvolvimento, que representava 0,42% da renda nacional bruta em 1990, caiu para 0,28%. A meta defendida pelo governo na Cúpula do Milênio+5, realizada no ano passado, é destinar a 0,7% da riqueza bruta do país para programas sociais, apesar do “considerável esforço” necessário, preveniu o ministro do Desenvolvimento.

Nesse empenho, as mulheres saem perdendo. Em geral elas recebem 20% menos que os homens, e o sindicato dos metalúrgicos alemães afirma que se o ritmo de aproximação dos salários for o mesmo dos últimos 40 anos, “serão necessários no mínimo mais 40 anos para que as trabalhadoras de atividades administrati-

vas e intelectuais e muito mais de 70 anos para que as mulheres que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos”.

Chile

Paradigma de sucesso entre as nações emergentes, existem dois países dentro do Chile. Um desfruta da inflação baixa, do crescimento anual de 5,5% do PIB nos últimos 15 anos, das contas ajustadas e do clima político favorável.

No outro Chile, oculto, somente 20% das mulheres ocupam cargos públicos, e a distribuição de renda é uma das dez piores do mundo. Os 10% mais ricos ficam com 41,2% do total, enquanto os 10% mais pobres têm somente 1,2% da mesma renda.

Um chileno pertencente ao estrato mais rico ganha em média US\$ 1.282 por mês. Um pobre sobrevive com US\$ 25 mensais, valor bem menor do que a alardeada renda de US\$ 11 mil por habitante em 2004.

A delinqüência, um sintoma dessa desigualdade, fez com que três em cada quatro chilenos fossem vítimas de delitos no ano passado.

Equador

A política governamental voltada para o pagamento da dívida interna e externa acata rigidamente as orientações econômicas, comerciais, sociais e políticas do início de 1990, o chamado Consenso de Washington.

Com um modelo econômico exportador de recursos naturais, o petróleo tem sido a grande fonte de renda do Equador desde a década de 1970. O governo vem subestimando o valor do barril nas previsões orçamentárias, gerando excedentes para pagar a dívida. Sobram 10% para os

investimentos sociais, que são urgentes - mais de 60% da população é pobre, metade deles indigentes.

Em pouquíssimo tempo, o Equador despencou na tabela do Índice de Desenvolvimento Humano, vulgo IDH. Em 1999, o país ocupava a 69ª posição entre 175 nações. Cinco anos depois, caiu para centésimo. As áreas rurais são as mais vulneráveis.

Em 2001, o Equador foi quem menos investiu em saúde entre os 18 países da região, e ficou em penúltimo lugar entre seus vizinhos quanto aos gastos com educação, superando apenas a Nicarágua.

A renda é pessimamente distribuída. Enquanto 20% se apropriam de 58% da riqueza, no outro extremo os 20% mais pobres ficam com somente 3,3%. O Observatório da Cidadania diz que “além de alocar migalhas para o investimento social, os programas governamentais, seguindo a linha imposta pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foram caracterizados por respostas imediatistas e assistencialistas, não contribuindo para a criação de capacidades e oportunidades, não promovendo a sustentabilidade e nem levando em conta na sua formulação e aplicação de aspectos essenciais como o gênero, a ruralidade, a idade e a cultura.”



Mais promessas que ações: o ex-presidente do Banco Mundial (BID), Paul Wolfowitz com beneficiados pelo Bolsa Família no Brasil

Pobreza

O que é ser pobre, ou melhor, abaixo de qual renda uma pessoa é pobre? Atualmente, qualquer discurso sobre a pobreza fala de quem vive com menos de US\$ 1 por dia, referência fixada pelo Banco Mundial.

O valor é inadequado porque considera a pobreza como um dado meramente econômico, e não a privação de oportunidades básicas.

É adequado também porque em certas regiões do mundo são utilizados parâmetros diferentes para medir a pobreza. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) considera que uma pessoa está em situação de pobreza extrema se sobrevive com menos de US\$ 2 por dia. Nos Estados Unidos, o valor é de menos US\$ 12 por dia.

Segundo o Observatório da Cidadania, a popularização do índice do Banco Mundial subestima o número de pobres no mundo - 1,3 bilhão de pessoas segundo o cálculo na base de US\$ 1 por dia. Se fossem adotados índices nacionais e regionais, teríamos mais meio bilhão de miseráveis somente nos países de renda média e alta. ■

Marcos Zibordi é jornalista.



Fotos: Wilson Dias/ABR

Cerimônia de posse do presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, na dinastia Tinawaka

Bolívia aposta em Evo Morales

Pela primeira vez em 180 anos de história republicana, o país mais pobre da América do Sul é presidido por um socialista de origem indígena e líder dos plantadores de coca.

MARCELO CÂMARA*

A multidão que tomou conta das praças San Francisco e de Los Heroes, em La Paz, capital da Bolívia, outrora palcos de violentas manifestações como as ocorridas em outubro de 2003 e meados de 2005, protagonizou uma festa sem antecedentes no país, celebrando a posse do primeiro presidente aymará em 180 anos de vida republicana do mais indígena dos países sul-americanos.

A inquestionável vitória de Evo Morales, do partido Movimento Ao Socialismo (MAS), alçado à Presidência após uma surpreendente vitória no

primeiro turno da eleição, com 53,7% dos votos, foi recebida pelo país e inclui-se aí setores da oposição, como um claro recado por mudanças na política boliviana, o que faz com que o governo Morales assuma em um cenário de nítido otimismo, traduzido por pesquisas de opinião que mostram o apoio de 74% dos bolivianos ao novo governo.

O ineditismo da eleição de Morales foi igualmente bem recebido no cenário internacional, com a provável exceção dos Estados Unidos que defendem a erradicação dos plantios de coca. Uma grande quantidade de jornalistas estrangeiros (mais de 1.200

credenciados para a cobertura da posse), além dos principais chefes de Estado do continente, estiveram em La Paz, numa cerimônia que seguramente entrou para a história do país.

A posse teve início no sábado, dia 21 de janeiro, quando Morales recebeu o poder das mãos das autoridades originárias nas ruínas de Tiahuanaco, civilização pré-incaica que habitava o altiplano andino. A cerimônia, que segundo os arqueólogos não se realizava há mais de três séculos, investiu Morales como o Apu-Mallku, a máxima autoridade originária, governante de todas as nacionalidades do território boliviano. Mais de 20 mil pessoas estiveram presentes nesse ato. No domingo, dia 22, Morales foi empossado constitucionalmente, dando início ao que se definiu como uma nova era para a Bolívia e, talvez, para os povos indígenas de toda a América Latina.

As praças de Los Heroes e San Francisco, no centro de La Paz, foram o grande palco de celebração da posse. Desde as primeiras horas do dia, o local se enchia de representantes da ampla gama de movimentos sociais que compuseram a base de apoio

da candidatura do MAS, além de populares das classes médias urbanas que vieram prestar homenagens ao novo mandatário. Eram mineiros, sem-terra, desempregados e pequenos devedores que depositam nesse governo a esperança de novos dias para a Bolívia.

Como afirmava Jaime Simón Vicayo, representante dos sindicatos mineiros da província de Caracoles, departamento de La Paz: “A vitória de Evo Morales é a conclusão de uma luta que iniciamos em outubro de 2003, quando se deu a renúncia do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada na chamada “Guerra do Gás”. Morales já foi pobre e, por isso, saberá governar para os pobres”, resumindo o sentimento latente nas ruas.

A festa teve seu ápice nos discursos do novo presidente e do vice, Álvaro Garcia Linera, que reassumiram em público os compromissos pela mudança no país, especialmente na questão da nacionalização dos hidrocarbonetos (gás natural).

Críticas

O cenário extremamente positivo que envolveu a posse de Evo Morales, porém, não escondeu o ceticismo existente entre os setores que não o apoiaram tanto à direita quanto à esquerda.

Daniel Castro, relações públicas do Comitê Cívico Pró Santa Cruz, entidade empresarial desse departamento (Estado) que reúne a elite econômica do país e que liderou os mais ferozes ataques à candidatura do MAS, declarou-se em expectativa. “É hora de trabalhar pelo país, já se acabou a festa do voto e dos setores indígenas. Agora, os bolivianos espe-

ram o que se fará em matéria econômica, política e social”.

Tito Hoz de Vila, senador pelo Podemos, partido do candidato derrotado, o ex-presidente Tuto Quiroga, destacou as palavras do vice Álvaro Garcia, conclamando à unidade nacional. “Esperamos que seja um governo para todo o povo boliviano, sem a ênfase única no indígena”, afirmou.

Já as organizações de esquerda que não apoiaram a candidatura do MAS, ainda que expressem orgulho pela eleição de um aymará à Presidência da Bolívia, os aymará e quechuá, duas das principais etnias originárias da Bolívia, representam 55% da população do país, também se mostraram reticentes quanto ao novo governo. Oscar Coca Untoja, editor do boletim Ayra e um dos principais divulgadores do pensamento aymará, afirmou estar preocupado. “Evo Morales aparentemente fará alianças com setores pouco comprometidos com os movimentos sociais, representantes de uma esquerda tradicional que podem levar ao retorno das forças oligárquicas”, avalia. O jornalista é enfático: “O que o povo deverá vigiar não é como o presidente estará vestido”, referindo-se à polêmica criada entre setores conservadores pelo fato de Evo Morales se recusar a usar gravata na posse, “e sim vigiar para que

políticos oportunistas não utilizem o ‘índio’ em seu favor e contra o povo”.

Desafios

Apoiado pelos governos de vários países latinoamericanos, em especial Venezuela, Cuba e Brasil, o novo presidente boliviano tem inúmeros desafios econômicos e sociais pela frente, a começar do alto índice de desemprego que atinge a população indígena, a miséria, a precariedade dos serviços públicos e o enfrentamento com as empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras, que exploram os recursos naturais da Bolívia.

Durante a campanha eleitoral, Evo Morales assumiu o compromisso com a nacionalização de determinados setores, uma reivindicação muito forte da maioria da população. Em seu discurso de posse, reafirmou que vai realizar mudanças profundas na economia boliviana, que pretende renegociar as concessões estrangeiras e lembrou os 500 anos de resistência dos povos indígenas, homenageou os líderes antepassados Tupac Katari, Tupac Amará, Bartolina Sisa, além de libertadores e revolucionários como Simón Bolívar e Che Guevara. Segundo Evo Morales, “na Bolívia o modelo neoliberal não continuará”. 

Marcelo Câmara é jornalista.

* Matéria publicada originalmente no jornal *Brasil de Fato* e mais colaboração da redação.



As nações indígenas representam mais de 60% da população boliviana



Fotos: Arquivo

De um lado, o ministro alinhado aos interesses dos grandes empresários da comunicação; do outro, a sociedade alheia a decisões de extrema importância.

A polêmica da TV digital

ANA MARIA STRAUBE

A pesar de o Brasil estar prestes a definir seu sistema de televisão digital, ainda é pequeno o número de pessoas que compreendem a importância do assunto. As decisões têm sido acompanhadas de perto apenas pelo ministro das comunicações Hélio Costa e empresários do setor de telecomunicações. Enquanto isso, movimentos e entidades de luta pela democratização da comunicação brigam para não serem cada vez mais aliados de um debate que já não pode receber tal qualificação – as discussões estão cada vez mais restritas.

Membro do conselho consultivo da TV digital e do Intervozes (coletivo que luta pela democratização da comunicação), o jornalista Gustavo Gindre é categórico ao dizer que perderemos uma grande oportu-

nidade de revolucionar a televisão brasileira se as decisões ficarem nas mãos apenas de Hélio Costa e dos grandes empresários. O calendário de discussões sobre a TV digital foi alterado pelo ministro sem a participação do conselho consultivo, formado no início do processo e composto por membros da sociedade civil e especialistas.

Na entrevista que segue, Gindre fala sobre as possibilidades do sistema digital e explica as manobras para encobrir as motivações políticas da adoção de um padrão estrangeiro, reduzindo as escolhas sobre a TV digital a decisões meramente técnicas.



Foto: Ana Maria Straube

Gindre: integrante do Intervozes

Quais são as possibilidades que a implantação de um sistema de TV digital trazem para o país?

Gustavo Gindre: A TV digital tem vários caminhos possíveis para serem seguidos desde os mais limitados, que seriam trans-

missões com uma definição quase três vezes melhor que a atual, até outras coisas completamente diferentes disso. A alta definição implica que só aparelhos de TV que hoje custam 15 ou 20 mil reais receberão essa qualidade de imagem. Essa é a opção da Rede Globo, por um padrão que enfatize a alta definição.

Quais são os diferenciais técnicos do sistema de TV digital?

GG: A TV digital transforma imagem analógica em digital, então ela permite fazer uma coisa que nossos computadores já fazem, que é tratar indistintamente dados. No computador você pode ver um filme, escutar uma rádio ou editar um texto. No computador uma foto, um vídeo ou uma música são a mesma coisa, números. Antes uma coisa era rádio, outra coisa era TV, outra coisa era transmissão de dados. E agora tudo é digito.

E o que mudaria em nossa forma de assistir televisão?

GG: A TV digital permite que você coloque transmissão de dados na TV e ela passa a ser interativa, se tiver um canal de retorno. Esse canal de retorno pode ser telefone celular, telefone fixo, internet discada, banda larga, cabo. É possível acrescentar serviços como governo eletrônico, consulta ao fundo de garantia, acesso a informações de governo. Para nós é óbvio acessar o sítio do governo, mas se levarmos em consideração que só 15 ou 20% da população brasileira tem computador, essas informações podem chegar aos 90 e poucos % de brasileiros têm TV.

Como será feita a transição do sistema analógico atual para o digital?

GG: Durante o período de transição, cada canal atual ganha mais uma outorga, para continuar transmitindo em analógico e passar a transmitir em digital. Tem um cálculo que diz que só é interessante você desligar o sinal analógico quando pelo menos 90% da população já tiver o digital. Durante um período teremos essas duas opções e isso implica em dar mais canal para quem já tem. Se essa emissora usar esse segundo canal para transmitir em alta definição, no Rio, São Paulo, na região da Baixada Santista

e em Porto Alegre não entra mais nenhum canal, só fica quem já está. Só daqui a dez anos, quando você começar a desligar o analógico, mais canais poderão entrar. Aí você tem que pressupor que as emissoras vão devolver os segundos canais delas. O acordo seria esse. Agora, isso também pressupõe que daqui a dez anos o governo vai ter força para pedir os canais de volta. Se o governo não conseguir fazer isso, não entra mais ninguém.

A opção por um modelo que enfatize a alta definição prejudicaria a ampliação do número de canais?

GG: Se não optarmos pela alta definição, mesmo hoje, dando um canal a mais para quem já está, é possível colo-



TV digital precisa responder as necessidades dos brasileiros; o sistema japonês, americano e europeu não cumpre esse papel

car muitos canais a mais, numa relação de quatro para um. Você tem aí dois caminhos. O da alta definição é um caminho elitista, caro. Com um sistema de alta definição não adianta comprar uma caixinha nas Casas Bahia por 300 reais e botar na TV, que você não vai ver em alta definição. A caixinha dá alguns serviços no campo da interatividade, mas não vai melhorar a imagem. E ele é elitista porque não permite que mais emissoras entrem no dial. A questão zero é essa. Porque é uma demanda brasileira ter mais canais.

Isso acabaria com a polêmica de que não há espaço disponível para mais emissoras...

GG: Todo o discurso de que só dá para ficar esse pessoal na tv e no rádio e não dá para colocar rádio comunitária, não dá para colocar rede pública porque o espaço é limi-

tado, cai por terra. Você introduz dois elementos novos. Primeiro todos esses serviços que não são uma estação de televisão no sentido estrito do termo e esse é um elemento revolucionário, completamente transformador da televisão brasileira. Há um outro que não é revolucionário no sentido qualitativo, mas é revolucionário no sentido quantitativo e acaba no final sendo qualitativo que é ter mais canais. Essa não é uma mudança na forma da televisão, hoje mais canais ou menos não faria diferença. Mas se tivermos uma nova legislação de outorga, podemos pensar em canais comunitários, canais públicos. Desde redes nacionais até redes locais. Porque não pensar num canal público da cidade de São Paulo, gerido por ONGs,

avanços tecnológicos que o padrão americano não tem, pois eles fizeram isso no início dos anos 90. Tanto com padrão japonês como com o europeu dá para fazer coisas muito legais. Se o Brasil não precisasse produzir ciência e tecnologia, eu não teria nenhum problema em adotar o modelo europeu, que eu acho muito interessante, pois não optou pela alta definição. A questão não é só essa. Se a gente pode não pagar royalties, se a gente pode gerar empresas brasileiras, tecnologias brasileiras nas universidades brasileiras, eu prefiro não comprar algo feito com tecnologia importada e ficar o resto da vida pagando.

Qual tem sido a postura do governo nesse debate?

GG: O discurso do governo no início era muito bom. Do ponto de vista tecnológico não dá para produzir tudo no Brasil. Porque tem coisas que a gente não vai conseguir produzir e tem coisas que não faz sentido a gente produzir. Mas a gente também não vai poder importar tudo, tem coisas que terão que ser adaptadas a realidade brasileira. Dessa forma, necessariamente, a TV digital brasileira será um *mix* de algumas coisas produzidas aqui e outras que serão trazidas de fora. Então, por que não tentar fazer com que esse *mix* tenha o máximo possível de tecnologia produzida aqui? Gera conhecimento aqui, gera patente

aqui, gera tecnologia. Aí o governo pega a TV digital, tecnologicamente falando e divide em vinte e duas partes e resolve fazer uma licitação para o financiamento de cada uma dessas partes. As universidades se inscrevem e cada uma que ganha recebe um dinheiro para fazer isso. A TV digital brasileira seria uma soma de cada uma dessas partes. Vamos supor que dessas vinte e duas, sete não tenham dado em nada. Aí fica decidido que essas teriam que ser tecnologias importadas. No final das contas, se veria o que pode ser brasileiro e o que não pode.

E a questão da escolha do modelo?

GG: A TV digital brasileira tem que responder às questões que não são as japonesas nem as americanas nem as europeias, são as questões brasileiras, aumentar o número de canais e visar a inclusão digital, a interatividade. Então o



Mundo digital: os equipamentos são muito mais caros que os analógicos; as emissoras pequenas e médias podem ser prejudicadas pela definição errada

movimentos sociais, MST, movimento negro, movimento homossexual? O discurso de que o espectro é finito e o espectro continua sendo finito, acaba. Não tem porquê manter esse sistema de outorgas atual. A Constituição diz que o Brasil tem três sistemas de comunicação: o privado, o estatal e o público. Até agora esse público só aparece no artigo 223 da Constituição. Vamos criá-lo então.

Quais são as principais diferenças entre os padrões japoneses, europeu e americano?

GG: O americano é ruim, porque é o primeiro. Ele paga o preço do pioneirismo. É uma evolução do analógico, não é um padrão que já surge digital. O europeu e o japonês, por serem mais recentes, já têm mais evoluções tecnológicas. O fato de estarmos saindo depois pode ser uma vantagem e não uma desvantagem. Vamos ter alguns

Foto: Walter Campanato/ABr



"Desde o ACM, o Hélio Costa é o ministro das Comunicações mais abertamente favorável à Rede Globo"

discurso do governo era interessante. Vai ter um conselho do governo para acompanhar isso e vai ter um conselho da sociedade civil, que é consultivo, que vai acompanhar o processo. E aí acontecem os desdobramentos disso que vão contrariando o discurso. O conselho consultivo começa a ser sabotado, principalmente a partir da nomeação de Hélio Costa para o Ministério das Comunicações. Ele começou a enfatizar o modelo japonês, desmerecendo toda a produção de ciência e tecnologia no Brasil. Ele passa a fazer reuniões em separado com os empresários e anuncia que vai dar uma isenção de impostos para a importação de equipamentos no primeiro ano de funcionamento, isso não é política industrial. Desde o ACM no governo Sarney, o Hélio Costa é o ministro das comunicações mais abertamente a favor da Rede Globo. Esse podemos dizer: é da Globo. A Universidade Mackenzie em São Paulo, tem engenheiros nessa área que pertencem à Sete (Sociedade de Engenharia de Televisão) que é umbilicalmente ligada à Globo. Eles pegaram o padrão japonês e botaram uma "cerejinha" brasileira. Isso melhorou o padrão japonês porque tornou a recepção mais robusta, que é uma demanda brasileira por conta do caos que são as cidades. A partir dessa pequena modificação, ele passa a dizer que esse agora é o padrão brasileiro. Você não tenha dúvida que na hora em que o Hélio Costa fizer o acordo, ele não vai dizer que está adotando o padrão japonês.

Caso o padrão de alta definição seja realmente aprovado, não seria mais difícil para as pequenas emissoras produzirem programas?

GG: Dentro do mundo digital você tem a possibilidade de ter desde materiais muito mais acessíveis que os analógicos, até equipamentos que são muito mais caros que os analógicos. As emissoras pequenas e médias não atentaram para o fato de que a escolha pela alta definição não é ruim só para quem quer a democratização da comunicação. A Rede TV, a CNT vão ter condições de pagar 50 mil reais numa câmera? Porque esse é o valor de uma câmera digital profissional. Tudo terá que ser mudado, os estúdios, iluminação, instalações físicas, até maquiagem. O único estúdio de TV no Brasil pre-

parado para a transmissão de alta definição é o Projac (complexo de estúdios da Rede Globo em Jacarepaguá, RJ). Quanto mais sofisticado mais você exclui as pequenas e médias emissoras privadas e as produtoras independentes, de ONGs, movimentos sociais. Mais um motivo, não só da recepção, mas da produção para não optar pela alta definição, porque torna a produção mais barata. Mas aí a Globo diz que não vai conseguir

exportar seu material porque o mundo inteiro transmite em alta definição. Isso não é verdade. Você produz em alta definição e para o mercado brasileiro você transmite em definição padrão.

Como está a discussão sobre o rádio digital?

GG: No rádio é pior. Hélio Costa já autorizou que emissoras privadas transmitam em digital. Hoje, várias emissoras privadas no Brasil já transmitem em caráter experimental. O rádio está na etapa que a TV vai entrar na Copa do Mundo. É um processo muito difícil de reverter, com conseqüências drásticas. Para as rádios comunitárias é péssimo. Porque ele não tem a banda do AM/FM e dá mais banda para quem já está lá. Esse sistema consegue ser o digital ao contrário, porque cabe menos gente do que cabia no analógico. É muito ruim.

O que os movimentos e entidades que lutam pela democratização da comunicação pretendem fazer diante dessa conjuntura?

GG: Eu, particularmente, e o Intervozes, estamos defendendo a posição de que a política agora é "para Hélio Costa". A proposta dele é definir tudo até o começo de fevereiro. Ele acha que isso pode ser definido por decreto presidencial. Na Copa você tem as transmissões experimentais. De onde ele tirou esse calendário, discutindo com quem? No conselho consultivo da sociedade civil do qual eu participo isso não passou. São várias ações com o objetivo de dizer pára, não dá para essa decisão ser tomada nos próximos 40 dias como o Hélio Costa quer, isso tem que ser discutido com a sociedade. ■

Ana Maria Straube é jornalista.

O documentário *Fala Mulher!*, de Graciela Rodriguez e Kika Nicolela, mostra as marcas que as mulheres carregam do Carnaval e das escolas de samba.

WLADYR NADER

O carnaval está logo ali mas, como todo o mundo sabe, sua história se renova a cada ano, se é que também não se apresenta sob os mais alegóricos disfarces. Sim, já se ouvem os preciosos batuques que anunciam o estado de prontidão dos sambistas da cidade, que dão a vida por cair na folia em plena rua ou por bagunçar o coreto nos salões cada hora mais avessos aos bailecos que procuram oxigenar a triste alegria das pessoas.

Por isso se diz que é do asfalto que surgem os melhores sons, aqueles capazes de botar qualquer um de quatro, quando o negócio é dançar, cantar ou pular para esquecer ou vingar-se dos maus dias que se vivem no Brasil, que já foi varonil, como em tantos poemas e canções, e virou o grande devedor de seus sofridos cidadãos, vestindo a fantasia que for, de governo, educador, guia espiritual ou guru.

Mas carnaval é momento e por isso multiplicam-se seus casos, deliciosos uns, infelizes outros. Atire a primeira pedra quem não tem um para contar, em geral recheado de pormenores que tumultuam a cabeça dos foliões, carregando-a de esperanças. Até tudo terminar



Foto: Arquivo Riotur

Para tudo *terminar* na quarta-feira

na quarta-feira, como diz a música.

Correto mas está muito enganado quem pensa que carnaval é um mar de rosas, mesmo que por alguns dias. Ele pode refletir isso na avenida mas, em circunstâncias adversas, muita gente acaba no prejuízo. Os acontecidos naturalmente são de mexer a cabeça da criatura mas vale a pena concentrar a atenção, por exemplo, nas histórias de algumas das mulheres que em São Paulo fizeram e fazem na

avenida a festa da Camisa Verde e Branco. Foram elas as escolhidas para interpretar *Fala Mulher!*, de Graciela Rodriguez e Kika Nicolela, documentário que participou em outubro da última Mostra BR de Cinema e, antes, de um festival na Croácia.

Se são desconhecidas do grande público no resto do ano, essas sambistas — de 2003, quando o documentário começou a ser rodado, para cá, a morte levou três delas, Audilê, Cida e Benedita — experimentam sua noite de glória nos minutos inesquecíveis em que a escola pisa e desfila na avenida. Que tal escutá-las um pouco (*neste texto foram respeitadas as falas exatamente como as cineastas as registraram no documen-*

tário) para conhecer como chegam lá a partir dos primeiros passos que dão no quadrilátero do Camisa, tão logo se fecham as cortinas do desfile de que direta ou indiretamente acabaram de participar?

Estrela por uma noite

“Pôr uma escola na rua não é só pôr na rua”, faz questão de deixar claro Rejane (Rejane Barbosa de Oliveira), poetisa e compositora, em *Fala*

Mulher! “Sabe, tem uma série de sentimentos e coisas. Tem gente que não dorme. Eu tenho tantas histórias de carnaval para contar...”

Já Duda (Dulcinéia Ribeiro), professora de escola pública e coreógrafa da Ala do Passo Marcado, prefere outra explicação: “Se estou triste, eu fico alegre, esqueço tudo. É uma delícia”, testemunha. “Aí, quando você está passando... Eu digo, você vira um verdadeiro artista. Quem nunca foi, quem nunca sentiu o aplauso do público por 70 minutos na passarela do samba... Ele vira um verdadeiro artista. Quando ele é aplaudido, ai que gostoso! As pessoas não te conhecem e te mandam beijo.”

Cleusa (Cleusa Aparecida Viana), no filme, enxerga as coisas de forma um pouco diferente, na medida em que argumenta sobre as artistas: “A maioria delas, que vem da periferia, o sonho delas é estar na frente de uma bateria e aparecer na Rede Globo de Televisão. Porque elas não têm nada, elas têm tão pouco que só de colocar uma fantasia bonita no dia de carnaval, chegar na avenida e ver aquele monte de gente... Elas estão realizando sonhos. Elas querem ser é rainhas do carnaval, princesas, estar na corte do carnaval. Porque a corte do carnaval é um sonho. Ali você se realiza. Você é rei, rainha, conde e mestre. Você é tudo.”

Audilê (Audilê Marlene), que foi vedete-cantante e trabalhou na Argentina e Espanha e ultimamente possuía uma barraca de petiscos na Praia Grande, conta na fita toda a sua história: “Se eu pudesse reencarnar e eu pudesse pedir, eu pediria: negra e mulher outra vez. Se possível com toda a experiência que eu tenho. Porque aí ia ser muito bacana, né? Ia ser muito melhor se pudesse fazer mais coisas”, dizia ela em *Fala Mulher!*, meses antes de desaparecer para sempre.

Já a presidente da Camisa Verde e Branco, Simone Tobias, opta no filme por dar destaque à fantasia: “Eu sempre gostei da fantasia. Sempre gostei de me fazer de personagem. O samba é tudo para nós porque é alegria. O brasileiro não tem tristeza por causa do samba”.

Benedita, que morreu recentemente, com 80 anos, e era tia-avó de Claudia Adão, hoje primeira porta-bandeira da escola, escolheu lembrar que “o carnaval é a única coisa que ainda resta para esse povo sofrido.”

Nenê, ou Rosângela, não fez por menos: “Adoro a vida. Eu adoro a vi-

cerca de 80 minutos. Elas não medem as palavras e se manifestam sobre diversos assuntos que preocupam a maioria dos brasileiros, especialmente os mais pobres.

“As mulheres têm um poder tremendo”, na visão de Di (Diegne Moraes), “é que elas não fazem uso. Porque um homem, com um revólver apontado, se você souber conversar, você tira, voa e ainda mata ele. As mulheres têm um poder tremendo”, observa. “Até que eu não usei muito, não. Mas tudo quanto eu quis eu consegui... A mulher tem uma força

Fotos: Divulgação



Atrizes, cantoras e dançarinas não medem as palavras e se manifestam sobre diversos assuntos que preocupam a maioria dos brasileiros

da. A vontade de ter, de ser”, acrescentou a manicure e porta-bandeira, que morreu em decorrência de um acidente de carro à época das filmagens.

O pior já passou

A sensação que se tem ouvindo as mulheres negras do filme, que a todo instante repetem que são afro-descendentes, é que acreditam num mundo diferente, bom, porque o pior já passou. Sim, é essa disposição que encanta nessas verdadeiras atrizes, cantoras e dançarinas que entram e saem de cena a cada momento por

tremenda. Você vai numa penitenciária e pergunta por que você está preso? Porque eu roubei? Por quê? Por causa de uma mulher. Pergunta (a outro): E você? Ah, eu matei. Por quê? Por causa de uma mulher.” Mas política também interessa a Di, de 60 anos: “Vamos ver, espero que faça alguma coisa, o Lula. Igual ele estava viajando, eu falei para o meu marido assim: quando ele terminar de viajar, já se passaram os quatro anos. E outra, ele quer dar R\$ 50,00 para cada família? O que a gente faz com R\$ 50,00? Ainda mais família de po-→

Continua na página 50

O ACHADO CINEMATOGRAFICO DE GRACIELA E KIKA

Fala Mulher! coloca Graciela Rodriguez e Kika Nicolela entre os nomes mais promissores da nova geração de documentaristas brasileiros. Sua idéia é de que o documentário deixou de ser um gênero pouco comercial, como tempos atrás. Ainda hoje apenas um número reduzido deles chega às salas exibidoras, se se comparar com a quantidade de obras de ficção produzidas para a tela. Aliás, lembram as diretoras, ninguém ignora que o gargalo no Brasil é a distribuição. Por isso em *Fala Mulher!*, seu primeiro longa-metragem — o que explica o desconhecimento da maior parte do público a respeito de sua estréia na área —, elas optaram por um tipo de trabalho independente, sem os recursos das leis de incentivo. Por tal motivo é que o finalizaram em vídeo. Por enquanto, explicam, o padrão para as salas comerciais ainda é a cópia em película, embora já existam muitas, no Brasil, preparadas para a projeção digital. Assim, pelo fato de só disporem de cópias em vídeo, sua expectativa de chegar às salas comerciais de cinema é reduzida. Graciela e Kika confessam que seu objetivo sempre foi realizar um filme com uma linguagem que pudesse fazer o circuito de festivais e exibições gratuitas para ONGs e comunidades e, em seguida, ser vendido a canais de TV. As cineastas acreditavam, como acreditam, que eventualmente poderiam chamar a atenção de algum distribuidor interessado em entrar como co-produtor e bancar o processo de “transfer to film”. Há no Brasil diversas fitas de qualidade que se acham na fila para conseguir distribuidores.

Trunfo

Na verdade, o grande trunfo das diretoras são as atrizes do filme, que Graciela e Kika preferem chamar de

“artistas do palco e da vida”. Até meados de dezembro, época desta entrevista, algumas delas ainda não haviam assistido ao documentário mas as que o viram ficaram bastante tocadas, principalmente por causa da morte de Nenê, depois de dias de coma.. Todos, é natural, se emocionaram por vê-la eternizada no filme, como Audilê e Benedita. Além disso, as intérpretes gostaram bastante da forma como foram abordados nele vários assuntos, como a comunidade, a escola, a paixão dos integrantes da escola pelo samba, o respeito pelo pavilhão, ou seja, sua bandeira, e a luta diária que cada uma trava contra o preconceito racial e o machismo, por exemplo.

As diretoras falaram com entusiasmo também das repercussões do filme. Na Croácia, entre outras exibições, sobretudo as brasileiras, ele foi mostrado a mais de mil pessoas numa única sessão. As duas se impressionaram com a resposta do público. Ao que tudo indica, ele teria sido o mais aplaudido dos documentários programados para o festival, pelo público que compareceu, pela mídia e, em geral, pelo próprio povo croata. Elas revelam que as personagens e a energia do samba o cativaram. Ao mesmo tempo, segundo seu testemunho, as pessoas consideraram muito estranho que, num país em que mais da metade da população é afro-descendente, ainda exista preconceito racial.

Já na Mostra BR, em São Paulo, contam as diretoras que, especialmente no ano pasado, devido ao crescimento do festival, a atenção do público e da mídia foi pulverizada pelas centenas de filmes projetados. O lançamento de *Fala Mulher!*, em seu decorrer, aconteceu a 25 de outubro numa das salas do cine Bombril. Depois de assistir à fita, Simone Tobias

desabafou: “É, são 80 minutos de filme e 10 minutos de choradeira.”

Também no CEU Navegantes a apresentação do documentário foi sucesso de público. Houve um debate com a presença de Graciela Rodriguez e de Luís Paulo, curador da Mostra Trilhas Negras e Indígenas. Uma das espectadoras fez questão de destacar o problema da violência doméstica, que o documentário aborda claramente e de que ela havia sido vítima.



As documentaristas optaram por trabalho independente, sem os recursos das leis de incentivo

Como tudo começou

Graciela Rodriguez e Kika Nicolela, que pretendem mostrar *Fala Mulher!* em ongs — na verdade, sua primeira exibição foi na ong Unegro — e comunidades diversas, contam que, apesar do sucesso que vem alcançando, seu filme teve pouca preparação, no sentido acadêmico do termo. A comunidade da Escola de Samba Camisa Verde e Branco convidou em maio de 2002 o grupo de teatro União e Olho Vivo para colaborar nos dados históricos do tema para o sambarenredo de 2003. Era sobre João Cândido Felisberto, o marinheiro negro que liderou uma revolta, em 1910, contra os castigos corporais de que eram vítimas. Em meados de outubro, começaram a gravar ensaios e marcar os primeiros encontros com cada uma das mulheres.

Continuação da página 48

bre, que come bastante, eles não comem pouquinho. Nós não podemos comprar nada. Igual àquele cheque-cidadão que o Criancinha dava. Criancinha, não, como é que ele chama? É tudo garoto! Que o Garotinho dava. Eu costumo chamar de Criancinha.”

Sem talento não se consegue nada, na opinião de Audilê: “Graças a Deus e ao meu pai Ogum, eu tenho talento. Mesmo hoje, brincando com as meninas, eu vou num caraoquê e eu sinto. Eu sinto que cantei. Eu sinto que alguma coisa entrou em mim. Sabe, o pessoal, ninguém me conhece. É um bar comum, um caraoquê, eu canto e o povo, todo o mundo aplaude”, rememora na fita ela que foi mulata do Sargentelli, ou seja, uma das moças que faziam shows mundo afora sob o comando do conhecido empresário. “Então a gente está falando de talento. E isso eu agradeço a Deus, porque Deus me deu. Porque, caso eu não tivesse talento, eu teria que me prostituir lá fora, sim.”

“Vai de você”

Para Aline Regina Anizeu, 20 anos, rainha da bateria do Camisa, quando um show ou o desfile chega ao fim, “os gringos” dão mesmo em cima das mulheres: “Eles fazem coisas assim absurdas, né? Tipo, se você pode encontrar com eles depois que acabar, sabe? Ele dão telefone, oferecem dinheiro... Aí vai de você. Quando a pessoa não tem índole, não tem cabeça, está ali por um objetivo só, não é? Aí não.”

Di volta à carga para dizer, em outro trecho do documentário, que “o Maurício de Nassau, aquele holandês, o Maurício de Nas-

sau, na serra da Barriga, ele cruzou com uma africana, escrava, para ver o que ia sair dali. No mínimo ele pensava que era bicho. Dali nasceu claro. Ora, mulata vem de mula. Usavam as africanas, as escravas, feito bicho, feito mula. As minhas filhas são mulatinhas. Os brancos: ‘ai que mulatinha bonitinha!’ Elas falam: ‘Eu não sou mulata, eu sou negra’.” Porque ninguém quer ser negro aqui no Brasil.

Audilê também aborda o assunto ao contar: “Eu fui criada de uma maneira que o negro é lindo, o negro é belo. E o negro é uma raça superior. Que é o que papai sempre me dizia. Que o negro, a raça negra, é muito forte. E o negro é muito bonito... Não sou eu a culpada, o culpado é você, que é racista, você que tem preconceito. É você que está sofrendo, porque eu já sou negra.”

Duda também opina sobre o negro: “O lugar maior do negro é lá em cima. Porque não é possível. Como nós não temos espaço aqui embaixo, então eu acho que o maior é lá.” Ela entende que o preconceito existe e que ele é pior do que em outros países porque é “camuflado”.

Cleusa, por sua vez, é radical, como bem mostra o filme: “A mulher negra não é objeto de prazer de ninguém. Sabe, ela é uma mulher que trabalha, que levanta cedo, que tem

filhos, que casa, que quer ter a casa dela. Sabe, não tem que morar em favela só porque é negra. Só porque é pobre, só porque não sei o quê.”

Já Rejane anda mais preocupada com o amor, por exemplo o de Dona Zica e Cartola, quando diz: “Era um amor lindo, né? Era um amor invejável que a Dona Zica tinha dele. Quando eu ouvi o Cartola, foi isso que eu pensei: ‘Nossa, como ela era amada!’ Eu acho que a Dona Zica era a mulher mais amada, não é? Foi a mulher mais amada de toda a humanidade. Eu sou muito incerta das coisas, com esta minha inquietude, mas a grande certeza que eu tenho é que sou muito amada”, observa olhando com prazer para o marido, que se acha ao lado. “Vou chegar em casa, sabe, vou ter um fã meu. Você é linda, mais que demais, você é linda, sim”, lembra a música. Aqui a trilha sonora de *Fala Mulher!* funciona maravilhosamente, ao recordar o samba: “Tive, sim/ Outro grande amor antes do teu/ Tive, sim/ O que ela sonhava era os meus sonhos e assim/ Íamos vivendo em paz/ Nosso lar, em nosso lar sempre houve alegria/ Eu vivia tão contente/ Tive, sim/ Mas comparar com o teu amor seria o fim/ Eu vou calar/ Pois não pretendo amor te magoar.”

Têm toda a razão, portanto, os que imaginam que as estrelas do carnaval são em seu cotidiano pessoas comuns. Existem, naturalmente, as pessoas comuns que refletem, raciocinam e agem como elas, da mesma maneira que as desinteressadas, que talvez julguem que o mundo muda a seu favor mesmo se estiverem paradas. Nem mais nem menos que isso. ■

Wladyr Nader é jornalista.

A sambista Audilê foi criada em um ambiente de valorização da negritude: “o negro é lindo, belo e forte”





Foto: Divulgação

Turbilhão: três vidas com carga psicológica forte e complexa se misturam num lugar pobre e cheio de becos em Salvador

Todos os sentimentos em *Cidade Baixa*

KELLY FERNANDES

 Uma boa surpresa entre as produções nacionais que estrearam no ano de 2005 foi *Cidade Baixa*, presente na 29ª Mostra BR de Cinema. Um fôlego vigoroso e renovador para o cinema brasileiro. A direção é de Sérgio Machado, que também assina o roteiro junto com Karim Aïnouz.

O título do filme é o nome da região de Salvador (BA) onde ele se desenrola. Lugar pobre, cheio de becos, cortiços e sujeitos que pulsam no ritmo da sobrevivência. A Cidade Baixa é o cenário. Mas, diferente do que costumamos ver em filmes que se debruçam sobre a periferia e o cotidiano de seus habitantes, o longa de Sérgio Machado não se concentra no meio e no conjunto social. Tampouco busca neles argumentos ou explicações para o turbilhão de sentimentos que é o indivíduo, onde quer que ele esteja.

Deco, Naldinho e Karinna são três vidas que se cruzam e se misturam na Cidade Baixa. São interpretados respectivamente por Lázaro Ramos, Wagner Moura e Alice Braga, em ótimas atuações. Os rapazes são amigos de infância e trabalham juntos, transportando cargas em um pequeno barco a motor. Conhecem a moça, que pretende chegar a Salvador para ganhar a vida como prostituta. Os três se envolvem. Os dois se apaixonam por ela. Ela gosta dos dois, e não consegue viver longe de nenhum deles.

Apenas um triângulo amoroso. Uma história simples, mas muito bem trabalhada por Sérgio Machado. O diretor cria atmosferas de tensão, desenvolve uma mistura elaborada de paixão, ciúme, amor, raiva e prazer que atordoa.

As personagens possuem carga psicológica forte e complexa. Principalmente as centrais, que são minuciosamente exploradas nesse sentido. E também as periféricas, bem delineadas e dotadas de uma profundidade emo-

cional - contida ou explícita - que se desenha em breves momentos.

A questão da forma nesta produção é outro ponto forte. O mais interessante no modo como o filme é conduzido é o que ele não mostra. Muito do que podemos compreender não é explicado, mas sugerido nas entrelinhas. A câmara se concentra em closes e capta detalhes de mãos, olhares, respiração e expressões corporais que dizem quase tudo.

As condições sociais do ambiente permeiam ações e reações, mas isto está longe de ser o foco principal. O cenário está ali, as cartas estão colocadas sobre a mesa e cada um joga com aquelas que possui. O meio influencia as pessoas, mas as vidas que jogam com as cartas dadas pela Cidade Baixa pulsam para além dela. Dentro de cada ser existem impulsos e sentimentos contraditórios que deixam seus caminhos em xeque-mate.

E o jogo não termina, a existência continua. O conflito permanece, pois a vida não tem exatamente soluções. O desfecho é perfeito, com belas imagens compostas por detalhes e ângulos que examinam emoções repressadas, em tempos de transbordar. 

Kelly Fernandes é jornalista



Jovens atrizes Sem Terra do grupo Filhos da Mãe Terra durante a apresentação de *Por estes Santos Latifúndios*

TEATRO

A arte cumprindo seu papel

CRISTIANE GOMES

São Paulo, fevereiro de 1958. Em um pequeno teatro numa estreita rua do centro da capital paulista, era encenada a peça *Eles não usam Black Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri que mostrava a realidade de operários urbanos durante uma greve. A obra foi um grande sucesso de público e de crítica na época, ficando mais de um ano em cartaz. Era a primeira vez que um tema nacional, dirigido por brasileiros, ganhava os palcos teatrais.

São Paulo, dezembro de 2005. O mesmo palco do pequeno teatro localizado no centro da terra da garoa, abriga agora trabalhadores e trabalhadoras rurais. Atrizes e atores Sem Terra que se apropriaram da técnica do fazer teatral. O grupo Filhos da Mãe... Terra formado por jovens militantes do assentamento Carlos Lamarca, no interior de São Paulo, encenou para o público que lotou os 120 lugares do Arena, trechos da peça *Por Estes Santos Latifúndios*, do colombiano Guillermo Maldonado e *Posseiros e Fa-*

Grupo do MST se apresenta no Teatro de Arena, em São Paulo, símbolo de resistência política e artística no Brasil.

zendeiros, baseada em *Horários e Curiácios*, do dramaturgo alemão Bertolt Brecht.

Exatamente 48 anos separam as duas encenações que ocorreram no mesmo espaço. Entretanto, é como se duas pontas de um mesmo cordão se encontrassem. A importância de um grupo teatral do MST ocupar o palco de um espaço tão simbólico e referência quando se pensa em arte unida à política (ou seria política unida a arte) é grande e intensa. “O discurso não tem porquê quando é apenas um recurso retórico. Mas a palavra é estritamente significativa, quando está na boca de pessoas que agem efetivamente para a transformação social. Para todos nós que estávamos no teatro neste dia, a palavra ganhou uma significação estética, lastreada no social, na questão concreta. Daí a im-

portância do MST estar no Arena”, explica o diretor teatral e professor da Unesp, Alexandre Mate.

Mas para se ter a compreensão do significado que o Arena tem para o teatro brasileiro é preciso saber um pouco de sua história.

O começo de tudo

O grupo formado no Arena surgiu no começo da década de 1950, com pessoas como Oduvaldo Viana Filho (o Vianinha), Gianfrancesco Guarnieri (estes dois, ligados ao Partido Comunista), José Renato, Chico de Assis, Augusto Boal. Nomes como de Dina Sfat, Lima Duarte, Eva Wilma, Vera Gerthel, só para citar alguns, também participaram do Arena.

Em 1º de fevereiro de 1955 a peça *A Rosa dos Ventos*, de Claude Spaak, com direção de José Renato inaugurava, oficialmente o pequeno teatro na rua Teodoro Baima. Neste mesmo ano, outros cinco espetáculos foram montados. Em 1956, Augusto Boal, recém-chegado dos Estados Unidos, dirigiu *Ratos e Homens*, do escritor estadunidense John Steinbeck (o mesmo autor de *A Vinhas da Ira*). A peça, adaptação de um romance naturalista, falava sobre os diversos problemas enfrentados por trabalhadores em uma fazenda. De acordo com a pesquisadora de teatro da Universidade de São Paulo, Iná Camargo Costa, esta encenação marcou o começo de novos rumos para o Arena.

Nesta época, os palcos paulistanos tinham uma clara hegemonia italiana, já que, as obras teatrais eram dirigidas por pessoas deste país. “Com a encenação de *Ratos e Homens*, de Steinbeck, foi colocada como ordem do dia encenar e produzir peças que retratassem os problemas do nosso país. Era preciso também que os atores se comportassem em cena como brasileiros”, conta Iná.

Em 1957, Boal deu início à um curso prático de dramaturgia, com aulas de Décio de Almeida Prado e Sábado Magaldi (importantes críticos teatrais). Mas a história do Arena e de todo o teatro brasileiro seria marcada para sempre a partir de 1958 com a encenação de *Eles não usam Black Tie*, de Guarnieri e com o começo dos Seminários de Dramaturgia, onde nasceram tantas outras peças encenadas pelo Arena: *Quarto de Empregada*, de Roberto Freire; *Revolução na América do Sul*, de Boal; e os musicais *Arena conta Zumbi* e *Arena conta Tiradentes*. “Depois do Arena, o teatro brasileiro se interessou pelo Brasil. A atriz Maria Della Costa montou *Gimba* e o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), que tinha o predomínio dos italianos teve, pela primeira vez um brasileiro dirigindo um espetáculo intimamente nacional: *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes”, conta Iná.

É por isso que o grupo é considerado um divisor de águas na história do teatro brasileiro. Não era segredo para ninguém o caráter de esquerda e marxista de seus integrantes e da sua produção. “O Arena teve uma ação permanente do teatro épico, fundamentado em Bertolt Brecht, um dos maiores dramaturgos e ativistas de que se tem notícia. Brecht se preocupava em fazer um teatro que fosse além da emoção, mas que despertasse a consciência, a reflexão crítica das pessoas. O Arena desenvolveu um conjunto de ações para buscar justamente este tipo de teatro”, afirma Alexandre Mate.

Resistência política

O grupo tinha uma profunda relação com as Ligas Camponesas, movimento de luta pela terra no Nordeste. Era a época dos Centros Populares de Cultura e do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, que

tinha no educador Paulo Freire e no escritor Ariano Suassuna, um de seus integrantes. Neste período, os atores e atrizes ligados à estes grupos tinham como objetivo apresentar um teatro político para as classes populares para incentivar o debate e o enfrentamento político. Em tempo: nos anos de 1960, o país fervilhava em idéias e ações. Era o Brasil antes do golpe militar. Em pauta, a discussão sobre as necessárias e urgentes reformas de base, como a Reforma Agrária. Na América Latina, a revolução em Cuba mostrava que era possível fazer uma grande transformação no continente.

Mesmo com o golpe militar de 1964, esta época caracteriza a fase mais combativa e criativa do Teatro de Arena. O grupo seguiu produzindo suas peças e divulgando sua ideologia. Além dos espetáculos encenados, o teatro permanecia aberto durante a semana com diversas atividades: palestras, seminários, encontros políticos e assembleias. Além disso, estava em curso também um importante intercâmbio com grupos teatrais da América Latina que desenvolviam um trabalho semelhante ao do Arena: utilizar a arte como instrumento de reflexão política. Um deles era o uruguaio El Galpón, de Montevideo, que tinha, desde os anos de 1930 uma grande história de resistência. Havia um projeto latinoamericano de nacionalização dos espetáculos, de criação de um repertório comum, onde cada grupo de cada país apresentaria a sua versão de um clássico do teatro. Infelizmente, as ditaduras que assolaram toda a América Latina, além de massacrar os movimentos sociais, interromperam o processo criativo e artís-

Lélia Abramo e Flávio Migliaccio em cena de *Eles não usam Black Tie*, peça que mudou os rumos do teatro brasileiro

tico dos grupos teatrais do continente. A pesquisadora Iná fala um pouco sobre este período: “O processo de intercâmbio continuou acontecendo mesmo depois de 64. Arena conta Zumbi se apresentou em vários países da América Latina. E esta parceria continuou até 68 com a I Feira Brasileira e Latina Americana de Opinião”.

Em 1968, o ano da promulgação do Ato Institucional nº5, que recrudescer a censura e deu ainda mais poder aos militares, marcou o começo da interrupção das ações revolucionárias do Arena. Muitos de seus integrantes foram perseguidos e presos, como Augusto Boal, uma das vozes mais candentes do Arena. Com a deportação do dramaturgo e a violenta censura dos militares, o Arena fecha suas portas no início de 1970. “A ditadura deve ser entendida como um grupo de pessoas que, usando o poder hierárquico das forças armadas tomaram o poder e saquearam o Bra-

Foto: Reprodução



sil por mais de 20 anos. Usando a violência e o terror eles impediram o florescimento das idéias, das artes, da vida. Eles dizimaram as estruturas sociais e artísticas que existiam na época”, afirma Boal.

Mas mesmo fechado, o Arena não ficou abandonado. Iná conta que o ator Luiz Carlos Arutin ficou, por muitos anos, responsável em cuidar dos arquivos, dos documentos e da administração do espaço. Na década de 80, teve início uma movimentação para fechar definitivamente o teatro da rua Teodoro Baima. Mas a classe teatral, mesmo aqueles que não se identificavam com a opção estética do Arena, se articulou e se uniu para impedir que um espaço tão importante para a história do país fosse fechado. Por conta desta mobilização, o Teatro de Arena passou a ser considerado patrimônio nacional, sob a responsabilidade da União.

Teatro do Oprimido e Arena

Foi dentro do Teatro do Arena, à medida que a repressão militar se acirrava e os militares se preocupavam mais e mais com os rumos do grupo, que Augusto Boal desenvolveu a metodologia do Teatro do Oprimido, que tira o “poder” da representação teatral das mãos dos atores e das atrizes e passa para os trabalhadores e trabalhadoras. É onde a barreira entre palco e platéia é quebrada. Onde o “latifúndio teatral” é desapropriado e as técnicas de produção, transferidas para os trabalhadores.

Boal conta que o teatro do oprimido não é um teatro espetáculo, mas essencial. “Nós seres humanos somos diferentes dos animais. A principal delas é que somos capazes de sermos espectadores de nossas ações. Temos dentro de nós o espectador e o encenador. Mesmo sem ter consciência, podemos dizer que tudo é teatro mesmo sem ter consciência disso. Quere-

mos desenvolver isso e que todos os oprimidos usem o teatro para entender melhor a exploração sofrida e as formas de reagir à ela”, afirma.

E foi através de uma parceria entre o Centro do Teatro do Oprimido e o MST, que em 2001 nasceu a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré, com uma oficina realizada no Rio de Janeiro. Os 38 grupos teatrais que integram a Brigada estão organizados no Coletivo de Cultura do Movimento e atuam em todo o Brasil.

Um destes grupos é o Filhos da Mãe...Terra que se apresentou no palco do Arena. Justamente, onde tudo começou. São as pontas que se encontram em um mundo que, como se diz por aí, é redondo e gira. “O Arena marcou o início de uma proposta de mudança no país. A apresentação do MST aqui, mostra que a discussão permanece, está viva, que o desejo de transformação social não se perdeu”, afirmou o jornalista Florestan Fernandes Jr. no dia do espetáculo.

“Pela linguagem teatral, podemos mostrar a realidade do MST de uma forma diferente do que aparece no jornal. Além disso, a gente aprende muito, porque o teatro proporciona uma união muito grande entre a gente”, conta Geralda Rosa da Silva, jovem atriz do grupo Filhos da Mãe... Terra.

A atriz Dina Sfat em frente a fachada do Teatro de Arena, em 1967

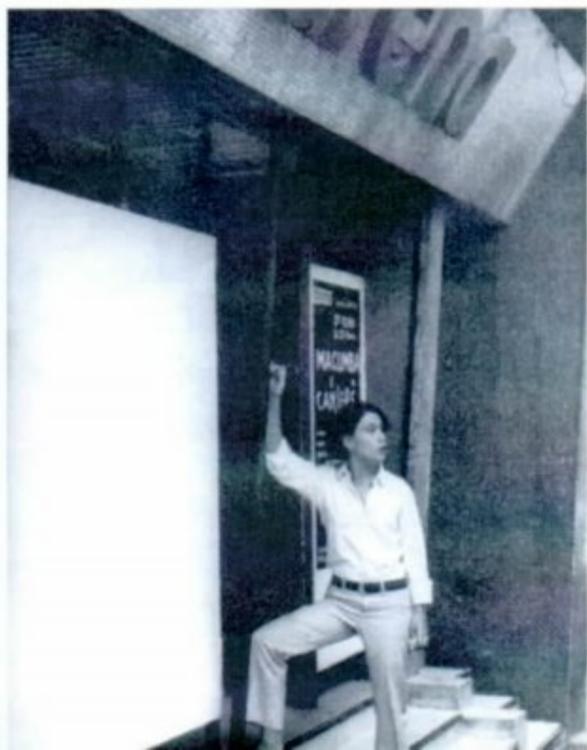


Foto: Reprodução

Hoje o Teatro de Arena Eugênio Kusnet, como é conhecido, continua em pleno funcionamento. Ao contrário do que aconteceu nos anos de 1950 e 1960, não existe lá apenas um grupo. O espaço é responsabilidade da Funarte (Fundação Nacional de Arte) que desenvolve o projeto de ocupação do Arena, que funciona como um incentivo, uma espécie de celeiro para os novos grupos. A Companhia do Latão e a Companhia São Jorge de Variedades foram alguns dos que contaram com este incentivo. Foi lá que a Cia do Latão se constituiu como um grupo e montou Santa Joana dos Matadores, de Bertold Brecht, a primeira peça apresentada para o MST no IV Congresso Nacional do Movimento, que aconteceu em 2000.

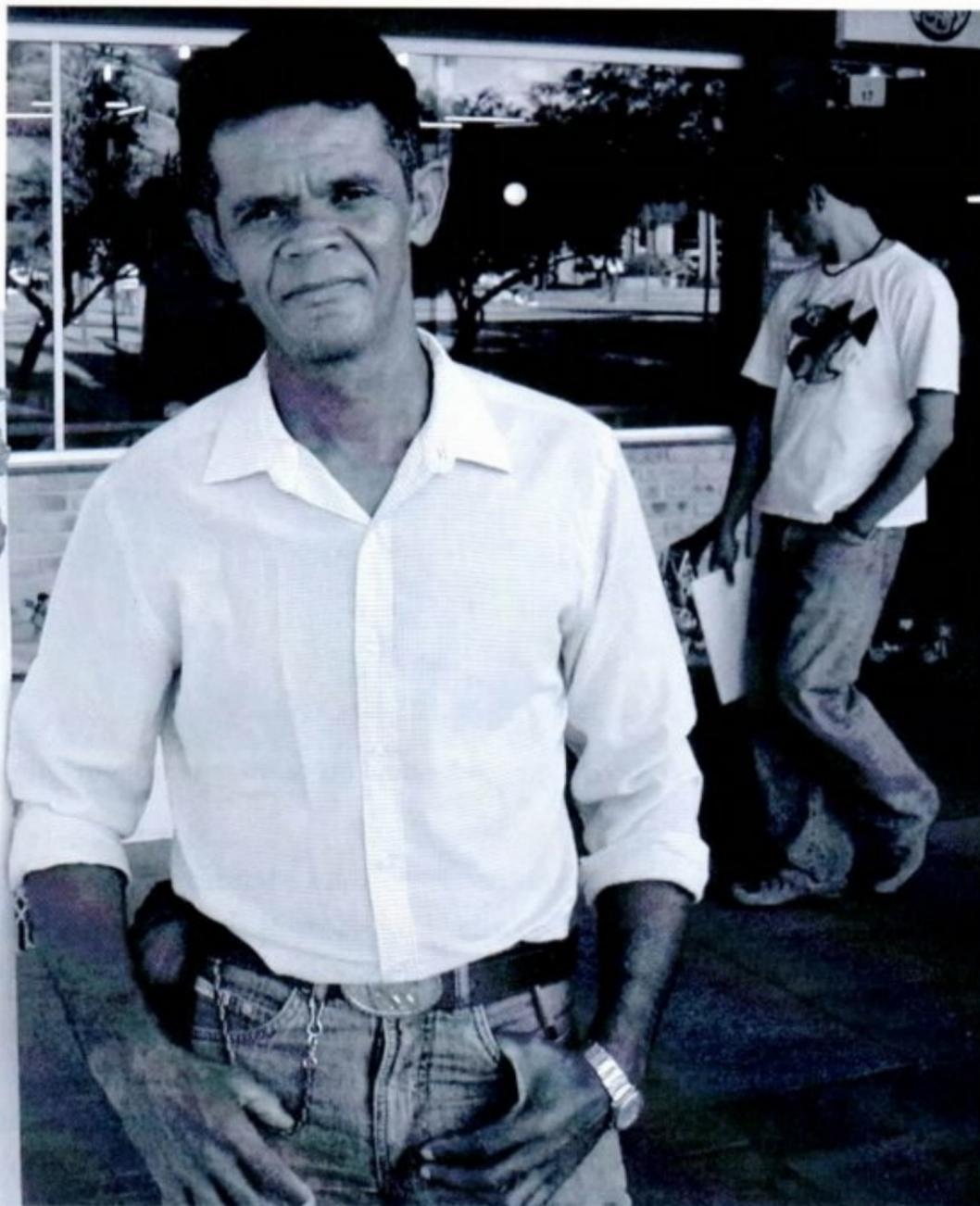
O processo que culminou na apresentação do MST no Arena também está incluído no projeto de ocupação do teatro. O grupo Canhoto, que ocupou o espaço em 2005, propôs uma série de atividades sobre o teatro latinoamericano. No total, o ciclo contou com 13 textos teatrais da América Latina, entre eles Por estes Santos Latifúndios, de Guillermo Maldonado, apresentado pelo grupo Filhos da Mãe...Terra. Esta peça, inédita no Brasil, recebeu o prêmio Casa de las Américas, de Cuba, uma das premiações culturais mais importantes da América Latina.

“O MST no Arena mostra que estamos conseguindo reatar o fio que a ditadura militar tinha interrompido. Isso terá importantes conseqüências tanto no âmbito do MST como no teatro em geral. Significa que demos um passo adiante para preencher o buraco que o regime violento dos militares deixou na cultura política do Brasil”, afirmou Iná.

É o Teatro de Arena que continua em cena na vida cultural do nosso país. ■

Cristiane Gomes é jornalista.

Mendes retrata no barro a dura vida camponesa



Fotos: Eber Faioli/UFMG

REGIS GONÇALVES

No trajeto de 920 quilômetros que faz da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, até a foz, no Oceano Atlântico, o rio Jequitinhonha cumpre o destino de mais importante manancial de vida para cerca de um milhão de pessoas, cujas misérias e grandezas ele vem testemunhando ao longo dos séculos. Distribuindo-se pelos 63 municípios do Vale, essa população ocupa mais de 70 mil quilômetros quadrados que constituem a bacia do grande rio.

Vale da miséria, como é frequentemente chamado, o Jequitinhonha é, contudo, repositório de uma das mais ricas tradições culturais brasileiras,

Morador no "vale da miséria", como é conhecido o Vale do Rio Jequitinhonha, o ceramista Ulisses Mendes criou a Associação de Artesãos de Itinga para promover a arte da região.

com sua música, seus festejos, seu vigoroso artesanato e tantas outras manifestações que tornaram conhecidos além de suas fronteiras artistas e criadores que foram capazes de traduzir da forma mais autêntica a realidade e os sonhos daquele povo sofrido e lutador.

Famosa todo o país pelas curiosas peças que mostram bichos de anatomia insólita, figuras antropomórficas e objetos utilitários, a cerâmica do Jequitinhonha está entre as mais representativas manifestações culturais da região. Vida e arte se misturam no barro para retratar o cotidiano daquele sertão regado pelas águas férteis do Jequitinhonha, que tanto podem significar fartura como tragédia.



O prestígio do artista levou-o a expor individual ou coletivamente em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma dessas tragédias aconteceu em março de 1979, quando a grande cheia do rio inundou cidades, destruiu casas e lavouras, matou gado e gente. Contudo, foi essa catástrofe natural que serviu para revelar a vocação de um dos mais importantes artistas do Jequitinhonha, o ceramista Ulisses Mendes, cuja trajetória o fez conhecido em todo o Brasil. Artista popular por excelência, Ulisses traduz em suas peças de barro queimado a experiência que a vida camponesa lhe ensinou.

Com a consciência aguçada para a problemática social do campo, ele a retrata no seu trabalho artístico, onde se destacam camponeses e camponesas em sua labuta, figuradas em imagens belas, mas às vezes chocantes, como a de trabalhadores crucificados portando suas ferramentas de trabalho. “São personagens reais, eu procuro fazer o retrato do homem da região, observando a maneira como ele conversa, como senta”.

Vocação

Lavrador e filho de lavradores,

Ulisses Mendes nasceu há 50 anos na zona rural de Itinga, pequeno município do médio Jequitinhonha, e trabalha desde menino.

“A família de meu pai tinha terra, depois perdeu, e ele virou garimpeiro. Mas o povo de minha mãe era todo envolvido com roça. Estudei muito pouco, quando comecei a entrar na adolescência, meu pai morreu e minha mãe não podia me manter na escola”, conta. Teve o destino de milhões de meninos da roça como ele: pegar duro no cabo da enxada.

“A gente plantava nas terras de fazendeiros vizinhos. Meu irmão mais velho contratava as roças e punha a gente para ajudar”. Empreiteiro de serviços rurais, o irmão de Ulisses também fabricava tijolos e foi assim que o rapaz teve o primeiro contato com o ofício de ceramista. “A gente sofria muito, mas o tijolo me incentivou a cortar o barro e fazer casas, prediozinhos de tijolo fresco”, diz.

O aprendizado de Ulisses com a argila foi também facilitada pelo contato com os parentes do lado mater-

no, que fabricavam cerâmica utilitária, para vender nas feiras. “Eu via eles fazendo pote, buião, cuscuzeiro, então pegava um pouco de barro e ia fazendo pecinhas miúdas. A primeira peça que fiz foi um caçador, a segunda um trabalhador da roça. Nunca tive mestre, aprendi sozinho”, revela.

Mas nem tudo eram flores nesse início de carreira. “Meu irmão não gostava de minha vocação, achava que era serviço de preguiçoso. Ele queria a gente na enxada, trabalhando para ele. Como nesse trabalho eu não conseguia fazer nem para comer, resolvi mudar para São Paulo”, conta. Contudo, o migrante Ulisses Mendes não se deu mal na megalópole. Conseguiu emprego na construção civil e tornou-se mestre eletricista.

Em 1979, a vida de peão da indústria seria interrompida, temporariamente acreditava Ulisses. Ele teve de voltar à terra natal para cuidar dos papéis do serviço militar. Foi surpreendido pelas chuvas torrenciais que alagaram o Vale e fizeram milhares de desabrigados. Sem poder viajar, Ulisses meteu as mãos no barro. “Eu estava em Araçuaí, onde havia muitas casas de pau a pique nas margens do rio. A enchente passou e levou todo o barro, deixando a madeira de pé. Comecei então a fazer miniaturas daquelas casas, onde escrevia “lembranças da inundação de 1979”, e levava para vender na feira.

É Ulisses ainda quem conta: “Isso marcou minha vida profissional. Comecei a fazer aquelas casinhas e nunca mais parei. Nessa época, não havia muita gente que fazia esse tipo de arte no Jequitinhonha. Saía para vender em outras cidades, nas feiras de cereais, e sempre conhecia alguém que fazia cerâmica também. Eu entendi que estava no caminho certo, então procurei me filiar a uma associação de artesão que

havia em Araçuaí”. Nessa ocasião Ulisses tinha definido o trabalhador rural como temática de sua arte.

Vida camponesa

Criativo e observador, Ulisses passou a produzir peças mais variadas, mas sempre referidas à vida camponesa, retratando os trabalhadores rurais em suas atividades de trabalho e de lazer. Em 1982, pela primeira vez mostrou seu trabalho na capital, participando de uma exposição coletiva em Belo Horizonte, quando a mídia destacou seu trabalho. “Dei entrevista, apareci na televisão e todo mundo lá no interior assistiu, isso me incentivou muito”.

Ulisses vê assim o panorama social do Vale do Jequitinhonha: “O que está acontecendo com o trabalhador rural hoje é que ele não está conseguindo espaço para trabalhar. Os grandes aprenderam em cima da fraqueza do pobre o sistema de trabalhar com a terra, que é plantar o capim tropical, resistente à seca. Os fazendeiros não querem que o trabalhador se fixe. A pecuária lá está crescendo e as grandes mineradoras estão extraindo muito mármore e granito”.

Como resultado da decadência da agricultura familiar, o camponês é expulso da terra e migra para a cidade grande, fazendo do Vale do Jequitinhonha um dos maiores fornecedores de migrantes para as capitais brasileiras. “O que tem de gente do Jequitinhonha em Belo Horizonte e São Paulo não é brincadeira, se fosse pedra a gente tropeçava”, pondera Ulisses.

Ele próprio, no entanto, conseguiu fixar-se graças a sua arte. Seu ateliê em Itinga é visitado por pessoas de várias procedências, inclusive do estrangeiro. O prestígio do artista levou-o a expor individual ou coletiva-

mente em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. “Hoje eu vivo só disso, e não dou conta de atender todas as encomendas, o que eu faço não é suficiente para atender o consumo”, diz. Ele também está sempre presente nas feiras de arte popular realizadas pelo país afora. “Assim como o povo vai ao encontro do artista, também o artista tem de ir ao encontro do povo”, justifica.

Militância

Por conta própria, Ulisses desenvolveu novas técnicas de queima que dão às suas peças características originais, como variações na graduação dos tons do barro. “É uma pesquisa que fiz e cheguei a esse resultado. Estou sempre pesquisando o milagre do fogo. Apesar de ele ter o poder de destruir, tem também o poder de construir muita coisa bonita. Eu pesquiso também a cor do minério, sei a tonalidade que posso obter, e continuo por aí, plantando e pesquisando”.

Mas, além de artista inovador, Ulisses Mendes se tornou também um militante da causa da cultura do Vale. Fundou e presidiu a Associação Comunitária dos Amigos de Itinga, assim como a Associação de Artesãos de Itinga, e participa da Federação Cultural do Vale do Jequitinhonha. “O mais rico do Vale é a cultura, em todas as suas formas, isso não morre nunca”.

O ceramista se desdobra ainda em outras atividades, como os inúmeros cursos que ministra, con-

tratado por prefeituras e associações para ensinar sua arte. “No meu ateliê trabalho sozinho, mas já ensinei a muitas pessoas, gratuitamente, nunca cobrei um centavo dos alunos. Hoje muitos deles vivem da arte, graças aos cursos que dei”. Para ele, a difusão da arte tem um sentido social. “Nós melhoramos a situação do Vale do Jequitinhonha, pois onde a cul-



O ceramista Ulisses Mendes trata de temas populares

tura está forte acaba a miséria”, diz.

Vivendo de seu trabalho com o barro, Ulisses Mendes conseguiu, além de estabilidade econômica, o respeito de seus conterrâneos e a admiração de críticos e apreciadores da arte. Casado e pai de quatro filhos, tem orgulho de sua condição de artista, julgando-se por isso um predestinado. “Eu peguei essa linha, que não escolhi, porque acredito que foi Deus que me soprou para fazer isso”, arremata. ■

Regis Gonçalves é jornalista.



A objetiva social de Robson Oliveira

Brasileiro é premiado na Itália como o mais importante fotógrafo social de 2005 e ajuda a promover o desenvolvimento sustentável do nordeste brasileiro.

GUSTAVO GARDE

O fotógrafo e cientista social Robson Oliveira promoveu, em parceria com a campanha ítalo-brasileira “Pare o Turismo Sexual” (www.stopsexualtourism.com), no final do ano passado, no Espaço de Exposições da Feira de Trento, Itália, o projeto Encontro Brasil-Itália.

A iniciativa buscou através da conexão entre as cidades do norte da Itália e da região Nordeste do Brasil denunciar, mapear e propor algumas soluções para eliminar o problema do

turismo sexual e da exclusão social. Na oportunidade, Oliveira recebeu da Modena Terzo Mondo, entidade que reúne 16 organizações não-governamentais que trabalham a questão social na Itália, um prêmio como fotógrafo social mais importante de 2005.

Há mais de 15 anos envolvido com o tema da exclusão social na sociedade pós-industrial, o trabalho fotográfico e de pesquisa de Robson Oliveira começa a ganhar notoriedade na Europa. Além de receber o prêmio oferecido pelas Ongs, está expondo seu trabalho em cinco cidades

italianas. Depois de Trento passa por Bari, Modena e Florença. Antes disso, expôs suas fotos na reunião dos amigos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Roma. “Por onde passo sempre cito o MST como um exemplo prático de movimento que está buscando saídas para o problema da exclusão social”, atesta Oliveira.

Através da fotografia e da arte, Oliveira tem sido reconhecido por seu trabalho de denúncia de uma situação limite vivida nos países do chamado Terceiro Mundo (e até no Primeiro Mundo), analisando as causas e chamando a atenção para uma realidade que a opinião pública aprendeu a ficar indiferente. Se a situação já é grave, segundo seus prognósticos deve ficar ainda pior nas próximas décadas. “As modificações do capitalismo e do trabalho desde a década de 1960 a partir da informatização e da tecnologia devem desempregar tanta gente nos próximos anos

que não haverá mais saídas. Meu trabalho busca justamente fazer essa denúncia: ‘nós sabemos o que está acontecendo e temos a solução – chamar a atenção’.

Esse é justamente o objetivo de Oliveira, chamar a atenção do olhar comum. “Trata-se de um trabalho que compreende e espelha a sociedade”. Para tanto, ele utiliza uma técnica totalmente nova na fotografia documental, imprimindo as imagens em papel prateado, subtraindo a cor de quase todos os elementos e deixando apenas alguns coloridos. “A função da cor é justamente chamar o espectador para dentro da imagem; eu chamo a atenção de algo que ele entende para, a partir disso, conseguir mostrar a ele qual a minha leitura das coisas”.

De fato, Oliveira tem conseguido chamar a atenção por onde passa. Depois da grande repercussão de sua exposição durante o último Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), em janeiro de 2005, teve seu trabalho exibido em mostras e encontros itinerantes por seis cidades italianas. Ele também foi ouvido por mais de 10 mil pessoas na Marcha da Justiça, que já acontece há 12 anos na Itália. Produziu também um pequeno documentário a partir das imagens fotográficas que está sendo exibido em suas exposições intitulado “Os Excluídos – imagens de uma sociedade descartável”. O documentário está circulando e sendo exibido em toda a



Europa através de Ongs e instituições que apóiam seu trabalho, como a Modena Terzo Mondo e a Civitas. O documentário pode ser assistido em sua página eletrônica ou através do site da TV italiana Arco Íris. Por conta desse filme, foi convidado para expor em Paris ainda esse ano.

Além disso, a Logus, maior editora de arte da Itália e parceira da Taschen no sul da Europa, publicará o livro “Os excluídos – imagens de uma sociedade descartável”, mostrando a fotografia de Robson Oliveira para o mundo todo.

Programação

O projeto tem a programação dividida em cinco partes na Itália. Um dos pontos foi contemplado pela exposição fotográfica “Os Excluídos – imagens de uma sociedade descartável”, acompa-

nhada de textos de Paulo Lima. As fotos buscam explicar o processo de exclusão social na sociedade pós-industrial, suas causas e efeitos e os contrastes expressivos entre uma minoria - com acesso às mais avançadas tecnologias - e uma maioria que não tem absolutamente nada.

Está prevista a estreia do documentário “2035 Countdown – Contagem regressiva para 2035”, de autoria do próprio fotógrafo, que apresenta como



as causas e efeitos da tecnologia e da civilização pós-industrial deverão se extinguir em duas décadas.

Oliveira e seu Instituto Internacional de Design Social exibem também 40 objetos (entre decoração, tapeçaria, móveis, moda e arte) confeccionados por comunidades carentes dos subúrbios de São Paulo e Fortaleza. Esse novo conceito propõe um modelo de desenvolvimento sustentável com total respeito ao meio ambiente e representa uma crítica à sociedade moderna do consumo e ao modelo de produção automático. A confecção desses objetos tem representado também uma alternativa e uma oportunidade real de trabalho para jovens e adultos. “Esse trabalho acaba suprindo as famílias envolvidas com comida e suas necessidades básicas; se não fosse por isso elas poderiam estar roubando, no tráfico ou na prostituição”, conta Róbson.

O artista cearense Aldemir Martins, que há exatos cinquenta anos venceu a Bienal de Veneza, também participa do encontro doando algumas de suas obras para serem expostas na mostra “Para o mundo se tornar mais bonito”. Suas peças, feitas de “remendos” de chita (tecido de algodão estampado a cores) serão leiloadas em Trento e a renda revertida para projetos sociais no Brasil.

A casa de Arte e Cultura Belchior também realiza mostra e leilão de obras de uma série de artistas brasileiros, com curadoria de Antonio Carlos Belchior e Edna Prometheu. Parte da renda será destinada para os projetos do Eubra – Conselho Euro Brasileiro de Desenvolvimento Sustentado. ■

Gustavo Garde é jornalista.

O Brasil nos folhetos de cordel

Dois livros analisam a literatura de cordel: **Amor, História e Luta**, que visa o público juvenil, e **História do Brasil em Cordel**, que descreve centenas de narrativas históricas.



MARCOS ZIBORDI

Estão nas livrarias, caríssimos como sempre, dois livros sobre cordel. Caso você só possa comprar um deles, ótimo. Se puder comprar os dois, melhor ainda. Um completa as brechinhas do outro.

Trata-se de um livrinho e de um livrão. *Amor, História e Luta*, para o público juvenil, é o livrinho que reproduz cinco cordéis e seus respectivos autores, apresentado como “antologia” pelo selo Salamandra, da Editora Moderna.

História do Brasil em Cordel, do brasilianista norte-americano Mark Curran (Edusp), é o livrão

que passa em revista um século da produção dos folhetos literários, de Canudos a Collor.

Esse livrão publicado pela Edusp tem quase trezentas páginas, mas sabe quando depois de tudo não foi total, só satisfatório?

Por exemplo: Mark Curran descreve mais de 300 narrativas em cordel, traçando uma linha do tempo ampla, educativa, importantíssima por ser mais um documento da nossa cultura, etc. Mas, por incrível que pareça, nenhum folheto de cordel é reproduzido integralmente no livro.

Óbvio que o objetivo do autor não é reproduzir as histórias, mas a transcrição de algumas animaria a

leitura excessivamente descritiva do conteúdo dos folhetos.

É sempre interessante ter à disposição uma reunião temática organizada cronologicamente sobre qualquer assunto. E isso o livrão faz bem, desafiando cordéis de conteúdo histórico sobre Lampião, Vargas, ditadura, abertura. Você percebe o quanto o poeta popular é antenado com a nossa história mesmo sem ter lido Erza Pound, e termina a leitura feliz, saudável.

Mesmo sem ser essa a finalidade, a história linear do livrão faz dele uma excelente obra didática, muitíssimo mais útil na sala de aula do que o livrinho chique em papel reciclado da Moderna, cujos textos são os mais conhecidos possíveis.

De verdade: utilizar *História do Brasil em Cordel* nas escolas é uma estratégia para fugir legal da facilitação imbecilizante dos livros didáticos, conduzindo os alunos pelos caminhos da história não-oficial.

Se bem que, mesmo assim, seria preciso ter cuidado com algumas bobagens. O autor classifica como “dilúvio de sentimentos ultranacionalistas de esquerda e de direita” a reação brasileira à instalação da CIA no país e à implementação de uma campanha anti-comunista durante o governo de Juscelino Kubitschek. O certo seria aplaudir?

Contradições

As fontes de informação do livrão são díspares. Ao lado de citações de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, estão referências a matérias da revista *Veja*. E o livro que Mark Curran leu para saber da história do Brasil foi *Álbum dos Presidentes*, edição meio comemorativa e meio promocional do *Jornal do Brasil* no centenário da República.

Talvez por isso o autor repute como “uma idéia genial” as listas de preço da Sunab publicadas durante o governo Sarney, e considere que a “seriedade” veio com Fernando Henrique Cardoso, que trouxe “novas esperanças” e “mudanças verdadeiras” - de fato, e algumas irreversíveis, pra nossa desgraça.

Incrível também como entre “os principais episódios de cem anos de história do nosso país” só duas páginas citem alguns folhetos sobre Reforma Agrária. Fala sério, querido...

Apesar do esforço em lidar com um número significativo de folhetos, não há quase nada no livrão sobre o que está além dos textos, que é o significado ou o espírito da produção poética popular em formato de cordel.

Para saber disso, você volta ao livrinho e lê o prefácio despretenso, informativo e emocionante escrito pela pesquisadora Márcia Abreu, que consegue, em poucas páginas, abordar o essencial sobre a produção dos folhetos e seu contexto social.

Ela narra que nas feiras, mercados e festas os violeiros cantavam versos improvisados, acompanhados de instrumentos de dez cordas. Sutilmente, revela a estrutura básica dos desafios, que começam com as saudações e seguem com os versos provocantes, intimidatórios, irônicos.

Há espaço até para incursões teóricas quanto à estrutura da poesia oral. São feitas referências ao martelo agalopado (estrofes de dez versos, com dez sílabas por verso), à tradicional composição de sete sílabas (rimas no segundo, quarto e o sexto versos) e aos temas, como o “cantar em ciência” abordando assuntos de história, geografia, mitologia.

Admirável também é a maneira

como a passagem do verso oral para o meio impresso é descrita; o formato dos folhetos, o tipo de papel, a diferença entre os chamados romances, de histórias longas, e o folheto propriamente dito, com histórias menores.

São soluções simples como esta: “A gente bate o olho e já sabe que tipo de folheto é: se tem um casal, é folheto de amor; um homem armado ou a cavalo, folheto de luta; dois cantadores, peleja. Ninguém se engana.”

Entretanto, apesar do belo texto introdutório, o livrinho deixa pelo menos uma brecha imperdoável. Ao apresentar o poeta João Melquíades Ferreira da Silva, a organizadora da “antologia” não conta que, além de poeta, o fulano fora soldado na campanha de Canudos e autor de um dos principais textos sobre a destruição do arraial do Conselheiro.

Essa informação está no livrão: “O relato feito pelo soldado-poeta converteu-se num protótipo para literalmente inúmeras narrativas populares baseadas em eventos posteriores, até a atualidade.”

Marcos Zibordi é jornalista.

Minga Informativa de Movimentos Sociais

NOSSA VOZ NA REDE

A Minga Informativa é um esforço coletivo de organizações sociais e redes de informação latino-americanas que têm como objetivo construir uma outra comunicação, mais democrática, participativa e comprometida com os movimentos sociais.



www.movimientos.org

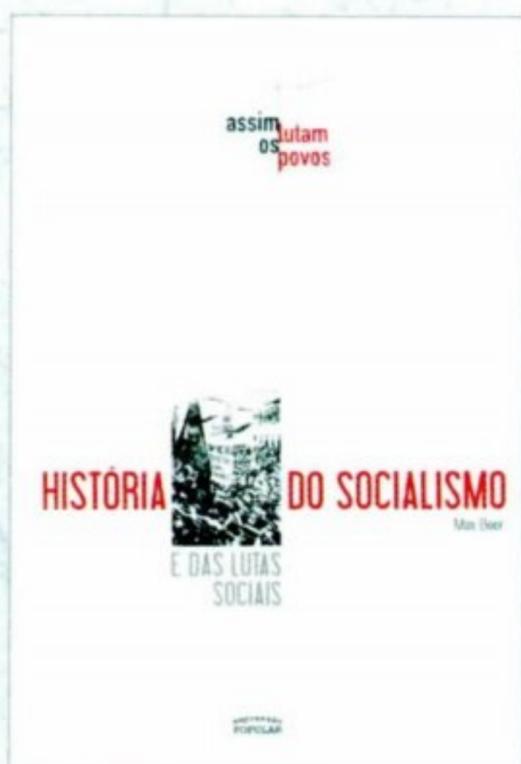


- Fiz o que vocês fariam, continuei o programa econômico, paguei a dívida, aprovei as reformas e favoreci os bancos... Por que não posso ser o candidato do PSDB?

NADA DEVE SER IMPOSSÍVEL DE SER MUDADO

"Assim lutam os povos" é uma coleção que tem por objetivo levar aos militantes de nosso tempo as experiências e as reflexões teóricas daqueles que construíram a luta da humanidade por sua emancipação.

Estes dois primeiros títulos da coleção "Assim lutam os povos" nos oferecem um rico painel dos caminhos encontrados nas diferentes experiências históricas na busca das vias, estratégias, formas organizativas, impasses e soluções, que constituem os alicerces de nossa própria luta nestes tempos que marcam o fim da civilização capitalista.



A publicação de *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, pela coleção "Assim lutam os povos", da Editora Expressão Popular, é uma resposta necessária e urgente. Este livro foi importantíssimo para toda uma geração de militantes que abriram seus olhos para uma determinada leitura da história e, através de suas páginas, desvelaram os preconceitos ideológicos e reencontraram nas lutas de todos os oprimidos as nossas próprias lutas.

Podemos encontrar um bom exemplo desse fato neste singelo depoimento de Antonio Candido: "a leitura que talvez tenha decidido na adolescência a minha inclinação para o lado do socialismo e funcionou como faísca que atea o fogo foi a modesta e possivelmente hoje esquecida *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer".

R\$ 22,00 - 608 págs.



"O livro de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução*, trata de forma objetiva e profunda dos caminhos e reflexões que orientaram a esquerda revolucionária brasileira dos anos de 1960. Referindo-se aos períodos que antecedem o golpe militar de 1964 e aos difíceis tempos que o seguiram, o livro permite ao leitor refletir sobre temas da maior relevância nos dias de hoje, desde a relação entre os ideais de mudança revolucionária e os valores da democracia, até o caráter das classes dominantes brasileiras e as formas históricas utilizadas para perpetuar seus privilégios".

R\$ 20,00 - 464 págs.

expressão
POPULAR

Peça estes e outros títulos: Fone: (0xx11)3105-9500 - Fax: (0xx11)3112-0941

www.expressaopopular.com.br

HEDIONDO É O LATIFÚNDIO

Senadores e deputados federais inimigos da Reforma Agrária
que aprovaram relatório da CPMI da Terra classificando as ocupações de latifúndios
como *crime hediondo e ato terrorista*

SENADORES



Senador
ÁLVARO DIAS
PSDB/PR

Foi presidente da
CPMI da Terra

Atendendo à pressão da
bancada ruralista:

- Não colocou em votação pedidos de quebra de sigilos bancários e fiscais de entidades patronais que movimentaram mais de 1 bilhão de reais de recursos públicos;

- Não convocou fazendeiros envolvidos em ações ilegais de proibição de vistorias pelo Incra e processados no Tribunal de Contas da União por mal uso de recursos públicos;

- Divulgou na imprensa, de forma ilegal, fatos mentirosos sobre dados sigilosos das entidades de apoio às famílias de trabalhadores rurais, com o único objetivo de desmoralizar a luta pela Reforma Agrária.



CESAR BORGES
PFL/BA



FLEXA RIBEIRO
PSDB/PA



GILBERTO GOELLNER
PFL/MT



JUVÊNCIO DA FONSECA
PDT/MS



MOZARILDO CAVALCANTI
PTB/RR



WELLINGTON SALGADO
PMDB/MG



JOSUÉ BENGTON
PTB/PA



LUIS CARLOS HEINZE
PP/RS



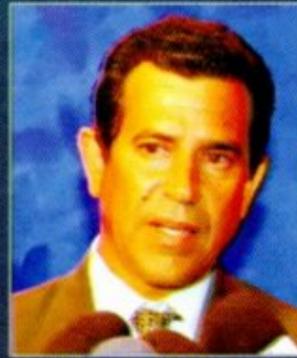
MAX ROSENMAN
PMDB/PR



MOACIR MICHELETT
PMDB /PR



ONYX LORENZONI
PFL/RS



XICO GRAZIANO
PSDB/SP



Deputado
ABELARDO LUPION
PFL/PR

Autor do Relatório
Substitutivo,
aprovado
pela comissão

- Está sendo processado no Supremo Tribunal Federal por fazer uso de caixa dois, onde movimentou, ilicitamente, mais de 4 milhões de reais em campanhas eleitorais (STF/Inquérito nº1872-4/40);

- Defende sempre o não pagamento das dívidas dos latifundiários com o Estado;

- Defende os proprietários rurais acusados de criar milícias privadas;

- É contra a emenda constitucional que propõe a expropriação de fazendas que utilizam trabalho escravo.

NÃO VOTE NELES!

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo